

**BOLETIM PAULISTA DE
GEOGRAFIA**

Copyright 2006 da AGB

É proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia dos detentores do copyright

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP
Ficha catalográfica: Márcia Elisa Garcia de Grandi CRB 3608

Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos
Geógrafos Brasileiros. - nº 1 (1949) - São Paulo: AGB, 1949.

Irregular

Continuação de: Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ISSN 0006-6079

1. Geografia 2. Espaço Geográfico 3. História do Pensamento Geográfico.
I. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção São Paulo.

CDD 910

Impressão: Xamã Editora

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA

NÚMERO 84

SÃO PAULO - SP

JUL. 2006

EDITORIAL 5

ARTIGOS

Ângelo Serpa 7

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM
TEÓRICO-METODOLÓGICA

Ricardo Baitz 25

A IMPLICAÇÃO: UM NOVO SEDIMENTO A SE EXPLORAR NA
GEOGRAFIA?

Alentejano & Rocha-Leão..... 51

TRABALHO DE CAMPO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA OS
GEÓGRAFOS OU UM INSTRUMENTO BANALIZADO?

Luis Antonio Bittar Venturi..... 69

O PAPEL DA TÉCNICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Yves Lacoste 77

A PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO: UM PROBLEMA POLÍTICO
PARA OS PESQUISADORES, ESTUDANTES E CIDADÃOS

Bernard Kaiser 93

O GEÓGRAFO E A PESQUISA DE CAMPO

Valéria de Marcos 105

TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE UMA
EXPERIÊNCIA DE PESQUISA PARTICIPANTE

EDITORIAL

Alguns dias de trabalho de campo valem mais do que muitas aulas, cursos e palestras. O que se aprende e apreende não está nos livros ou nos artigos e não sai da boca dos docentes. Esse contato fora dos altos muros da Academia é importante para a formação de qualquer geógrafo, desde que a viagem não tenha caráter de turismo. É longe da sala de aula que se pode compreender plenamente a informação que é transmitida não só no conteúdo do discurso, mas também no tom da voz, na expressão, nos trejeitos e na forma como o outro evita responder certas perguntas. É nas entrelinhas e nos atos-falhos que dúvidas são esclarecidas e questões são desvendadas, além de tantas outras que surgem, nos instigando a conhecer mais e mais...

A intenção deste Boletim Paulista de Geografia é mostrar as diversas experiências, metodologias, técnicas e ferramentas do Trabalho de Campo. A viagem começa com Ângelo Serpa e vai até Valéria de Marcos, passando por Paulo Alentejano, Otávio Rocha-Leão, Luis Antonio Bittar Venturi, Ricardo Baitz, Yves Lacoste e Bernard Kaiser. Cada um, de seu jeito, apresenta como se faz a diferença na pesquisa de campo, desde as descrições até as análises e a influência na transformação da realidade. Mesmo que todos olhem para a mesma coisa, cada um falará e explicará de um jeito, pois essa prática está especialmente ligada a uma visão mundo.

Todos os autores ressaltam a importância do Trabalho de Campo na pesquisa de um geógrafo. A Geografia não se faz apenas consumindo leituras ou fazendo pesquisas dentro de uma sala com ar-condicionado. Se faz também sujando os pés de barro ou de piche, sentindo o cheiro do mato ou da poluição dos automóveis, olhando nos olhos das pessoas, prestando atenção

nos gestos e em cada detalhe da fala. Se faz usando todas as técnicas, interpretando a realidade e pensando nas possíveis maneiras de transformá-la.

É muito difícil explicar as práticas de um Trabalho de Campo na forma de boletim. Mas esse BPG teve esta pretensão e esperamos que auxilie a todos os leitores. É destinado a todos aqueles que sonham e, mesmo que falem contra, sabem que o sonho sempre será possível de ser realizado. Fica a sensação de dever cumprido e a vontade de que essa publicação ajude na formação de futuros professores, técnicos, pesquisadores e, acima de tudo, homens e mulheres.

ARTIGOS

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

THE FIELD WORK IN GEOGRAPHY: ONE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACH

Ângelo Serpa¹

RESUMO:

Intenta-se neste artigo fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre a importância do trabalho de campo na produção do conhecimento geográfico na contemporaneidade. Parte-se de alguns pressupostos de base, que norteiam a reflexão, baseada, sobretudo, na articulação entre conceitos, teorias e procedimentos metodológicos na Geografia. Em primeiro lugar, defendemos a idéia de que há uma especificidade disciplinar na discussão aqui proposta, própria à Geografia e à produção do conhecimento geográfico. Em segundo lugar, afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. Como terceiro pressuposto, reafirma-se a necessidade de superação das dicotomias e ambigüidades características da Geografia. O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambigüidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos. Como quarto pressuposto afirma-se ainda que não pode haver separação entre teoria e metodologia, entre os

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do CNPq. E-mail: angserpa@ufba.br

conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo. Não desejando esgotar a riqueza e a complexidade do tema, ressalta-se ao final deste artigo a importância do trabalho de campo na Geografia, como base da pesquisa e da produção do conhecimento geográfico. A partir de pressupostos considerados fundamentais para uma reflexão teórico-epistemológica sobre o assunto, reafirma-se também a centralidade do conceito de espaço na Geografia, o que aponta para a necessidade de delimitação de espaços de conceituação, de modo a garantir a visibilidade dos fenômenos, não podendo haver hierarquia entre os diferentes recortes, que, em última instância, servem à explicitação das qualidades específicas dos fenômenos estudados por cada pesquisador.

Palavras-chave: trabalho de campo; Geografia; produção do conhecimento geográfico; Espaço

ABSTRACT:

This article proposes one theoretical and methodological reflection about the importance of the field work in geographical knowledge production in contemporaneity. It begins from some basic purposes to guide over all the reflection about the link among concepts, theories and methodological procedures in Geography. In the first place, it stands on for the opinion that there is in the purposed discussion one disciplinary singularity of Geography and geographical knowledge production. Secondly, it affirms the necessity to reveal, by the field work in Geography, the various possibilities of carving, analysis and concept the space from the searcher's questions, marks and objectives. As the third purpose, it reaffirms the necessity to dominate the dichotomies and ambiguities of Geography. The field work is the key instrument to dominate these ambiguities when it doesn't emphasize the analysis of the called natural factors or the human factors. As the fourth purpose, it affirms that theory and methodology, concepts and their realization cannot be separated in the field work. Not to exhaust the wealth and complexity of the theme, at its end, it emphasizes the importance of field work in Geography as support of geographic knowledge search and production. From fundamental purposes for one theoretical and epistemological reflection, it also reaffirms the centrality of space

concept in Geography, pointing to the necessity of delimit the concept spaces, so that to guarantee the phenomena's visibility, without hierarchy among the different carvings that, without further appeal, explicit the specific qualities of every searcher's studied phenomena's.

Key Words: Field work; Geography; Geographic knowledge production; Space

INTRODUÇÃO

Fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre a importância do trabalho de campo na produção do conhecimento geográfico na contemporaneidade, eis o desafio a que nos propomos no presente texto. Trata-se inicialmente de (re) afirmar alguns pressupostos de base, que irão nortear a reflexão, baseada, sobretudo, na articulação entre conceitos, teorias e procedimentos metodológicos na Geografia.

Em primeiro lugar, defendemos a idéia de que há uma especificidade disciplinar na discussão aqui proposta, própria à Geografia e à produção do conhecimento geográfico. Uma reflexão sobre a importância do trabalho de campo nesta disciplina requer a compreensão de sua especificidade frente às outras disciplinas, sobre seus trunfos e seus handicaps frente às outras ciências naturais e sociais. Afinal, o que há de epistemologicamente diferente na produção do conhecimento geográfico?

Em segundo lugar, e, de certo modo, já respondendo, de maneira preliminar, às questões enunciadas no parágrafo precedente, afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade.

Como terceiro pressuposto, é necessário também reafirmar a necessidade de superação das dicotomias e ambigüidades características da Geografia. O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambigüidades, não priorizando nem a

análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a idéia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a idéia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões.

Não pode haver separação entre teoria e metodologia, entre os conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo: eis o quarto pressuposto da discussão aqui proposta. Essa separação existe e persiste, no entanto, na produção do conhecimento científico, não se constituindo numa especificidade da Geografia. O fantasma do empirismo que ronda a produção do conhecimento geográfico leva muitas vezes o pesquisador a reflexões teóricas elaboradas, mas sem a fundamentação empírica necessária à demonstração e à validação dos conceitos, que aparecem não raro descolados da realidade. Ou então se tem o oposto: bons bancos de dados e técnicas elaboradas de representação da realidade, sem a reflexão teórica necessária e fundamental à compreensão e análise crítica do conteúdo empírico pesquisado. Essa separação não existe e é um construto artificial, teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda.

1. GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA DO ESPAÇO: UMA ESPECIFICIDADE?

Poucos estariam dispostos a contestar o papel central do “espaço” enquanto conceito na produção do conhecimento geográfico. Isso é, com certeza, a especificidade maior da Geografia, sua razão de ser perante as outras ciências. Os estudos da dimensão espacial da sociedade e da dimensão social do espaço colocam a Geografia diante da árdua tarefa de operacionalização do conceito de “espaço” em sua dimensão empírica. Para Santos (1992), como a própria sociedade que lhe dá vida e anima, o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Porém, assim considerar o espaço é “uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1992, p. 5).

Esta regra de método requer a eleição de categorias e variáveis pelo sujeito que pesquisa, categorias e variáveis que Santos (1992) chama de “elementos”, como a base primeira de toda dedução. Mas, para a análise de um dado espaço não basta apenas a definição de categorias (variáveis ou elementos), mas antes a possibilidade de fazê-los interagir e relacionar-se no momento da pesquisa.

Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações, e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si (SANTOS, 1992, p. 14).

É necessário, portanto, buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto. As relações e interações entre as variáveis estão sempre subordinadas ao todo e aos seus movimentos. Uma variável pode mudar seu movimento ou dinâmica, fato que remeteria imediatamente ao todo, já que esta mudança “individual” poderia modificar também o “todo”, fazendo o outro, ainda que ele continue a constituir uma totalidade. Toda variável (elemento ou categoria) possui a um só tempo características próprias (técnicas e funcionais) e características sistêmicas. Por isso, a noção de causa e efeito é considerada por Santos (1992) como “insuficiente” para compreender e valorizar o movimento real do espaço e da sociedade.

O espaço enquanto conceito e especificidade da Geografia é a um só tempo produto e processo histórico, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos. É, também, o mais interdisciplinar dos objetos concretos, o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Como a sociedade está sempre espacializando-se, ela busca se encaixar nas paisagens, o que supõe lugares e regiões, onde vão se instalar, a cada momento, suas diferentes frações. A espacialização é, portanto, funcional, um momento ou um conjunto de momentos de inserção territorial dos processos sociais. No seu movimento permanente, a

sociedade está sempre subordinada à lei do espaço pré-existente, o que faz do espaço um todo estrutural. O espaço é, de acordo com Santos (1994), “a totalidade verdadeira”, porque dinâmica, resultado e condição dos processos de geografação da sociedade sobre o conjunto de paisagens que constituem uma configuração territorial (Compare: SANTOS, 1994).

A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma nova metamorfose. Volta a ser real-abstrato (SANTOS, 1996, p. 98).

2. O RECORTE DOS ESPAÇOS DE CONCEITUAÇÃO

Recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em Geografia. Se admitirmos, como Castro (1995), que a realidade está presente em todos os recortes espaciais possíveis; que o recorte dos espaços de conceituação não fragmenta a realidade; que os diferentes recortes podem revelar qualidades diversas dos fenômenos que se deseja estudar; e que, finalmente, o recorte serve para explicitar e dar visibilidade àquilo que se deseja pesquisar e analisar, conclui-se, como a autora citada, que não há hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem recorte mais ou menos válido para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia.

Concorda-se ainda com Castro (1995) que a questão da escala em Geografia é, antes de tudo, um problema fenomenal, embora o recorte dos espaços de conceituação tenha também rebatimento e conseqüências de cunho dimensional. São, portanto, as questões e os problemas de pesquisa, bem como as características específicas dos fenômenos, as quais se deseja explicitar e dar visibilidade, que vão justificar, em última instância, o acerto da escolha de um determinado recorte espacial em detrimento de outro. Aqui adentramos numa temática cara à Geografia, aquela das múltiplas possibilidades e maneiras de se recortar o espaço. Que dados e

levantamentos devem ser priorizados em um recorte regional, por exemplo? Se o recorte é o mundo, um continente ou um conjunto de países, regiões ou municípios, como proceder então aos levantamentos empíricos necessários ao desenvolvimento de uma pesquisa em Geografia?

Não pode haver separação entre intenção e ação, afinal a escala enquanto conceito é mediadora das múltiplas possibilidades de observação das configurações espaciais. Se for assim, a escala seria, sobretudo, mediadora de uma pertinência, como afirmam Racine, Raffestin e Ruffy (1983). Colocado como problema fundamental para o trabalho de campo em Geografia, o recorte dos espaços de conceituação vai mediar, em última instância, a pertinência entre as unidades de observação e os atributos que vamos associar a elas. Quais recortes poderiam favorecer a visibilidade das propriedades globais de um determinado fenômeno? Quais favoreceriam a observação das propriedades locais deste mesmo fenômeno?

Cada estudo merece ser colocado dentro de sua perspectiva correta, isto é, dentro de seu campo de pertinência, não somente em relação à área escolhida mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise. Assim, estudar a centralidade apoiando-nos sobre os dados do comércio varejista, pode ser apropriado no caso de pequenas cidades. Para as grandes aglomerações é, sobretudo, através da coleta de dados medindo uma função de ordem superior (o comércio atacadista, por exemplo), que a diferenciação entre os centros pode aparecer (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 125)

Vemos que a mudança do recorte dos espaços de conceituação vai alterar de modo fundamental as qualidades dos fenômenos observados. Há, é claro, uma tendência à homogeneidade com a diminuição progressiva da escala, enquanto a heterogeneidade aumenta proporcionalmente à medida que os recortes tornam-se mais concretos e a escala aumenta. Por isso, é oportuno lembrar, com os autores citados no parágrafo precedente, que os recortes mais abstratos vão favorecer e dar visibilidade à informação estruturante, aos dados agregados, aos fenômenos latentes e à tendência à homogeneidade e ao “modelo”, enquanto os recortes

mais concretos vão valorizar a informação factual, os dados individuais ou desagregados, os fenômenos manifestos e a tendência à heterogeneidade.

Como partir para o trabalho de campo, quando o recorte é “global” ou “regional”? Tais recortes limitam, muitas vezes, o trabalho de campo ao levantamento de dados estatísticos provenientes de fontes secundárias, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais. Nesse contexto, o espaço regional (ou nacional) apresenta como unidade quantificável o município, base a partir da qual se comparam situações e se estabelecem relações, com a utilização de técnicas quantitativas (ROCHA, 1999). Os limites para o desenvolvimento das pesquisas são impostos em geral pela falta de recursos financeiros, que, em última instância, vão restringir a atuação dos pesquisadores na coleta de dados primários a alguns municípios. Prioriza-se a indução enquanto procedimento metodológico, agrupando-se os dados coletados a partir da busca de “semelhanças” até se chegar ao “todo global” ou ao “todo regional” (compare: CORRÊA, 1986).

A questão da restrição na coleta de dados primários impõe, portanto, a necessidade de aceitar dados provenientes de pesquisas institucionais, muitas vezes coletados através de técnicas e procedimentos que se revelam incompatíveis com as questões de pesquisa e os recortes dos espaços de conceituação definidos pelo pesquisador. Há aqui geralmente a necessidade de desagregação de dados para posterior agregação em novos recortes, o que exige também conhecimento aprofundado das técnicas e dos procedimentos estatísticos. Mas nem sempre isso é possível, já que, ao se restringir aos dados provenientes de censos institucionais, o pesquisador não tem o poder de realmente escolher as variáveis analisadas, pré-determinadas pelas pesquisas institucionais já realizadas. Esse é um problema de difícil resolução, mas há aqui vasto campo para atuação do Geógrafo enquanto profissional e pesquisador: atuar para a incorporação de novas variáveis de análise e de novos recortes espaciais, bem como para a adoção de novas técnicas e metodologias, nos levantamentos censitários das instâncias governamentais (Compare: GUIDUGLI, 1980²).

² “O que pode a Geografia fazer para melhorar as qualidades dos dados oficialmente conduzidos?” (GUIDUGLI, 1980, p. 15).

3. SUPERANDO AS DICOTOMIAS E AS AMBIGÜIDADES...

A reconstituição do todo, como proposto por Santos (1992), pressupõe o abandono das velhas dicotomias (Geografia Humana versus Geografia Física, técnicas qualitativas versus técnicas quantitativas, fenomenologia versus materialismo histórico) e a busca não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares, regiões, paisagens e territórios que expressam a totalidade do espaço. É preciso, sobretudo, pensar o espaço como algo dinâmico e mutável, reflexo e condição da/para a ação dos seres humanos, como espaço vivido e, por isso mesmo, “representável”, algo passível de “apropriação”. De acordo com o conceito de apropriação, tal como definido pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, um processo efetivo de territorialização deve reunir, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva: “A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar” (citado por HAESBAERT, 1997).

A “paisagem”, termo surgido no século XIV nos Países Baixos, pode ser a chave para a resolução das ambigüidades no âmbito do trabalho de campo em Geografia. Tem a vantagem de ser o mais operacional dos conceitos à disposição do pesquisador para levantamentos empíricos e a desvantagem de estar muito associado à chamada Geografia Tradicional de Humboldt a Vidal de La Blache e Jean Brunhes. Enquanto Humboldt “percorria a paisagem com um olhar que oscilava horizontalmente” (CLAVAL, 2004, p. 23), a paisagem resultando da reconstrução sistemática daquilo que a sucessão de pontos de vista permitia descobrir, e Jean Brunhes assumia a direção de uma ambiciosa missão do banqueiro Albert Kahn, para fixar através da fotografia as paisagens ameaçadas de desnaturalização pela modernidade, a visão dos geógrafos sobre a paisagem vai deixando paulatinamente de ser horizontal ou oblíqua para tornar-se “vertical”. Mas, como alerta Claval:

A passagem para a percepção vertical - que permite as generalizações, evidencia a estrutura das distribuições e permite a leitura dos reagrupamentos regionais - não ocorre sem perigo para o geógrafo: ela às vezes leva a

esquecer os objetos que realmente importam na vida das pessoas, que são substituídos por outros (...) a preocupação de não reduzir a paisagem apenas à sua dimensão vertical demanda correções. É o que se aprende educando o “olho” do geógrafo (CLAVAL, 2004, p. 25).

Antes de tudo, devem ser evitadas as simplificações do olhar vertical, trabalhando a um só tempo com os múltiplos olhares oblíquos ou horizontais e a verticalidade das paisagens. É a partir das múltiplas visões horizontais que o pesquisador pode imaginar o que forneceria uma visão vertical das paisagens analisadas. O geógrafo deve, pois, aprender a multiplicar seus pontos de vista sobre as paisagens, ter frente a elas uma postura “ativa”. Só é possível esclarecer as paisagens quando compreendemos como e por que elas funcionam (compare: CLAVAL, 2004). De qualquer modo, é inegável a importância da análise vertical das paisagens no trabalho de campo em Geografia:

Os cortes assumem esse lugar nas abordagens seguidas pelos geógrafos físicos porque permitem que se vá além da referência aos elementos definidores, que se ultrapassem os aspectos episódicos e que se esclareça a gênese dos conjuntos naturais (CLAVAL, 2004, p. 30).

A descrição de paisagens urbanas tais como as descobrimos percorrendo a cidade dá idéia das etapas de sua evolução, mas não explica seu papel, não mostra do que a cidade vive, não permite compreender seus problemas. Passemos do olhar do visitante à perspectiva vertical daquele que dispõe de mapas, fotografias aéreas e pesquisas sobre os hábitos de deslocamentos dos cidadãos. A cidade deixa de aparecer como um caleidoscópio. Tudo se torna claro (CLAVAL, 2004, p. 34).

Todavia, é necessário reconhecer as limitações de uma leitura funcional das paisagens como procedimento metodológico do trabalho de campo em Geografia, já que nem sempre a realidade visível esclarece completamente o que de fato acontece no espaço. De acordo com Claval (2004), as paisagens e os mapas podem “mentir”, se não admitirmos que não é somente a “realidade objetiva” que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos

do sujeito que observa e pesquisa. É preciso reconhecer a paisagem enquanto convivência, explorando seus “fios cruzados e trocas recíprocas” (CLAVAL, 2004, p. 49). Vista assim, a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz, já que, ao que parece, “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles” (BERQUE, 1999, apud CLAVAL, 2004, p. 50).

As atitudes se modificaram no decorrer da década de setenta. O impacto das filosofias fenomenológicas influenciou-as significativamente: o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado. É preciso fazer um esforço para retornar às sensações e desconstruir aquilo que nossa educação nos ensinou; então, e só então, é possível através de uma descrição crítica e minuciosa das sensações, compreender as coisas como elas são e penetrar na sua verdadeira natureza. Não é este um convite para se refletir a respeito do olhar sobre o real que os geógrafos sustentam há duas gerações? Não é este o momento de lembrar que a paisagem é criada pelo observador e que ela depende do ponto de vista que ele escolheu e do enquadramento que ele lhe dá? (CLAVAL, 2004, p. 48).

Conceitualmente, deve-se admitir, como Corrêa (1986), que o espaço e os múltiplos conceitos e recortes espaciais a ele associados - região, lugar, paisagem e território - nada têm da preconizada harmonia da Geografia Tradicional. Ao mesmo tempo, se o espaço é o todo verdadeiro para a Geografia e para o trabalho de campo necessário à produção do conhecimento geográfico, então regiões, paisagens, lugares e territórios não são únicos, mas sim particulares. São especificações de uma totalidade da qual fazem parte “através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial” ou, em outras palavras, realizações de “um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral (...) e o particular” (CORRÊA, 1986, p. 46).

O movimento que transforma a totalidade em “multiplicidade” também a individualiza através das formas. Os fragmentos desta totalidade, ao se tornarem “objetivos”, continuam integrando a totalidade, são a essência e a atividade dos objetos e elementos, mas sempre estão em

função da totalidade que permanece “íntegra”: “Cada indivíduo é apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser; ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo” (SANTOS, 1996, p. 98).

4. TEORIA E MÉTODO SÃO INSEPARÁVEIS NO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA!

É necessário concordar mais uma vez com Racine, Raffestin e Ruffy (1983), quando estes afirmam que tanto os geógrafos alinhados à fenomenologia, quanto àqueles mais afinados com a dialética marxista, baseiam suas pesquisas na escolha de espaços de conceituação diferentes, sem que esta escolha seja normalmente explicitada. Não há, em geral, uma explicitação da teoria (e do método) que embasaram a escolha do recorte, pois se pensarmos nos termos colocados pelos autores referidos, com a dialética marxista estamos no terreno da informação estruturante e dos dados agregados, com maior tendência à homogeneidade, enquanto que, com a fenomenologia, adentramos o terreno da informação factual e dos dados individuais, com maior tendência à heterogeneidade.

Colocar a questão da escala conceitual é, portanto, reconhecer o (difícil) problema - epistemológico - “da pertinência da ligação entre uma unidade de observação e o atributo que associamos a ela” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 125). No âmbito da produção do conhecimento geográfico,

não há nível de análise privilegiado, nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas, das quais não se pode, a priori, prejudicar o papel e, portanto, não se pode negligenciar. É por isso indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços. Em seguida é necessário realizar a articulação dessas representações, pois elas são função daquilo que se poderia chamar de espaço de conceituação diferente (LACOSTE, 1993, p. 81).

Na fenomenologia de Husserl, as “coisas” do mundo material eram arrancadas do seu contexto funcional, para se “reconstruir”, através da consciência, o Mundo “despedaçado”. Aqui, é o Homem e não o fluxo histórico, biológico e natural (bem como suas leis) o tema da Filosofia. A aparente contradição/dificuldade está justamente em arrancar os fenômenos do contexto histórico como procedimento inicial do “trabalho de campo” para depois reintroduzi-los no fluxo da história. Isso é possível? O problema enquanto procedimento metodológico está, em geral, no fato de primeiro utilizarmos uma estratégia de periodização dos fatos e “coisas” (ou elementos, nas palavras de Santos) dos diferentes espaços de conceituação, para, somente em seguida, verificar a força dos fatos e “coisas” (ou elementos) na percepção e na consciência do pesquisador e dos (outros) sujeitos, os agentes que produzem os diferentes espaços de conceituação e que são objetos de nossas pesquisas. Pergunta-se: Não deveria ser o contrário?!

O materialismo histórico, enquanto paradigma totalizante pode funcionar como uma camisa de força para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia. A questão colocada por Castro (1995) sobre a possibilidade de articulação entre a necessidade empírica dos recortes espaciais e a fidelidade exclusiva ao paradigma do materialismo histórico - das relações sociais de produção - é pertinente, já que a referência analítica para os estudos e pesquisas em Geografia pode deixar de ser necessariamente o espaço³. Ou seja, agindo sob a exclusividade dessa lógica, o geógrafo corre o risco de não conferir significância a quaisquer recortes espaciais, deixando de fora do escopo analítico da disciplina importantes frações do espaço, “como os espaços regionais ou mesmo os espaços do cotidiano da Geografia humanista, que, se não cabem em algumas

³ Castro critica especificamente as formulações de Grataloup (1979) e suas tentativas de definição de uma escala geográfica como uma hierarquia de níveis do espaço social, como um encaixamento de estruturas, esclarecendo, no limite, que nem toda área é uma estrutura: “Aqui temos um problema. A aceção de nível como estrutura e a sua afirmação de que nem toda área é uma estrutura permitiram-lhe afirmar que áreas homogêneas não constituem um nível de análise” (CASTRO, 1995, p. 124).

estruturas conceituais, impõem-se a partir da realidade de sua existência” (CASTRO, 1995, p. 125).

Nos passos de Hegel e sob a influência de um interesse na história extraordinariamente intenso, a filosofia ameaçava degenerar em uma especulação sobre se o fluxo histórico exibia ou não leis possíveis (...) A insistência de Husserl nas “próprias coisas” - que elimina essa especulação vazia e prossegue separando o conteúdo fenomenologicamente dado de um processo de sua gênese - teve uma influência libertadora à medida que o próprio Homem, e não o fluxo histórico, natural, biológico ou psicológico para o qual ele é sugado, pode novamente tornar-se um tema para a filosofia (ARENDR, 2002, p. 17-18).

Arrancar um elemento, objeto ou fenômeno do fluxo histórico para depois reintroduzi-lo no movimento da história pode ajudar o geógrafo na operacionalização do trabalho de campo, devolvendo a este último sua importância na produção do conhecimento em Geografia. Afinal, não deveria haver incompatibilidade, em termos de procedimento, entre a análise da individualidade dos fenômenos e o resgate de sua dimensão histórica, nem mesmo entre uma concepção de ciência interessada na história e na mediação homem-natureza e uma outra voltada para a essência dos fenômenos. Como Sposito (2004), pode-se concluir que o método, seja ele fenomenológico ou dialético, “contém suas leis, sua base ideológica, suas categorias para a elaboração dos vários conceitos e teorias que nos permitirão realizar nossa leitura científica de mundo” (SPOSITO, 2004, p. 65).

Portanto, dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”. Por outro lado, se o espaço é a totalidade verdadeira para a Geografia, a história se impõe como recurso metodológico, já que é através do significado particular de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (Compare: SANTOS, 1994). Mas, devemos também estar atentos para os riscos do historicismo e do

determinismo histórico, de modo a desenvolver uma visão prospectiva que permita entrever o futuro “de forma objetiva”, como defendido por Santos (1994). Uma objetividade que, com certeza, não exclui a explicitação do sujeito que pesquisa, nem dos sujeitos que sua pesquisa pretende analisar.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Não desejando esgotar aqui a riqueza e a complexidade do tema, reafirma-se ao final deste artigo a importância do trabalho de campo na Geografia, como base da pesquisa e da produção do conhecimento geográfico. A partir de pressupostos considerados fundamentais para uma reflexão teórico-epistemológica sobre o assunto, reafirma-se também a centralidade do conceito de espaço na Geografia, que aponta para a necessidade de delimitação de espaços de conceituação, de modo a garantir a visibilidade dos fenômenos, não podendo haver hierarquia entre os diferentes recortes, que, em última instância, servem à explicitação das qualidades específicas dos fenômenos estudados por cada pesquisador.

Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos. Estamos aqui diante do clássico dilema entre “idealismo” e “materialismo”, entre a “abstração” e o “concreto”. Desde Aristóteles e Platão, essa antinomia vai marcar toda a produção filosófica e científica nos 22 séculos seguintes. Para Sposito, “mesmo na Geografia, se considerarmos que ela ganha estatuto de ciência a partir do Renascimento e seus desdobramentos nos séculos seguintes, essa antinomia vai continuar se manifestando nas diferentes escolas que vão surgir no mundo ocidental” (SPOSITO, 2004, p. 40).

Sob diversos aspectos, Hegel e o hegelianismo promulgaram uma poderosa ontologia e fenomenologia espacialista, que reificou e fetichizou o espaço sob a forma do Estado territorial, locus e meio da razão aprimorada (...) o tempo foi subordinado ao espaço, passando a

própria história a ser dirigida por um “espírito” territorial, o Estado. O anti-hegelianismo de Marx não se restringiu a uma crítica materialista do idealismo. Foi também uma tentativa de reestabelecer a historicidade - a temporalidade revolucionária - em sua primazia sobre o espírito da espacialidade. Desse projeto brotaram uma sensibilidade e uma resistência vigorosas à afirmação do espaço numa posição de determinação histórica e social, um anti-espacialismo anti-hegeliano entremeado, praticamente, na totalidade dos textos de Marx (SOJA, 1993, p. 109).

Portanto, a oposição entre “idealismo” e “materialismo” estará presente também na construção do materialismo histórico, que subverte a dialética hegeliana, “invertendo-a” para denunciar as limitações do idealismo na interpretação dos fatos do mundo. Concorde-se com Sposito, quando este afirma que o materialismo histórico possibilitou uma elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido, com todas as suas determinações (compare: SPOSITO, 2004). No entanto, deve-se alertar para o risco implícito em algumas dessas determinações, como a crença de que a modernização capitalista seria em si mesma benéfica para a periferia do sistema, já que isto criaria as condições pré-materiais para o advento do socialismo. Talvez seja necessário, como proposto por Souza (1995)⁴, não somente “atualizar” Marx, mas abandonar parte “essencial e fundante de seu pensamento”, renegando a “cega fé marxista na positividade das forças produtivas do capitalismo” (SOUZA, 1995, p. 104).

Finalmente, é necessário enfatizar as múltiplas possibilidades da dialética, como a arte do falar e do pensar filosóficos, em nada incompatíveis com uma abordagem fenomenológica ou mesmo com procedimentos indutivos (ou dedutivos) na operacionalização da pesquisa e do trabalho de campo em Geografia. Assumir as contradições na produção do espaço não elimina a possibilidade de buscar a essência dos fenômenos nos seus diferentes recortes, nem a utilização de procedimentos que objetivem alcançar (e explicitar)

⁴ O autor inspira-se nas idéias do filósofo Cornelius Castoriadis, para quem o socialismo não passaria de uma “farsa grotesca” (SOUZA, 1995, p. 105).

uma totalidade, a partir do raciocínio indutivo ou dedutivo. A unidade e a interpenetração dos contrários, características básicas do método dialético, devem ser levadas, enquanto estratégias de operacionalização do trabalho de campo em Geografia, às suas últimas conseqüências, no sentido de evitar os riscos presentes na produção do conhecimento científico, rechaçando os “determinismos”, “mecanicismos” e “evolucionismos” e incorporando ao desenvolvimento das pesquisas geográficas a importância dos sujeitos e de suas visões de mundo em sua dimensão mais profunda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. A Dignidade da Política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. 195 p.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, Textos e Identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 13-74.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 1986. 93 p.
- GUIDUGLI, Odeibler. Geografia e Planejamento. Geografia, Rio Claro, AGETEO, v. 5, n° 9-10, p. 3-18. Outubro 1980.
- LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ª edição. Campinas: Papirus, 1993. 263 p.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação. Contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, n° 45, v. 1, p. 123-135. Jan/mar. 1983.
- ROCHA, Márcio Mendes. Formas e Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa Regional em Geografia. In: GEOUSP - Revista da Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, FFLCH/Departamento de Geografia/USP, n° 5, p. 61-66. 1999.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994. 124 p.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3ª ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992. 88 p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu Saverio. *Geografia e Filosofia. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 218 p.

A IMPLICAÇÃO: UM NOVO SEDIMENTO A SE EXPLORAR NA GEOGRAFIA?

*Ricardo Baitz**

“Perguntar-se-me-á por que, efetivamente, narrei todas essas coisinhas inexpressivas, segundo o modo de ver tradicional. Isto me atormenta, especialmente se estou destinado a refletir sobre problemas mais transcendentais. Respostas: essas coisinhas - nutrição, lugar, clima, devaneios, a casuística total do egoísmo - são infinitamente mais importantes de tudo aquilo que até agora tem sido considerado como importante. É precisamente aqui que convém mudar de método. Tudo aquilo que até agora os homens têm considerado seriamente não é nem mesmo a realidade, não é mais do que imaginação, ou constitui mais precisamente uma ladainha de mentiras, produzidas pelos maus instintos de naturezas doentias, nefastas no mais amplo sentido da palavra; assim como os conceitos de ‘Deus’, ‘alma’, ‘virtude’, ‘culpa’, ‘além’, ‘verdade’, ‘eternidade’... (...) Todos os problemas políticos, sociológicos e educacionais são profundamente falseados desde a origem, pelo fato de se tornarem os homens mais nefastos como grandes homens, ensinando-se o desprezo das ‘pequenas coisas’, isto é, das coisas fundamentais da vida...”¹

* Geógrafo e mestre em Geografia Humana pelo DG/FFLCH/USP. Advogado pela PUC/SP e OAB/SP. Pós-graduando em Direito Público pela Escola Superior de Advocacia - ESA/SP.

¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*, São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 64.

À exceção de alguns trabalhos, a pesquisa de campo é um pressuposto na Geografia. Transcrição (descrição), representação (Cartografia) e modificação (planejamento) são atividades desempenhadas pelos geógrafos que se remetem, em algum momento, ao trabalho no terreno. Por isto é possível dizer que desenvolvemos, em nossa formação, uma intimidade quase tátil com o campo, sendo-nos um grande prazer a ida ao campo.

Essa intimidade, entretanto, não nos torna totalmente livres nas atividades de pesquisa, pois não vamos, simplesmente, ao campo. A “ida” é precedida de muitas técnicas e tecnologias. Carregamos certos instrumentos, como o diário de pesquisa, e sempre o conhecimento das técnicas e procedimentos da análise.

Tais técnicas hoje estão tão interiorizadas nas múltiplas ciências que se tornaram quase um novo pressuposto, tal como ir ao trabalho de campo, e por isto são esquecidas enquanto um momento histórico do conhecimento, pois foi num certo momento da história que elas surgiram e se proliferaram. Enfim, as conhecidas técnicas científicas se remetem à história do pensamento analítico, que em sua tentativa fugaz de desvendar o mundo, “esquartejou-o” para que houvesse partes a analisar. Caberiam muitas críticas a essa abordagem, mas sua contribuição é inconteste à medida que ela também sofreu um progresso e saiu do estágio primitivo da separação, adentrando a articulação, que foi inicialmente externa e posteriormente interna, chegando à dialética².

Notado haver esse progresso, permanece a crítica ao método da cisão por alicerçar-se na separação entre o sujeito e o objeto, o que é bastante controverso nas Humanidades, onde se sabe não existir uma nítida linha demarcatória entre o território do primeiro e o do segundo (se é que tal linha, em quaisquer ciências, existiu algum dia). Embora contestada, a prática da separação sujeito-objeto infelizmente enraizou-se profundamente no ocidente, sendo aplicada às massas indistintamente. Paulo Freire, para citar apenas o campo da Educação, suplicou pela extinção da educação bancária; ou seja,

² O apontamento de um progresso no modo de pensar e compreender o mundo não significa que haja uma hierarquia entre os pensamentos. A história demonstra o contrário, pois o movimento de progresso admitiu também o retrocesso, especialmente quando da adoção de formas dogmáticas de entendimento, fantasma que assombra até hoje o pensamento de esquerda.

suplicou para que se pusesse fim à separação entre sujeito e objeto no processo de ensino, no processo do conhecimento. Ele intensamente declarou que o professor e/ou o conhecimento não são sujeitos face aos alunos (que por sua vez não são objetos), mas que ambos estão em relação, indo para além do método analítico na Educação. Embora isso, o professor que se declara aprendiz na sala de aula nos dias de hoje continua a ser visto com suspeição de incompetência e incapacidade tanto pelos alunos quanto pelos pais de alunos ou pelos colegas de profissão... “Professor e aluno não se confundem”, é o que eles dizem, hierarquizando as relações e o próprio conhecimento, respaldando-se e dando um uso à teoria de Piaget que o entristeceria³.

Se por um lado na Educação os exemplos beiram ao caricatural (certa vez, durante uma aula um professor declarou-me como forma de retomar sua autoridade no ensino “que o corpo docente não conversa com o corpo discente”), por outro, na pesquisa de campo, nem sempre ficamos atentos às práticas vexatórias impostas pelo limite mais interno desse método calcado na lógica formal. Aproximar-se demais do objeto, tornar-se parte dele, deixar-se invadir pela pesquisa são posições condenáveis ou impeditivas pelo método científico tradicional. O dentista, por motivos óbvios, não trata seus próprios dentes. Mas pode o médico receitar a si mesmo medicamentos (auto medicação)? Seria legítimo advogar em causa própria? Pode um juiz julgar casos no quais reine seus interesses pessoais? A resposta jurídica é taxativamente não. Igual impedimento cabe ao pesquisador que se aproxima por demais do objeto, deixando-se confundir a ele (morar numa tribo para pesquisá-la é permitido; tornar-se índio, nunca - esse seria um princípio da etnografia). Estes e muitos outros casos ferem a denominada objetividade

³ Piaget dedicou grande parte da sua vida a estabelecer as fases do desenvolvimento cognitivo. Assim, ele pôde estabelecer e hierarquizar o que uma criança de 5 anos consegue apreender e aquilo que lhe escapa por questões de maturação cognitiva. Sua proposta, entretanto, não é a de simplesmente estabelecer quais conhecimentos devem se dirigir a cada faixa etária, mas a de desvendar os processos que adiantem essas etapas, permitindo acelerar o ensino de conhecimentos complexos às crianças de menor faixa etária. Ele vislumbra possibilidades, ainda que dentro da grade biológica, daquilo que seria pré-programado no ser humano. Ele, de um modo ou outro, superou sua teoria inicial, sendo esse o mérito de sua pesquisa.

científica, bem como seus estatutos mais internos, e por isso tais pesquisas não são consideradas como verdadeiramente “científicas” pelos juízes, legisladores e políticos das ciências. Esses “representantes” vêm mais que atos bárbaros nessas ações: tratar-se-iam de crimes à ciência, especialmente porque essa hipótese, se levada ao seu limite, significaria a admissão que o homem comum, despreparado das refinadas técnicas de investigação científica, pode também pensar, o que acabaria com a prerrogativa dos cientistas. Sendo nossas ciências espelhos de nossa sociedade (ou melhor, mais um momento de reprodução desta), não poderia ser diferente. Problematizemos, numa visão crítica.

O que fazer, então, quando o objeto bate à nossa porta? E se esse objeto for nossa própria casa, rua ou bairro? Podemos investigar nosso próprio “habitat” (caso corriqueiro numa cidade invadida de operações urbanas, desapropriações, revitalizações...) ou nos auto analisar? A ética nos obriga a tomar distância e a nos afastar desse “contato”, pois estaríamos “contaminados” por emoções e outros sentimentos que ofuscariam a objetividade científica. A cientificidade clássica tem respostas prontas: por seus estatutos, o ideal a ser feito seria confiar o estudo a algum parceiro, que por manter a distância necessária, analisaria melhor a situação, realizando um parecer legítimo da cientificidade. Dizem que o engenheiro que age desse modo na obra da sua casa demonstra que, além de ética, possui amigos de profissão! O que se dirá, então, do médico, do arquiteto, do advogado? O verbo do exercício da profissão sempre se desdobra a um terceiro; nunca é [auto]reflexivo ao profissional que o pratica; enfim, medica-se alguém que não o próprio médico, advoga-se em prol de alguém que não o advogado (proibição da advocacia em causa própria), etc.

A ética, contudo, é uma opção. Ela é instituída por nós, seres humanos “razoáveis”, e nada nos compele a segui-la se aceitarmos os “custos” de sua transgressão. O mesmo vale para a cientificidade. Fazer uma ciência para além do bem e do mal exige, muitas vezes, a transgressão de uma ética que não corresponde mais ao momento em que a própria ciência se encontra! Quando os etnólogos saíram do gabinete e passaram a realizar pesquisas de campo (Malinowski, por exemplo), eles romperam com a ética instituída até então, que se havia transformado na moral científica instituída. Alguns

acadêmicos aplaudiram tal audácia, enquanto outros (a maioria, talvez) condenaram a “nova” cientificidade que rompia com o gabinetismo. Aos poucos tal prática foi assimilada, especialmente porque - e isso é por demais importante - descobriu-se que ela não rompia com a ciência, mas trazia à tona uma nova objetividade; ir ao campo e “senti-lo” tornava mais complexa e completa a pesquisa, além de suscitar questões ofuscadas até então. Tratava-se, enfim, de um magnífico avanço, uma atualização da ciência!

A cisão entre sujeito e objeto tem seus motivos; isto a história elucida. Investiguemos a ética. Ela se realizou objetivando ultrapassar a moral, e para isso concebeu um pesquisador asséptico das impurezas mundanas, que com seus instrumentos abraçaria uma verdade para além do homem comum, homem este que não conquistara até então o estatuto de sujeito, pois sua individualidade encontrava-se dissolvida com o pertencimento comunitário. Quando esse regime quase mitológico caiu, o pesquisador, assim como o rei, ganhou dois corpos⁴, separando o homem mundano (corpo terrestre) do homem racional e celestial (corpo divino, ligado ao exercício da atividade e reinado por uma ordem não humana: a ciência!), habilitando o último a praticar, no exercício da ciência, atos censuráveis à época sem incorrer em crime, adotando o mesmo princípio aplicado hoje aos

⁴ Narro agora uma experiência pessoal, conveniente ao caso. Na minha primeira atuação como banca de um trabalho científico, me surpreendi com o trabalho em exame: o texto parecia ser redigido por duas pessoas. Nos agradecimentos, a candidata abria seu quarto, com detalhes sobre o horário que trabalhara o texto (sempre feito à noite), a música ambiente (Chico Buarque e Chico Science, dentre outros), as valiosas companhias que tornaram o trabalho possível (do animal de estimação aos pais, irrestritamente), bem como o vivido cotidiano, especialmente o do trajeto do seu ônibus. Passadas essas páginas o texto recrudescia: o outro “eu” da candidata redigia e nele somente a ciência e a autoridade de Milton Santos (o que lhe entristeceria) existiam. Embora trabalhasse bem o corpo teórico daquele autor, faltava-lhe o vigor físico típico da juventude, que curiosamente, fora apresentado nos agradecimentos! Eu não contava com a teoria institucional naquele momento, mas o método de Lefebvre me fora suficiente para identificar o fosso cavado e apontar a necessidade de cessar essa tola separação (ato falho, não percebido). Sugeri que ela fizesse da ciência uma aventura, com o método e a vontade dos agradecimentos.

modernos presidentes de Estados quando do exercício da sua função⁵. Razões às quais, mais que rir, deveríamos aplaudir, vez que na sua ausência a ruim humanidade de hoje poderia estar muito pior, confinada ainda às trevas.

Isso não significa que os ganhos tenham sido suficientes para que nos acomodemos sobre esse degrau. Nietzsche reconhece um ganho enorme ao fato do homem ter aprendido a amar seus inimigos; mas ele é incisivo ao dizer que “O homem que aprendeu a amar seus inimigos deve agora aprender a odiar seus amigos”. É ele que demonstra a necessidade de uma potência, de ir além do seu tempo, de não se acomodar sobre aquilo que não existe - o definitivo. Nietzsche não é circular, mesmo porque “a vontade de sistema é uma falta de retidão”⁶, e é por isto que o verbo odiar não pode ser tomado em seu sentido literal, sob pena de ser um retrocesso. Quem aprendeu a amar seus inimigos não vai simplesmente odiar os amigos. Irá, igualmente, desconfiar deles, ou melhor, vê-los com o olhar atento de quem considera os inimigos e por isso mesmo relativiza os amigos. No nosso caso, não seria legítimo ao pesquisador que em devoção à ciência tiver verdadeiramente aprendido a amar seu objeto possa passar

⁵ Cf. CAMY, Olivier. Les deux corps du Président. Texto disponível na internet, www.droitconstitutionnel.net/lesdeuxcorps.htm. A cisão apresentada como ilustração pode ser aprofundada, e os geógrafos possuem um objeto privilegiado para esta análise. A história mostra que com o passar dos tempos a casa se destacou da comunidade, tornando a vida do seu interior privada da vida social através, por exemplo, de janelas e cortinas bem arquitetadas que filtram a luz plasticamente, impedindo, de um lado, que o estrangeiro veja o lar, e permitindo, por outro, que de dentro da casa se possa ver a rua. Essa mesma casa aos poucos tem a vida íntima separada da social: a sala de estar, quarto, cozinha e banheiros se separam. E com os múltiplos quartos a vida íntima se autonomiza, tendendo ao individual. Hábitos se modificam, bem como os móveis e sua função. Comer na mesa de trabalho? Que horror! Até os menores espaços tendem a ganhar uma função. Violência às vezes interrompida com a insurreição do uso (SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso in MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996), que liga à força aquilo que foi separado: forma, função, uso, vida íntima, vida social, etc.

⁶ “Desconfio de todos os sistemáticos e me afasto de seus caminhos. A vontade de sistema é uma falta de retidão” NIETZSCHE, Friedrich. O crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com um martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 13.

a “odiar” a ciência que o mediou, e de certa forma, impediu por muito tempo sua aproximação? Não seria justo que o pesquisador, tendo conquistado o objeto desejado, passasse a lhe prestar fidelidade e examinasse quais foram os motivos mais internos que o conduziram até lá, de forma aberta, interrogativa, e portanto, desconfiada?

A verdade é que ninguém gosta de ser objeto de análise; nem mesmo as ciências e os cientistas. A epistemologia fez suas tentativas, mas nem todas vingaram e tampouco foram suficientes, e por isso ainda vale, no mundo científico atual, o ditado popular “em casa de ferreiro, o espeto é de pau”. Nem todos estão dispostos a arcar com o peso de suas próprias verdades... Analisar os motivos mais íntimos de uma pesquisa implica deixar se examinar, deslocar o campo de coerência do objeto e incluir-se nele⁷.

É assim que a implicação se põe. Essa palavra-valise significa, em primeira análise, que o pesquisador capaz de examinar um objeto através da separação sujeito objeto pode agora aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa. Como Hess dita a respeito da primeira acepção do termo implicação:

“No sentido de implicar-se, a palavra implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que tenta romper a distância instituída entre ele e seu objeto.”⁸

⁷ Mais uma experiência pessoal pertinente ao caso: como morador do bairro de Pinheiros há mais de 20 anos, me negava pesquisá-lo dada essa condição. Por andar muito na região, conhecia bem o lugar, o que tornaria (aparentemente) mais simples assumir sua pesquisa. Dois motivos, contudo, me afastavam: o primeiro, subjetivo, de se apresentar como pesquisador de “fundo de quintal”, quando haveria coisas mais importantes a desvendar (!). O segundo, de ordem mais objetiva, era a percepção de que compulsoriamente, para ser fiel ao que acredito, teria que primeiramente desvendar a todos quem eu era, já que durante a pesquisa meu olhar estaria “comprometido”, vez que, como morador, meu olhar era implicado. Hoje vejo com certa vergonha - e graça - esses tolos motivos; mas eles fazem agora parte do passado, estão interiorizados e bem resolvidos vez que de uma forma ou outra tive que lidar com eles durante a pesquisa do mestrado e sua redação. “Para uma egeografia” registra esse momento.

⁸ HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 199.

O que não implica um retorno ao que se falsamente convencionou chamar de pensamento primitivo, a saber, o pensamento sincrético, que a tudo mistura impedindo a análise. A implicação significa reunião, e seu pressuposto é a divisão, que deve ser trabalhada de modo a remontar a unidade cindida, agora em outro patamar, de forma complexa, com as partes costuradas pelo seu interior⁹. Implicação significa, primeiramente, que não se pode isolar certas peculiaridades da pesquisa em si mesmas; que o pesquisador faz parte da pesquisa (no campo, ele é mais um elemento do conjunto, portanto, mais um elemento a analisar) e que ele, consciente ou não, está imerso nessa relação e desempenha um mandato social muito especial, algo que discutiremos adiante. Nos termos de Lourau,

“A análise organizacional define a posição do sociólogo-especialista em termos que significam distanciamento em relação ao objeto. A análise institucional, ao contrário, contrapõe a implicação do analista a tal distanciamento. (...) A implicação deseja pôr fim às ilusões e imposturas da ‘neutralidade’ analítica, herdadas da psicanálise e, de modo mais geral, de um cientificismo ultrapassado, esquecido de que, para o ‘novo espírito científico’, o observador já está implicado no campo da observação, de que sua intervenção modifica o objeto de estudo, transforma-o”.¹⁰

Sabemos que o universo dos pesquisadores não se limita aos quadros formais. Ao lado do pesquisador burguês (aquele, dos dois corpos) temos o intelectual orgânico (Gramsci) e o intelectual comprometido (Sartre). A

⁹ Convém aqui recuperar o significado do pensamento complexo de Morin. Com a palavra, o autor: “O conhecimento, sob o império do cérebro, separa ou reduz. (...) O problema-chave não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar. O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver, é tão importante, já que *complexus* significa ‘o que é tecido junto’, o que dá uma feição à tapeçaria. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações.” MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento in PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Edgar Pinheiro do. O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Garamond, Rio de Janeiro, 1999, p. 33.

¹⁰ LOURAU, René. Objeto e método da Análise Institucional in ALTOÉ, Sonia (org.). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec: 2004, p. 83.

implicação conduziria ao intelectual implicado, aquele que se aproxima tanto do objeto que torna ele mesmo parte da sua pesquisa. Intelectual ciente que sua vida não foi um ocaso e que tampouco foi um acaso a escolha do objeto que ele pesquisa. Intelectual, enfim, consciente dos motivos íntimos ou alheios (ainda há mestres que insistem em determinar aquilo que se deve ou não pesquisar) que o moveram a pesquisar e a chegar ao campo¹¹.

A exposição desses motivos íntimos faz com que a implicação conduza à intimidade, e a uma escrita mais íntima¹². É comum nos escritos implicados o surgimento da primeira pessoa, sem que isso seja, contudo, um mero recurso linguístico. Pessoalmente sinto um imenso prazer em escrever diretamente ao leitor, e narrar-lhe certas particularidades (como a minha relação com o campo, com a

¹¹ Quando decidi que minha dissertação seria sobre Pinheiros, tinha a pretensão primeira de demonstrar que esse bairro mudara com o tempo, e que a “aura” burguesa da região seria de um período muito recente. Queria pôr em discussão o violento processo que varreu aquele lugar, higienizando-o e carregando em sua vassoura os amigos com quem durante mais de dez anos convivi. Os colegas do tempo de colégio haviam partido; por motivos diversos não conseguiam mais se reproduzir no bairro que se tornou rapidamente “nobre”, e eu pretendia contar essa história, para dizer que a condição da metrópole é da completa vulnerabilidade da vida, com cada geração se criando em outro lugar, normalmente mais longínquo que o que fora permitido aos seus pais. Com o passar dos dias a pesquisa se demonstrou mais complexa, mas esse foco sempre esteve latente.

¹² Em outra banca, agora de graduação, tive o prazer de conversar sobre o trabalho de um grande amigo. Sua pesquisa, sobre futebol, bastante original, explorava a implicação “in natura”. A escrita, com poucas interdições, fluía como um rio que corre para o mar. Do encontro das águas jorrava energia. Ele praticara, em muitos momentos, o que Lefebvre denominava transdução. O mais explêndido era o fato do texto não ter essa preocupação: a espontaneidade do candidato e a gentileza da orientadora em não interditar sua escrita permitiram à banca o contato com um trabalho extremamente rico e aberto, e, portanto, frágil aos olhares clássicos. Minha intervenção se fez especialmente sobre esse aspecto, apresentando a implicação de modo que ele tomasse conhecimento da beleza do que produzira e tivesse elementos para continuar firme no caminho conquistado. O candidato preenchia todos os requisitos, mas faltava-lhe consciência não do método, mas do quanto sua escrita era provocativa e seu provável rechaço, fosse outra a banca. Cabia-me aprová-lo e apresentar as armas necessárias (implicação, transdução, momentos, deriva) para que ele prosseguisse com êxito a vida acadêmica, coisa que deve fazer, formalmente, em breve, no mestrado.

universidade, com certos colegas) serve-me para uma auto-análise (e a uma auto-crítica), bem como ajuda me a criar parceiros, ao tornar-me um alguém mundano, e portanto, aberto ao mundo. Mas essa escrita, especialmente no meio acadêmico, cria muitos inimigos, onde qualquer menção a si mesmo é tratada como “exibicionismo”, “narcisismo” ou “egocentrismo”; embora seja exatamente seu oposto, pois como o amigo Hess explica,

“Toda escrita, dentro da produção institucionalista, é ao mesmo tempo uma escrita autobiográfica. Falando das instituições, falo também de mim e de minha relação com as instituições. Paradoxalmente, todas as nossas produções teóricas se tornam autobiográficas no momento em que a autobiografia, no sentido tradicional, se torna impossível”¹³.

Como nem todos possuem essa leitura, é muito fácil ser confundido¹⁴. Em meu mestrado esforcei-me para que cada parágrafo da “Egogeografia” tratasse não da minha história, e sim daquela de Pinheiros, e nem por isso fui poupado por um membro da banca que me rechaçou dizendo que trata-se de *uma egohistória, e sendo eu um autor diminuto, desinteressante a ele*¹⁵!

¹³ HESS, Remi. 1978 apud RODRIGUES, H.B.C. Do Arrependimento dos Intelectuais ao Triunfo da Rosa. Análise Institucional francesa, Estado e Direitos Humanos. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, PUC/MG, vol. 9, nº 13, jun/2003, p. 100.

¹⁴ A implicação tem como projeto permitir a todos os prazeres da pesquisa. Ela dissolve a condição de especialista do pesquisador comum. Daí de se dizer que a palavra pesquisador precisa ser reinventada com a implicação. Esse é também o motivo das duras críticas dos agrimensores do saber. Bem ou mal eles sabem o que perdem com a implicação, de modo que a palavra “confundido” do texto merece ser relativizada.

¹⁵ Por sua vez, outro membro da banca contribuiu ao perguntar-me sobre uma obra que desconhecia, a Egogeografia de Jacques Levy (LEVY, Jacques. Egogeographie. Paris: Harmattan, 2003). Não tive acesso, até o momento, a essa obra; porém as resenhas que li revelam tratar-se, curiosamente, nem de uma egogeografia, nem de uma egohistória: o livro faz um balanço sobre o que o autor anarquista produziu até o momento, em homenagem aos seus 50 anos de vida, mas a vida em si não está posta em questão (ou análise).

Os detalhes obtusos de como se dá a pesquisa ou sobre como se age no campo arregalam os olhos de muitos amigos, que parecem até hoje desconsiderar como a política e as lingüiças são feitas. A chamada escrita sinistra¹⁶ (ou escrita da mão esquerda) deveria propiciar menos objeções que a escrita destra, não fosse o fascínio das ciências pelo acabado, pelo perfeito, pela mercadoria. A verdade é que tanto a implicação quanto a escrita implicada se vinculam mais à teoria dos momentos¹⁷ e à deriva¹⁸ que ao pragmatismo acadêmico. Contra o academicismo que leva o conhecimento a servir o capitalismo, a implicação recupera o pesquisador enquanto sujeito vivo, ativo e festivo. Através da implicação a pesquisa ganha vida, e o pesquisador, prazer ao pesquisar, algo que sentimos ao ler os textos implicados!

¹⁶ A escrita canhota, feita de modo quente, é um estilo, e em Centro e Periferia, Hess comenta que “Lefebvre fala de estilo! Para Henri Lefebvre, o que conta, no nível pessoal, não é tanto a moral ou o imoralismo, mas sim o estilo. O estilo é a afirmação de sua particularidade, da sua singularidade, de sua aparência periférica! (...) O estilo é o direito à diferença contra a padronização vinculada ao processo de atomização social generalizada... (...) O estilo é o direito de se dizer, não com as palavras do Centro, mas com as palavras da periferia, isto é, de se afirmar para permitir assim a outrem existir dentro de sua diferença. (...) Esse estilo, o discurso do Estado tentará reduzir ao folclore, à marginalidade, à marginalização”. HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 171 e 172.

¹⁷ Vide a obra de Henri Lefebvre, em especial “La somme et le reste” e “Tiempos equívocos”. Há, na internet, uma entrevista de Lefebvre comentando o momento face a situação situacionista. “Henri Lefebvre na Internacional Situacionista” está no site <http://orbita.starmedia.com/~novosdebates/Lefebvre/Lefebvre2.htm>.

¹⁸ A Deriva é uma prática espacial desenvolvida, dentre outros, pela Internacional Situacionista. Ela aparece em diversos escritos situacionistas, em especial na revista de vanguarda Potlach. Esses textos, de domínio público, estão na internet, alguns já traduzidos para o português. É o caso de “Teoria da Deriva”, de Debord. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/348635.shtml>.

PESQUISADOR IMPLICADO

“No sentido de ‘estar implicado’, a palavra implicação remete aos múltiplos pertencimentos institucionais de uma pessoa. Tais pertencimentos implicam a pessoa, isto é, determinam lá e acolá, ainda que inconscientemente.”¹⁹

Falemos agora mais sobre o mandato social do pesquisador. É necessário primeiramente lembrar que a ciência, nos seus primórdios, servia de diversão a uma elite, especialmente quando o assunto era “como os outros povos agem” (alguns etnólogos preservam essa tradição, mas agora pesquisam “o outro” no quintal de suas casas: o melhor exemplo são os guetos urbanos). Adiante, lembremos que esse divertimento não era fortuito: o conhecimento sempre foi usado para os mais diversos fins, inclusive como um facilitador de dominações, o que expande o conjunto das “ciências aplicadas”. Diferentemente do que julgavam muitos dos nossos antecessores, a ciência não é neutra, e muitos pesquisadores inteligentíssimos se desculparam publicamente pelo uso dado aos seus estudos. Daí de existir um arrependimento dos intelectuais. Se estivesse vivo, Marx não se arrependeria de ter escrito parte de suas obras²⁰? Afinal, seu meticuloso trabalho demonstrou qual era a tendência do capital; o que também possibilitou que a ciência econômica e política desenvolvessem um freio ou contorno a tal tendência. Enfim, há uma contra-transferência do saber, e é necessário desvendar - ou ao menos indagar-se sobre - quem usará esse novo “produto”²¹.

¹⁹ HESS, Remi. *Centre et Peripherie*, ed. Edouard Privat, 1978, p. 199.

²⁰ Os escritos de Marx foram realizados, em sua maior parte, fora da universidade. A própria linguagem era anti-acadêmica, e objetivava a transformação do mundo, e não apenas seu entendimento. As academias demoraram - e muito - a incorporar o marxismo, e quando disso, fizeram ao seu modo, utilizando-o das mais diversas formas.

A implicação assume que a ciência e o conhecimento não são neutros, e abre a possibilidade ao pesquisador para que ele rompa seu mandato social e faça uma pesquisa política às avessas, vez que seus estudos serão aplicados de uma forma ou outra. A implicação, voltada à análise da relação do pesquisador com a ciência, investiga e descobre os atos falhos da pesquisa. Ela desvenda que o pesquisador comum é mais um espelho social, que seu estudo tem um uso: reproduzir essa mesma sociedade. Mas o mundo é possibilidade, e não determinação. Esclarecido de seu caráter reprodutor na sociedade, o pesquisador implicado muitas vezes se rebela e nega o exercício desse papel no seu sentido mais estrito. Abro um parêntese: para a Análise Institucional o pesquisador encontra-se em relação com a Instituição. Ele é originalmente o Instituinte, aquele que cria a instituição (sempre móvel) e/ou aquele que almeja se instituir (institucionalização). Existe também um terceiro termo, o instituído, termo forte porque existente, que tende a centralizar todas as relações entre o instituinte e a instituição, de modo a se auto-reproduzir quase que infinitamente, como uma verdade absoluta. Esses três termos estão em relação, e em metamorfose. O instituinte de hoje pode vir a ser o instituído de amanhã, o que relativiza a noção de instituição. “Com seus três momentos: instituído, instituinte e institucionalização, o conceito de instituição inscreve-se como instrumento de análise das contradições sociais”²² e passa a ter seu

²¹ O exemplo, evidentemente, deve ser tomado de forma jocosa. Nós, pesquisadores burgueses, somos prepotentes. Damos ao nosso pensamento uma potência que ele não tem: a de conduzir o mundo. O processo não é guiado por homens com plena ciência do que fazem, como muitos acreditam. Tampouco nossas ciências, construídas sobre esse pilar, realizam-se por completo, “atingindo o alvo” vislumbrado à frente. O processo tem seus meandros, e é o pensar admitindo esses meandros que divide os cientistas entre materialistas e idealistas. Digo com isto que o pensamento não se realiza, como querem os amigos idealistas, objetivamente. Não se molda a realidade tão facilmente quanto uma pedra de sabão. O inverso (determinismo) é igualmente difícil de sustentar. O pensamento e o concreto devem ser trabalhados em relação; sob essa condição, ambos são tomados em transformação e se tornam simultaneamente produtos e produtores, o que relativiza idealismo e materialismo vulgar sem cair no ecletismo. Enfim, a superação dessas formas precedentes do pensar se dá através da abolição das unilateralidades e inserção da relação em termos dialéticos, um terceiro termo.

²² LOURAU, René e LAPASSADE, Georges. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.147.

sentido histórico avaliado. A instituição é por vezes negada. O negativo dialético faz surgir o novo, e reportamos aqui a uma nova instituição, que se apresenta enquanto virtualidade para o instituinte, que não desiste da necessidade de se instituir. Se a instituição existente não lhe é suficiente, que se criem novas: esse é o sentido do seu agir. Fecha-se o parêntese.

Ele deixa, assim, de ser um capitalista do conhecimento. Nos casos mais extremos ele reivindica sua condição de indivíduo e esconde certos conteúdos. Em nossa sociedade, somente os loucos deixam-se invadir em sua mais profunda intimidade. Seria justo exigir que os pesquisadores escrevam tudo aquilo que descobrem, mesmo se esses conteúdos forem favoráveis àquilo que ele busca combater, e portanto, contributivos a uma aceleração do processo em andamento? Discutir a pesquisa com amigos selecionados é coisa bem distinta de redigir e depositar em biblioteca pública. Estar implicado é também esclarecer-se dos seus pares, que nem sempre estão na academia.

IMPLICAÇÃO SEM LIMITES E SOBREIMPLICAÇÃO

Como mencionei anteriormente, existe um vínculo muito forte entre implicação, teoria dos momentos e deriva. O que mais me agrada, nessas três formas complementares e associadas de pesquisar, é que todas remetem ao pesquisador enquanto um sujeito ativo no campo. A experiência implicada é muitas vezes dramática, pois quanto mais se implica mais se deseja implicar-se. A verdadeira implicação, orgânica, é percebida pelo corpo como um prazer.

Quando se interrompe um momento, uma deriva ou uma implicação? Nós desconfiamos quando o momento acabou, quando a deriva não é mais produtiva, ou quando a implicação cessou; mas nem sempre aceitamos esse fato. A tentativa de prolongar por demais uma deriva ou de implicar-se irrestritamente nos traz grandes perigos. A revista da Internacional Situacionista, em 1958, expôs esse tema quanto à deriva de Ralph Rumney, que em sua tentativa de desvendar a cidade foi vencido por Veneza²³.

²³ “Veneza venceu Ralph Rumney” in JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva*. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003, p. 78.

Com a implicação não é diferente. Alguns colegas acabam se esquecendo de seus próprios corpos e passam a implicar-se a todo custo, abandonando a necessária espontaneidade do método. Confundem implicação com o grau de ativismo ou comprometimento (a ser medido, em horas ou em dinheiro!) em certa tarefa ou instituição. Ranço moral e imoral: há casos registrados de participação mecânica e de participação feita à força!

Algumas vezes parece existir uma competição entre quem participa mais. Fala se tanto de implicar (quando se quer dizer participar) em certas rodas que se esconde o real sentido do termo²⁴. Implicar-se não é participar do partido político de manhã, das reuniões do departamento à tarde e da política estudantil à noite, como se fosse bonito trabalhar ou implicar-se à exaustão (sobretrabalho e sobreimplicação²⁵). Lourau, após classificar atos como esse de sobreimplicação, analisa que

“Do ponto de vista da análise institucional, a sobreimplicação não só produz sobretrabalho, estresse rentável, doença, morte e mais-valia, como também cash-flow - benefício absolutamente nítido consagrado

²⁴ “Falar muito de si mesmo pode ser também um modo de se esconder”. NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro. São Paulo: Hemus, 1976, p. 102. “Se o sistema fala de implicações, é para impedir que sejam desveladas. ‘Implique-se, reimplique-se, porém não analise suas implicações’, faz dizer Guigou ao sistema”. LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 189.

²⁵ “A sobreimplicação é o plus, o ponto suplementar que o docente atribui ao trabalho do aluno se encontra esmero em seus cadernos (foi assim que minha filha trouxe para casa, triunfalmente, um 21 sobre 20 em matemática, matéria que ela já brilhava). A sobreimplicação é composta igualmente de virtudes exigidas dos empregados, hierarquizadas em grades de avaliação. (...) Trata-se de exigir um suplemento de espírito, garantia de um sobretrabalho diretamente produtor de identificação com a instituição e indiretamente produtor de mais-valia em favor do empregador - e não em favor do trabalhador coletivo, cuja cooperação repousaria minimamente, ainda e sobretudo, na resistência. É a autogestão ou a co-gestão da alienação”. LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 192.

ao reinvestimento e, portanto, ao crescimento indefinido da empresa-instituição” (...) A morte por trabalho não deveria espantar os pesquisadores sobreimplicados no trabalho do conceito de implicação!”²⁶

Implicar-se não é separar algumas horas do dia para um assunto. Implicar-se é estabelecer uma relação muito íntima com o objeto, sem se remeter à noção de distância tradicional. Não é por menos que René Lourau se dizia Analista Institucional em período integral, vez que sua implicação com a profissão o obrigava a refletir, 24 horas por dia, todos os dias do ano. Tanto que sua obra *Sociologue à plein temps* (Epi, 1976), “aspirava a mostrar que não se faz sociologia das oito horas ao meio-dia, e das quatorze às dezoito horas. O objeto do sociólogo o atravessa: ele é parte de seu objeto, tanto de dia como à noite. Por definição, a escolha do ofício implica ‘tempo integral’.”²⁷.

A implicação enquanto um movimento é percebida durante todo o dia. É um aproximar-se vivo, que contraditoriamente obriga a um distanciamento igualmente vivo. Como dito no começo desse artigo, a implicação pressupõe a cisão, e um dos seus perigos é o retrocesso ao pensamento sincrético. Implicar-se sem as devidas ressalvas é viajar sem planos de volta, é deixar de ser pesquisador, e de certo modo, desistir da idéia de progresso e superação possível contida na dialética positiva.

Às vezes a implicação é interrompida para que se redija o texto “destro”, compondo a tese, o livro, o artigo... Momento necessário mas frustrante, especialmente quando se está por demais envolvido com o assunto e se é obrigado a congelá-lo em vez de perseguir seus desdobramentos. Mas essa interrupção, tão custosa, é momentânea. A escrita destra é apenas uma etapa da pesquisa - e talvez a mais custosa e menos prazerosa dentre todas. Se feita de bom modo é capaz de demonstrar ao leitor que o redator encontra-se envolto, que não deixou de implicar-se, e portanto, que aquele momento não é um aparte da sua vida. O leitor se envolve na trama, se põe a pensar, a concordar e discordar, a ter uma atitude

²⁶ LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 195.

²⁷ HESS, Remi. O movimento da obra de René Lourau in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 28.

ativa frente ao texto. Essa é a tentativa - e isso percebemos muito cedo - de muitos escritos socialistas²⁸.

Feito o registro, a implicação continua. Mesmo porque nos inquietamos e descobrimos muitas outras coisas entre o depósito do texto e sua publicização (seja a banca de defesa, seja a publicação). De modo que seria justo falarmos, quando da apresentação de qualquer texto, sobre as inquietações surgidas entre sua redação e o momento atual, expondo o “estado da arte” - e não o registrado - à banca e aos ouvintes da ocasião. E existem tentativas nesse sentido!

A implicação, invadindo o pesquisador, se desdobra sobre a relação entre o candidato e a banca, para terror de ambos. Quem analisa quem, nessa situação? Quem aprova quem, agora? Às vezes uma relação de poder se instaura, possibilitando a Análise Institucional e até mesmo a intervenção socialanalítica. Outras vezes o diálogo flui, a banca se põe na condição do candidato e adentra seu trabalho, se implica... Comumente ocorre os dois, e ambos casos podem conduzir a momentos...

IMPLICAÇÃO E PEDAGOGIA

No início deste artigo mencionei Paulo Freire e seus suplícios por uma educação que colocasse conteúdos, educando e educador em relação, suprimindo as hierarquizações no ensino. A Análise Institucional há muito se debruçou sobre esse tema, e o acervo institucionalista é hoje bastante amplo nesse campo. Respostas definitivas? Não, elas não existem. Mas há apontamentos. A implicação é uma delas. Esse método não-diretivo traz em seu bojo a possibilidade de todos serem pesquisadores, pois à medida que ela dita que aspectos mínimos e íntimos do pesquisador podem - e devem - vir à tona, todas as pessoas são convidadas a fazer ciência, a serem cientistas, e o importante: a refletir sobre essa atividade. É um duro golpe à ciência burguesa e aos pesquisadores de sangue

²⁸ “A definição tradicional da socialanálise está a seguir: ‘Análise institucional em situação de intervenção’. Esta fórmula poderia ser substituída pela seguinte: ‘A socialanálise é, em situação, a análise da instituição *intervenção*’.” HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 213.

puro. Golpe que se torna fugaz quando desdobrado na segunda etapa da pesquisa, a saber: a exposição²⁹.

Tornar o texto sinistro (também chamado de Extra-Texto - ET), redigido no campo, às pressas, sem o tratamento e o polimento costumeiros em texto expositivo é, nos dizeres de Lourau, um “empreendimento de peso”. Empreendimento voltado a demonstrar que a exposição é montagem, e que sua feitura não existe sem o processo que a precede, que é cheio de dúvidas, brechas, indagações não resolvidas, conduzido dialeticamente com avanços e retrocessos. Pessoalmente vejo tal prática com bons olhos. Sua prática é compatível com uma universidade de massas, como as de hoje. Posição que defendi em 2004 (*Egogeografia*, p. 9), dois anos antes de ter acesso ao “Produzir sua obra: o momento da tese”³⁰ de Remi Hess, que é um belo manual a todos envoltos com a produção do conhecimento. A propósito desse livro, um momento quente do texto é o da página 75 e seguintes, onde Hess, após ter apontado as transformações universitárias com o advento das massas na França (redução de prazos para mestrados e doutorados, aumento do número de inscrições e conseqüentemente do trabalho do professor, impossibilitando atuar do “modo antigo”, tal como Lefebvre fez com ele), apresenta alguns dispositivos que tornam possível o trabalho digno nessas condições. Estes envolvem, direta ou indiretamente, a exposição de certa individualidade como condição de uma ajuda possível. Além das reuniões coletivas (necessárias nas massas), Hess aposta na escrita individual (de volta à implicação) de modo a “recriar uma pedagogia onde o sujeito tenha o direito de utilizar seu tempo de formação para se construir enquanto pessoa e cidadão”³¹. Ele incentiva seus alunos a tentarem “exprimir alguma coisa que faça com que sua inscrição em tese não seja uma coisa burocrática, mas uma real entrada na escrita”.

²⁹ É Lefebvre quem indica, a respeito do método mais clássico, que “após a análise, vem a exposição. Se esta se realiza com êxito, a vida do objeto considerado e o movimento da matéria estudada refletem-se nas idéias expostas. A tal ponto que os leitores imaginam, por vezes, encontrar-se perante uma construção a priori do objeto”. LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. Portugal: Livraria Bertrand, 1975, p. 35.

³⁰ HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005.

³¹ HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005, p. 79.

IMPLICAÇÃO E “FOCO” NA PESQUISA

Alguns parágrafos atrás mencionei o pensamento complexo de Morin. Poderia ter invocado o rizoma de Guattari e Deleuze (Mil platôs: Rizoma). A implicação, à medida que se abre a todas as condições da pesquisa e do pesquisador, teria similitudes com esses métodos? A resposta é sim e não. Na verdade, os “padrinhos” da implicação e da análise institucional não desconsideravam a obra desses três autores. Guattari é tido, inclusive, como um analista institucional, e Morin, por sua vez, é mencionado diretamente por Lourau. Essa proposição nem lhes foi levada a sério, já que para eles o conhecimento seria, antes de mais nada, social. O que torna a busca da paternidade algo sem grande importância.

É possível, entretanto, perceber uma grande diferença entre esses pensamentos. Em especial quando de sua utilização pelos pesquisadores. O pensamento complexo, muitas vezes deturpado, é compreendido como somatória de retalhos, transformando o empreendimento em um “vale-tudo”, vez que qualquer coisa compulsoriamente se remeteria a outra (como o exemplo é quase caricatural, obrigo-me a registrar que Morin não trabalha dessa forma; outrossim sua teoria é, às vezes, assim interpretada). A conjunção “e, e, e, e, e...” de Guattari e Deleuze também é tomada desse modo em muitas ocasiões, embora com menor frequência. Horizontaliza-se por demais, abraçando o mundo, e esquece-se de verticalizar alguns dos pontos mais sérios, críticos.

A implicação, por sua vez, corre o mesmo risco. Se tomada de qualquer modo conduz a certas extravagâncias: somatórias que nunca se concluirão e cifras que pouco informam. Seu pilar, entretanto, se bem explorado e compreendido, evita esses desdobramentos. A análise implicada é feita sobre uma relação: relação entre o pesquisador e o objeto, entre o pesquisador e as instituições, entre o pesquisador e a ciência... A aproximação se faz como combate à propensa (e inexistente) neutralidade e é revelada como forma de se obter maior objetividade.

Relações que espelham as bases da nossa sociedade, as quais Lourau, com seu bom humor, enaltecia aos colegas, com seriedade:

“Não esquecer nunca a base material, nem a ideológica, mas tampouco a base libidinal...”³²

A frase não é nada exaustiva, mas estabelece um pensamento triádico combinando marxismo e psicanálise, num estilo que lembra bastante Oswald de Andrade quando da sua fase filosófica (vide Marx e Freud na utopia antropofágica). Com olhar atento às relações sociais e a sua forma de se reproduzir, a implicação admite a conjunção “e, e, e, e...” sem encerrar-se sobre um quadro mural sem hierarquias, disperso. Ao contrário: seu projeto é anti-hierárquico, e por isso põe em relevo todas as formas hierárquicas, as subordinações e, por assim dizer, os constrangimentos desse mundo, visando à superação. Os fragmentos suscitam o todo, e o banal conduz, fio a fio, lentamente, ao essencial.

É ao mesmo tempo fascinante e perturbador notar que as pesquisas implicadas desembocam em um núcleo quase comum³³. Por que? A questão se desdobra em alternativas:

a) Os pesquisadores implicados sofrem, todos eles, de uma mesma patologia;

b) A implicação desses pesquisadores tem conduzido acertadamente a um denominador a ultrapassar, sendo o volume das obras e os anos de pesquisa somados a expressão do tamanho do obstáculo a ser transposto;

c) Alternativas A e B estão corretas.

³² LOURAU apud MARTIN, Alfredo. René, analisadores históricos, loucas da praça de maio... in ALTOÉ, Sonia e RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. SaúdeLoucura 8: Análise Institucional. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 174.

³³ O núcleo ao qual me refiro - e nego a explicitar - não nos é exclusivo. Muitos outros pesquisadores já se debruçaram sobre seu tema. Além dos autores citados, esse núcleo é tema quase central da obra dos situacionistas e de Raoul Vaneigem, ainda vivo e ativo. Oswald de Andrade é outro autor importantíssimo, especialmente por ter feito da sua vida uma luta mortal contra todas as formas desse núcleo.

A [IM]POSSIBILIDADE DA IMPLICAÇÃO

“Também considero a impossibilidade da implicação, assim como considero a da deriva. O urbano e as instituições parecem exigir de nós condutas menos claras, mais traiçoeiras... é para pensar. É como se todos nós devêssemos ser transgressores também, como uma exigência atual”³⁴

Após essas laudas, o leitor persistente certamente deve estar se indagando sobre a possibilidade da implicação. Minha pequena experiência permite afirmar que, enquanto uma técnica de pesquisa, ela contém todos os elementos para que as coisas dêem errado. Paradoxalmente é por isso que a implicação funciona! Até mesmo o pesquisador implicado se dá conta dos “problemas” (palavra propositalmente ambígua) atuais da implicação em seu meio, bem como a maneira de contorná-los³⁵.

³⁴ E-mail de Flávia Elaine Silva a respeito de uma versão desse texto, datado de 30 de maio de 2006.

³⁵ Minha pesquisa implicada sobre Pinheiros em um dado momento naufragava. Pessoas próximas, como meu irmão, rebatiam a idéia, expondo especialmente o risco de aquele trabalho ser confundido. A situação agravou-se e beirou o insuportável. Foi quando me conscientizei que o texto até então preparado (três capítulos) corria sérios riscos de ser interpretado erroneamente, e a solução foi iniciar outra dissertação, menos implicada, e portanto, menos comprometida. O assunto continuava a ser Pinheiros, mas o olhar deveria ser estrangeiro, com suas decorrências. O tempo era escasso, mas consegui concluir antes do prazo limite. Tranquilo por ter finalizado a dissertação, acabei por me sobreimplicar: retomei o texto implicado até que ele fosse concluído; não como havia concebido originalmente, mas dentro das possibilidades. Tracei uma maneira de entregá-lo como uma dissertação de mestrado, e com a permissão da orientadora (uma recompensa por ter feito direito o dever de casa?), o fiz. Essa foi a forma, nada polida, que encontrei de contornar a instituição quando do meu mestrado. Defendi, por assim dizer, duas dissertações, imaginando a possibilidade de ser, como Oswald, reprovado pela audácia. Fui aprovado com distinção não por minha performance no dia (sempre fui contra esse tipo de exposição), mas como reconhecimento do esforço em pensar e pelas novidades reveladas na pesquisa. Todo esse percurso me fora extraordinário, vivo, pulsante. As dificuldades foram superadas pelo prazer, e o que resgato dessa experiência é uma admiração irrestrita daqueles que gentilmente me aceitaram enquanto uma experiência, enquanto um devir, enquanto minha obra. O agradecimento se volta especialmente ao professor Dieter e à Amélia Luisa.

A implicação encontra-se entre o possível e o impossível, eis a verdade. Ela não se realiza por completo, pois isso só se dará em outros tempos - muito almejados. Tal efetividade pressupõe outra ciência, com outros obstáculos a superar que não os atuais. A distância, entretanto, não nos exime de pôr o projeto na pauta do dia. Ao contrário. Ela evoca, “sobretudo, uma sombria guerrilha, cheia de emboscadas, fugas e camuflagens imprevistas, uma guerrilha onírica [grifos nossos, FES e RB] da qual estão excluídos o princípio da identidade e outras garantias aristotélicas, tornando definitivamente irrisórias as antigas estratégias em termos de programas, de disputas eleitorais ou de ‘unidade de ação’ [o exemplo é político, mas o leitor saberá adaptá-lo ao contexto científico. RB]”³⁶

ENCERRAMENTO

Como encaminhamento, encerrarei expondo minha implicação nesse texto. Além dos fatores externos (vide “Gênese do texto”) e do meu envolvimento com o tema, motivei-me a escrever sobre a implicação por suspeitar que a situação na qual as ciências se encontram desde o final do século XX não é boa. O século XX que uso é tomado de maneira plástica, como vários historiadores fazem: ele acabou bem antes do ano 2001. Assim, a situação que menciono já dura mais de uma década.

Redijo essa parte do texto sentado num banco da Faculdade de Direito; portanto, meu olhar parte agora daqui. As andanças pelas bibliotecas e livrarias especializadas revelam que muita coisa aconteceu nos últimos tempos. Quantitativamente, o número de trabalhos cresceu e o tempo que cada aluno passa no curso diminuiu; esse dado, desdobrado sobre o número quase constante de professores, revela um aumento do número de alunos por orientador, sobrecarga de trabalho etc. Qualitativamente se percebe uma mudança nos temas (algo que certos orientadores aceitam mais facilmente que outros) quando não de abordagem dos temas recorrentes. Algumas pesquisas são invadidas de ecletismo. Contudo,

³⁶ LOURAU, René. O instituinte contra o instituído *in* ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 65.

inquieta-me - e eis aqui minha maior implicação - o aumento de certo pragmatismo no Direito, fenômeno que não lhe é exclusivo (convido o leitor a fazer suas próprias pontes e mediações quanto à situação da Geografia). Eis aqui a crise da reprodução. Nos últimos tempos tornou-se tão difícil produzir qualquer coisa que se passou a simplesmente reproduzir tudo - inclusive pesquisas - em escala ampliada³⁷.

O problema já sério, quanto à prática, agora adentra a teoria. Em certos casos parece não haver possibilidade outra senão a de reproduzir a teoria existente. Mas qual é o sentido da citação quando ela é feita mecanicamente? Em 1969 Lefebvre nos alertou sobre o ciberantropo³⁸. Ele vestiu novas roupagens, se atualizou e está agora entre nós. Mais perfeito que os antropos, sua linguagem, sempre correta, elegante e límpida, encanta³⁹. Ele é igualmente mais eficaz no emprego dos conceitos e os articula melhor, esquivando-se de falar em seu próprio nome. Que não se enganem aqueles que se julgam por demais espertos. O ciberantropo também é capaz de levar mais adiante tudo aquilo que nós já produzimos “classicamente”: sua reprodução é uma reprodução ampliada, e não de uma reprodução simples.

De volta à Geografia, essa simpática ciência que tanto nos agrada, parece-me que ela mudará bastante com a chegada desse elemento. Já tem mudado. Daí a hipótese que ela, tal como conhecemos, desapareça. É o que impõe a Geografia ciberantropa. A luta territorial não admitirá qualquer convivência pacífica.

Se a tendência se confirmar, em breve a “antropogeografia” que conhecemos travará seus combates e perderá as batalhas iniciais. Como o inimigo encontra-se no interior (a cibergeografia esteve, desde longa data, contida na Geografia), tal luta se modificará e passará a ser subterrânea. A batalha do tudo ou nada chegará, e para que se tenha chances de vitória será necessário que ela se despoje do seu estatuto de nobreza. Terá então que se reinventar nas diversas batalhas, e surpreender o inimigo com novas armas, dentre

³⁷ O que apresento é uma tendência percebida; tendência não se efetivou, é preciso ressaltar. E mesmo quando ela se efetivar, haverá resíduos que escorrerão por suas grades, como a história tem demonstrado.

³⁸ Vide LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

³⁹ Vide Esquecer Foucault de Jean Baudrillard (BAUDRILLARD, Jean. Esquecer Foucault. Rio de Janeiro: Rocco, 1984).

elas a implicação. Essa última será igualmente reinventada, sob pena de, estancada, servir ao inimigo. Esta é uma visão bastante pessoal, particular, e sua apresentação se faz como uma espécie de “provocação”. Não sou apocalíptico, como crêem colegas desavisados.

PROPOSIÇÕES

O passar dos dias encarregou-se de pôr um fim a esse artigo. Ele precisa ser entregue, e embora isso tenciono-me a refletir outros tópicos. Comentarei dois deles, na impossibilidade de sua redação. O primeiro seria sobre a implicação e a questão da “estabilidade” da pesquisa. O outro, sobre o preço da implicação.

Planejava, para discutir o primeiro item, recuperar um colóquio transcrito para o português em 1971, onde Henri Lefebvre apresenta sinteticamente o conceito de estrutura em Marx⁴⁰. Ele habilmente demonstra que o marxismo não refuta a estrutura; que ela de fato existe, mas é móvel. Algo semelhante acontece com a pesquisa. Em alguns momentos ela necessita de uma forma e tende a ganhar uma estabilidade. Estabilidade parcial, pois a pesquisa se desloca e coloca novas questões mesmo durante seu registro. A discussão desse tópico se voltaria, assim, à estrutura, sua estabilidade e o movimento.

Quanto ao segundo item, planejava recuperar um texto já citado, sobre o arrependimento dos intelectuais. No sistema capitalista tudo tende a ganhar um preço, e o custo de certa irreverência na pesquisa é bastante alto. Não ser tomado como uma pessoa séria por certos colegas é algo comum. HESS, em seu “Produzir sua obra”, comenta que a Análise Institucional francesa nos círculos acadêmicos foi tida por muito tempo como uma coisa de “maluco”. A repulsão pode levar ao ostracismo. Mas os parceiros surgem, e dos lugares menos esperados. A aceitação da implicação parece ser maior fora da academia, fora dos círculos de especialistas. Fora dos bunkers institucionalistas as coisas são mais difíceis; mas

⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. O conceito de estrutura em Marx in BASTILE, Roger (coordenador). Usos e sentidos do termo “estrutura” (nas ciências humanas e sociais). São Paulo: Herder, Universidade de São Paulo, 1971, p. 101-107. Agradeço a Carlos Eduardo Silvério Barbosa pela localização dessa obra.

não impossíveis. Por isso tenho levado, pessoalmente, alguns sacos de areia para formar trincheiras no Direito (de onde redijo hoje esse texto) e na Geografia (à qual pretendo regressar, em breve). Toda ajuda nesse sentido é bem vinda.

Esses breves parágrafos devem auxiliar o leitor a refletir sobre suas próprias implicações e a praticá-las. O convite está feito.

BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. Esquecer Foucault. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

BAITZ, Ricardo. Para uma Ego geografia - Pinheiros: aspectos de um bairro metropolitano vol. 2 (dissertação de mestrado). São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2004.

BAITZ, Ricardo. O Metrô chega ao Centro da Periferia: Estudo do Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata e da Operação Urbana Faria Lima em sua nova fase. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2004.

DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. Internet, <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/348635.shtml>.

HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978.

HESS, Remi e SAVOYE, Antoine (coord.). Perspectives de l'analyse institutionnelle. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

HESS, Remi. Le lycée au jourd le jour: Ethnographie d'un établissement d'éducation. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

HESS, Remi. La socialanalyse. Paris: Universitaires, 1975.

HESS, Remi. Produzir sua obra: o momento da tese. Brasília: Liber Livro, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. Apologia da Deriva. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003.

LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. Henri Lefebvre na Internacional Situacionista. Internet, <http://orbita.starmedia.com/~novosdebates/Lefebvre/Lefebvre2.htm>.

LOURAU, René e LAPASSADE, Georges. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOURAU, René. Le journal de recherche: Matériaux d'une théorie de l'implication. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

LOURAU, René. Implication Transduction. Paris: Anthropos/Economica, 1997.

LOURAU, René. La clé des champs. Une introduction à l'analyse institutionnelle. Paris: Anthropos/Economica, 1997.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento in PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Edgar Pinheiro do. O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Garamond, Rio de Janeiro, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. O crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com um martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Ecce Homo, São Paulo: Martin Claret, 2001.

RODRIGUES, H. B. C. Do Arrependimento dos Intelectuais ao Triunfo da Rosa. Análise Institucional francesa, Estado e Direitos Humanos. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, PUC/MG, vol. 9, nº13, jun/2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso in MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.

TRABALHO DE CAMPO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA OS GEÓGRAFOS OU UM INSTRUMENTO BANALIZADO?

*Alentejano, Paulo R. R. & Rocha-Leão, Otávio M.**

SEM PESQUISA DE CAMPO NINGUÉM TEM DIREITO A FALAR. MAO TSE TUNG, 1941.

Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio de explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári! Bernard Kayser. 1985.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a importância do trabalho de campo para os geógrafos, bem como avaliar os problemas que envolvem esta ferramenta geográfica. Buscaremos fazer um balanço da relação entre trabalho de campo e a teoria geográfica, discutir a importância do trabalho de campo para a pesquisa e o ensino de Geografia e, por fim, provocar algumas reflexões acerca dos perigos que rondam a banalização do trabalho de campo na Geografia atual. Propomos também um debate sobre as potencialidades e as limitações dos monitoramentos de campo nas análises geográficas, inseridas no atual cenário de rápidas transformações sociais e ambientais que se cristalizam no espaço geográfico.

* Professores Adjuntos do Departamento de Geografia da UERJ/FFP.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de discuter l'importance du travail de champ pour les géographes, et aussi d'évaluer les problèmes associés avec cet outil. On fera une évaluation de la relation entre le travail de champ et la théorie géographique, on discutera l'importance du travail de champ pour la recherche et pour l'enseignement de Géographie, et, finalement, on déclenchera des réflexions au sujet des risques de banaliser l'usage du travail de champ. On propose aussi un débat sur les possibilités et les limitations du monitoring de champ pour les analyses géographiques inscrites dans la scène actuelle des transformations sociales et environnementales accélérées qui se passent dans l'espace géographique.

O presente artigo tem por objetivo discutir a importância do trabalho de campo para os geógrafos, bem como avaliar os problemas que envolvem esta ferramenta geográfica. Isto será feito a partir de um diálogo entre dois geógrafos com distintas trajetórias de formação e práticas de campo extremamente diferenciadas.¹ Não ignoramos as dificuldades de tal empreitada, porém, acreditamos que dela podem resultar reflexões de grande validade para a epistemologia da Geografia, assim como para a própria prática de campo dos geógrafos.

Ao longo do artigo buscaremos caracterizar o trabalho de campo como ferramenta geográfica, fazer um balanço da relação entre trabalho de campo e a teoria geográfica, discutir a importância do trabalho de campo para a pesquisa e o ensino de Geografia e,

¹ Apesar dos dois autores serem professores do mesmo departamento e também terem feito o mesmo curso de graduação em Geografia, trilharam caminhos diversos em sua formação: um enveredando, ainda na graduação, pela Geografia Agrária e, posteriormente, na pós-graduação, em curso de caráter interdisciplinar envolvendo Economia, Sociologia, Antropologia, aprofundando-se em estudos e pesquisas sobre reforma agrária, assentamentos rurais e políticas públicas para a agricultura; outro, aprofundando-se, desde a graduação, em estudos geomorfológicos aplicados à análise ambiental e, posteriormente, na pós-graduação participando de pesquisas sob enfoque Geo-hidroecológico, integrando as áreas de Geomorfologia, Hidrologia e Geo-ecologia.

por fim, provocar algumas reflexões acerca dos perigos que rondam a banalização do trabalho de campo na Geografia atual. Será dada ainda especial atenção aos atuais procedimentos de monitoramento de campo nas análises espaciais, destacando-se a relevância dos mesmos para o ensino e a pesquisa em Geografia. Dessa maneira, pretendemos propor um debate sobre as potencialidades e as limitações dos monitoramentos de campo nas análises geográficas, inseridas no atual cenário de rápidas transformações sociais e ambientais que se cristalizam no espaço geográfico.

As duas frases com que abrimos o texto traduzem nossa compreensão do problema: trabalho de campo é fundamental, mas, se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal.

1. O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DOS GEÓGRAFOS

Desde os primórdios da Geografia os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos. Aliás, a sistematização da Geografia enquanto ciência muito deve ao conjunto de pesquisas e relatórios de campo elaborados anteriormente por viajantes, naturalistas e outros, verdadeiro manancial de informações que foram essenciais para a construção das bases para o desenvolvimento da Geografia.

Entretanto, se esta herança foi fundamental para a consolidação da Geografia como ciência, legou também uma forte marca empirista. Assim, nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade.

Ressaltando esta dimensão do empirismo presente na Geografia, THOMAZ Jr. (2005) sustenta que as principais concepções formuladas a respeito do trabalho de campo são: (1) “sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”; (2) “chega de teoria, o importante é fazer”; (3) primado da descrição sobre a reflexão teórica; (4) espaço da síntese entre os - mantidos separados - elementos físicos e humanos.

Tais concepções revelam não apenas o empirismo dominante na Geografia, mas também a separação entre uma Geografia dos homens e uma Geografia da natureza, como se fossem realidades absolutamente distintas.

O caso da Geografia brasileira não foi muito diferente, dada a forte influência histórica de naturalistas e assemelhados na sua pré-história e da Geografia francesa em sua consolidação institucional.

Capítulo importante na difusão dos trabalhos de campo como ferramenta dos geógrafos brasileiros desempenhou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB):

“Cabe destacar, neste sentido, a contribuição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) para a difusão dos trabalhos de campo como ferramenta fundamental dos geógrafos, pois seus primeiros congressos representavam um espaço privilegiado de produção da Geografia brasileira, com destaque para as excursões que promovia, as palestras que organizava e os textos que publicava no âmbito do Boletim Geográfico.” (ALENTEJANO, 2002, p. 146)

Também ABREU (1994) salienta tal importância, assim como para a formação dos jovens geógrafos, dada a possibilidade de convivência e aprendizado com os grandes mestres da Geografia de então, embora ressalte o caráter empirista da concepção geográfica que norteava tais estudos:

“... ao se estudar, a cada Assembléia, uma região distinta, os geógrafos contribuiriam, por acumulação de conhecimento de cada parte, para o conhecimento do todo, isto é, da “superfície da terra” que era o somatório de todas elas.” (ABREU, 1994, p. 33)

ABREU afirma ainda que os trabalhos de campo - que duraram até 1970, quando com a mudança dos estatutos da AGB estes foram retirados da grade dos encontros da entidade² - possibilitaram o desenvolvimento de ampla gama de conhecimentos sobre a realidade brasileira. Outros que chamaram atenção para a enorme contribuição para o trabalho de reconhecimento do país possibilitado pelos debates

² Nos últimos anos tem-se verificado o retorno dos trabalhos de campo aos Encontros Nacionais, Estaduais e Regionais da AGB, embora sem a centralidade de outrora. Retornaremos a esse assunto mais adiante.

e trabalhos de campo realizados por ocasião das assembléias gerais da AGB foram Andrade (1991) e Mamigonian.

“A AGB, até 1970, caracterizou-se como uma associação de pesquisadores. Aos encontros nacionais compareciam geógrafos que apresentavam os resultados das suas pesquisas. Três ou quatro grupos de pesquisas, dirigidos por geógrafos experimentados, faziam trabalhos de campo, nos quais se iniciavam os alunos, dando origem a relatórios preliminares que eram apresentados e debatidos no final dos encontros.” (MAMIGONIAN, 1991, p. 159)

Todo este acúmulo foi jogado por terra a partir dos anos 1970, quando no rastro da hegemonia da Geografia Teorético-Quantitativa os trabalhos de campo passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos, sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade.

Também no movimento inicial da Geografia crítica, a radicalização crítica ao empirismo dominante na Geografia tradicional levou a uma negação da validade do trabalho de campo como instrumento de construção do pensamento geográfico, em função da ênfase conferida à teoria.

“... chegou-se ao exagero de somente valorizar as contribuições teóricas de fundamentação marxista (...) e negligenciaram-se as contribuições anteriores e, principalmente, o conhecimento empírico produzido com base em trabalhos de campo. Quando hoje se volta a valorizar a técnica, com apoio nos novos instrumentais (sensoriamento remoto, SIGs), deve ser ressaltado que são, somente, instrumentos e não fundamentos. A difícil aliança entre a teoria e a prática instrumental tem de ser perseguida e sempre alicerçada na pesquisa de campo.” (RUA, 1997, p. 45)

As dificuldades de articulação entre teoria e prática se entrecruzam com o problema da dicotomia entre Geografia física e humana, pois, apesar dos discursos que pregam uma visão

integradora da Geografia, no sentido de não se isolarem as variáveis físicas e sociais responsáveis pela produção do espaço geográfico, o olhar do pesquisador, historicamente já impregnado da dicotomia físico-humana, acaba por produzir, na maioria das vezes, uma abordagem eminentemente social ou natural sobre os fenômenos manifestados na superfície terrestre.

Como a sociedade e a natureza são estudadas a partir de ciências e métodos específicos, as pesquisas de campo na área da Geografia tendem a se aproximar de um desses dois campos fundamentais da Ciência, se apropriando de seus métodos e, talvez, negligenciando a própria missão original integradora da Geografia.

Nesse sentido, torna-se claro que, com exceção da Geografia regional francesa do início do século XX, as pesquisas de campo em Geografia trilharam o caminho da especialização em fenômenos da natureza ou da sociedade, sendo portanto necessária, embora dolorosa, uma separação entre Geografia física e humana, pelo menos para uma avaliação de como os procedimentos de campo evoluíram até aqui, e como refletiram na produção de um conhecimento fragmentado da realidade, via fortalecimento das especialidades.

Esse fato torna-se ainda mais relevante quando percebemos um claro movimento da Geografia de retorno ao saber integrado, de síntese de variáveis sociais e naturais, muitas vezes se ancorando em um discurso ambiental, que como um passe de mágica resolve repentinamente todos os problemas apontados acima, utilizando-se na maioria das vezes de refinadas técnicas computacionais, que por si só dariam conta da integração desses variados campos da Geografia. A simples integração de bases temáticas de cunho social e natural em ambiente de SIG não resolve, em nosso entendimento, os problemas epistemológicos da dicotomia sociedade/natureza na produção do conhecimento geográfico, nem aponta, necessariamente, um caminho para produção de uma visão não fragmentada da sociedade e da natureza, como pretendemos discutir a seguir.

2. O TRABALHO DE CAMPO, A TEORIA E O MÉTODO

De tudo que foi dito, evidencia-se que o trabalho de campo não deve se reduzir ao mundo do empírico, mas ser um momento de articulação teoria-prática.

“...torna-se necessária uma discussão que recoloca o debate num patamar teórico, que nos permita entendê-lo como um momento ímpar na produção de conhecimento alternativo, mediatizado através de uma prática teoricamente orientada, momento consagrador do exercício da prática teórica.” (THOMAZ Jr., 2005, p. 34).

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos.

Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.

THOMAZ Jr. (2005) considera a paisagem e sua diversidade como manifestação exterior do movimento da sociedade, da estrutura de classes da sociedade, do ordenamento territorial das classes sociais, reflexo do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Assim, um trabalho de campo limitado ao nível da paisagem não nos permite uma compreensão da espacialidade do modo de produção capitalista. A paisagem configura-se como primeiro elemento da leitura do real, aparência do espaço geográfico, portanto:

“Ir além, então, das evidências paisagísticas, significa entender que na sociedade de classes (...) a relação homem-meio (...) é mediada pela propriedade privada das condições de existência, portanto, uma relação ecológica (histórica) de poder.” (THOMAZ Jr., 2005, p. 35)

LACOSTE (1985), por sua vez, define o trabalho de campo como pesquisa em grande escala que precisa, necessariamente, ser articulada com outras escalas:

“O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local;

é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.” (LACOSTE, 1985, p. 20)

Para este autor, portanto, o campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa.

Destaca-se ainda, que no âmbito dos fenômenos geomorfológicos operantes na superfície terrestre e que interagem na produção do espaço geográfico, a necessidade de articular escalas de análise torna-se também fundamental, na medida em que os processos e mecanismos atuantes se articulam em distintas escalas espaço-temporais. A articulação local-regional-global torna-se então necessária, particularmente quando se pretende analisar um fenômeno natural sob uma perspectiva geográfica, sendo essa a diferença fundamental entre a Geografia e as demais ciências que tratam desses fenômenos.

Assim, devemos compreender o trabalho de campo como uma ferramenta a serviço dos geógrafos, desde que articulada com a teoria, capaz de possibilitar a conexão da empiria com a teoria.

“A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele é nada mais que um dos elementos do sistema social. São as relações dos homens com o espaço ou a respeito do espaço que preocupam hoje os geógrafos modernos: preocupação ou polarização científica insuficiente, de vez que não se pode compreender estas relações sem conhecer e compreender as relações dos homens entre si, quer dizer, as relações sociais.” (KAYSER, 1985, p. 31)

3. O TRABALHO DE CAMPO E A PESQUISA

A inutilidade do trabalho de campo desarticulado da teoria, soma-se à importância central desta para a pesquisa geográfica. Compreender a espacialidade diferencial dos processos sem trabalho de campo é tarefa praticamente impossível. Para alguns geógrafos, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação torna desnecessária a realização de trabalhos de campo, dada a capacidade superior que tais tecnologias teriam no que diz respeito à obtenção de informações.

Para SUERTEGARAY (2002), entretanto, as novas tecnologias facilitam o campo, mas sem método não há produção de conhecimento, afinal instrumentos são meios de trabalho. De acordo com esta autora, pesquisar é buscar respostas para perguntas instigantes, num processo em que sujeito e objeto interagem, o sujeito construindo o objeto e o objeto reconstruindo o sujeito.

Também para THOMAZ Jr. (2005), a problematização configura elemento fundamental de aproximação do real.

“Entendendo o concreto como sendo a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de construção histórica - o concreto em pensamento. O movimento geral particular⇒singular e singular⇒particular⇒geral, (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do real concreto, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento, o concreto em pensamento é ponto de partida para a ‘leitura’ e compreensão do real concreto...” (THOMAZ Jr., 2005, p. 37)

Na mesma direção, KAYSER (1985) considera de fundamental importância a formulação de hipóteses e defende a idéia de que uma pesquisa deve começar pela caminhada despreziosa e a conversa banal que permitem identificar os conflitos e as tensões sociais existentes, pois, a dinâmica social é revelada pelos conflitos. Lembra também que o pesquisador não deve se deixar levar pelo singular e anedótico.

Já SUERTEGARAY (2002) destaca a importância do trabalho de campo como instrumento da análise geográfica e distingue o papel do campo para os diferentes métodos. Para a autora, no positivismo o campo é externo ao sujeito e portador da verdade, consistindo o trabalho de campo essencialmente na descrição desta. Já no neopositivismo o campo também é realidade empírica, externa ao sujeito, mas construção deste através do pensamento, sendo, portanto o campo a rigor desnecessário. Por sua vez, no método dialético o campo é extensão do sujeito, numa interação dialética, práxis, enfim. Por outro lado, na fenomenologia o campo é a expressão das diferentes leituras de mundo, portanto indissociável do sujeito e na hermenêutica o campo interage com o sujeito.

Vale destacar que o método dialético de investigação científica foi muito pouco aplicado ao estudo da natureza, sendo esse fortemente influenciado pelo método positivista, que separa o sujeito do objeto, embora as análises sistêmicas em Geografia física tenham ajudado a problematizar as relações entre o sujeito e o objeto. De qualquer forma, esse caminho ainda começa a ser trilhado, sendo que no âmbito da Geografia física a opção pela dialética como visão de mundo é muito mais uma opção política do pesquisador do que um caminho metodológico definido a ser trilhado em busca da compreensão da realidade, como aponta LACOSTE (1988).

Observa-se neste sentido uma bifurcação na história do pensamento geográfico, pois, tanto a Geografia humana quanto a Geografia física trilharam o caminho do positivismo e do neopositivismo, porém, o mesmo não se verificou em relação ao materialismo dialético e à fenomenologia, que se desenvolveram na Geografia humana, mas praticamente não tiveram penetração no âmbito da Geografia física, na qual, por sua vez, desenvolveu-se a teoria geral dos sistemas - que teve menos expressão no âmbito da Geografia humana.

No que se refere à espacialidade diferencial de fenômenos naturais na superfície terrestre, cada vez mais influenciada pela ação humana, nota-se uma clara tendência de incorporação do monitoramento de campo, como ferramenta de acompanhamento de transformação da realidade. Os fenômenos da natureza muitas vezes são colocados como objeto de análise separados do sujeito, ou seja, o meio físico-biótico do pesquisador.

Cabe ressaltar que, ao contrário da Geografia, dentro da perspectiva da Geomorfologia³, a separação entre sociedade e natureza não implica, necessariamente, em contradição epistemológica, já que esse campo do saber baseia-se no estudo dos sistemas terrestres e tem objetivos e métodos próprios. Com efeito, a Geomorfologia não se propõe a ser uma ciência de síntese de fenômenos naturais e sociais, embora seja cada vez mais constante o estudo do efeito das atividades humanas nos mecanismos e processos responsáveis pela evolução das formas de relevo.

A abordagem sistêmica em Geomorfologia tenta possibilitar a integração de fatores sociais e naturais, ao abordar as retroalimentações entre as distintas partes que compõem um sistema, permitindo uma flexibilização do objeto, que passa a ter um caráter dinâmico, variando com a própria evolução do sistema e das premissas construídas pelo pesquisador (sujeito).

Essa opção pelo estudo funcional dos sistemas geomorfológicos se dá muitas vezes a partir da implementação de estações de campo para o monitoramento dos processos. A existência dessas estações de monitoramento está claramente relacionada à tentativa de decodificar e acompanhar as relações funcionais entre os vários componentes que compõem os sistemas geomorfológicos. Dessa maneira, a incorporação da teoria geral dos sistemas à Geografia física (STRALHER, 1952; CHORLEY, 1962) fornece novas ferramentas metodológicas para o estudo da realidade, resolvendo, ao menos parcialmente, o problema da quantificação em Geomorfologia e fornecendo uma nova dimensão as pesquisas de campo.

CHRISTOFOLETTI (1980) aponta a importância da abordagem sistêmica em Geomorfologia destacando os vários tipos de sistemas existentes na natureza e a relação desses com as metodologias de

³ Cabe destacar que a especialização em Geomorfologia, cada vez mais aprofundada nos profissionais de Geografia física que tratam dessa temática, acabou por gerar uma separação definitiva entre Geografia e Geomorfologia, vistas então como ciências autônomas. Dessa maneira é cada vez mais comum o geógrafo-geomorfólogo se auto-declarar simplesmente geomorfólogo, portanto um cientista da natureza e não da sociedade, ou da relação entre elas. A percepção da Geomorfologia como Ciência da Terra (ao lado da Geologia e da Pedologia) resolve o problema metodológico do geógrafo físico-geomorfólogo, mas não da dicotomia físico-humano na Geografia.

investigação geomorfológica. Mais recentemente, COELHO NETTO (1987 & 1995) constrói modelos evolutivos para a paisagem geomorfológica do ambiente tropical úmido a partir de uma abordagem sistêmica que prioriza a decodificação do papel funcional dos vários componentes que formam o sistema geomorfológico.

Com relação à aplicação da teoria geral dos sistemas na produção do conhecimento, vale destacar a contribuição de SANTOS (1986), que indica a dificuldade da produção de modelos que incorporem variáveis dinâmicas, sobretudo as de cunho social. Para o autor, conceitos e modelos devem permanentemente ser revistos e refeitos pois tanto a teoria quanto a realidade estão em permanente evolução.

4. O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO

A utilização do trabalho de campo como instrumento didático não tem sido alvo de muitas reflexões. Não deveria ser assim, afinal, todo professor de Geografia - principalmente dos ensinos médio e fundamental - já deve ter se irritado quando ouviu de seus alunos ou dos professores de outras disciplinas que no dia tal não haveria aula porque tinha passeio, marcado pelo professor de Geografia... Será que de fato promovemos passeios?

Em uma das poucas contribuições para este debate, LACOSTE (1985) considera que a expedição/exposição tem importante papel de formação dos estudantes de Geografia, mas insuficiente, pois não passa de iniciação à pesquisa. O mesmo autor critica as excursões de ônibus, nas quais “os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos.” (LACOSTE, 1985, p. 13)

Para este autor, os trabalhos de campo devem ser longos e contínuos, marcados por caminhadas, e convívio com a realidade, o que o torna caro e difícil de ser realizado em larga escala.

Não negligenciamos as observações de Lacoste, pois, evidentemente, um trabalho de campo em que se percorra rapidamente várias áreas, se observe pontualmente diversos processos geográficos e se converse superficialmente com vários atores sociais, evidentemente não representa uma aprofundada pesquisa, nem permite construir

complexas teorias. Porém, não concordamos com a idéia de que sejam necessariamente ocasiões em que “os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos.” (LACOSTE, 1985, p. 13).

A nosso ver, se estas excursões forem previamente preparadas, instigando-se os alunos a problematizar o que vão ver, a preparar o que vão perguntar e refletir acerca do que vão observar, podem representar uma importante contribuição para o processo de formação destes como pesquisadores.

Um outro aspecto a ser considerado é o papel do trabalho de campo como momento de integração entre fenômenos sociais e naturais que se entrecruzam na realidade do campo. Interessante apontar que tanto a produção do conhecimento geográfico, que apresenta limitações advindas da dicotomia sociedade natureza, em função da verticalização dos pesquisadores nas diferentes especialidades que compõem o escopo da Geografia, quanto no campo do ensino, a separação entre sociedade e natureza se constitui num entrave para o desenvolvimento da Geografia. Cabe destacar que tanto na realidade do campo quanto na teoria os aspectos sociais e naturais da realidade são indissociáveis. Nesse sentido, a elaboração de roteiros de campo com a preocupação de evidenciar os fenômenos sociais e naturais (e principalmente a interação entre eles) que modelam a superfície terrestre pode se tornar importante instrumento integrador, na formação de novas gerações de geógrafos mais atentos às relações físico-humanas, sem necessariamente, negligenciar o avanço-verticalização das especialidades.

Torna-se evidente que no âmbito do ensino também surgem necessidades em relação à articulação de escalas de análise para visualização dos fenômenos, já que muitos dos processos vistos/observados no campo se complementam com outros processos operantes em distintas escalas espaço-temporais, produzindo a realidade geográfica em questão. Nas aulas de campo dedicadas ao estudo do meio físico-biótico é comum esse recurso de articulação de escalas (do perfil do solo ao modelado do relevo; da estrutura e composição da vegetação à fisionomia da mesma, do sistema encosta ou canal à bacia hidrográfica etc.). No entanto, quando se pretende ensinar Geografia, não se deve fragmentar a realidade, e esses aspectos devem se associar aos aspectos sociais na explicação da realidade.

Por fim, destacamos ainda que a implementação de estações de monitoramento de campo sobre fenômenos operantes na superfície terrestre e que interessam à produção do espaço geográfico, que como apontado anteriormente se configura numa importante ferramenta de acompanhamento das transformações sócio-ambientais, tem também forte implicação para o ensino da Geografia. Em nosso entendimento, a visita de campo nessas estações de monitoramento, que produzem dados sobre a realidade e suas transformações, pode servir para articular as teorias às práticas de campo voltadas ao ensino da Geografia.

5. OS RISCOS DA BANALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Vivemos hoje um momento em que os trabalhos de campo se multiplicam nas escolas de ensino fundamental e médio, aumentam em quantidade e tempo nas universidades, são retomados nos encontros de geógrafos. Trata-se de um movimento positivo de retomada de uma tradicional ferramenta da Geografia? Ou é mera banalização, parte de um mundo onde a imagem e a paisagem são valorizadas em si mesmas, como fetiches? Onde uma Geografia do Turismo se desenvolve no rastro da mercantilização crescente da vida e do mundo. Ou como nos lembra Kayser (1985) promove-se trabalho de campo “como quem vai ao zoológico ou ao safári!”

A nosso ver, estamos diante de um destes momentos em que a história bifurca-se e cada um precisa escolher seu caminho. Aqueles que vêem a Geografia como mais um instrumento a serviço da acumulação privada de capital ou do controle da sociedade pelo Estado e o capital, com certeza a banalização do trabalho de campo associado à difusão da Geografia do Turismo é um caminho iluminado.

Já para aqueles que vêem a Geografia com parte da teoria social crítica, voltada para a transformação da realidade, o trabalho de campo só pode ser concebido se articulado com a teoria, como instrumento para desvendar os mecanismos de construção da dominação e da exploração.

Entretanto, este segundo caminho, com o qual nos identificamos, está repleto de percalços, como nos lembra KAYSER (1985), para quem a burguesia apropria-se dos resultados dos trabalhos de campo, mesmo que não os tenha encomendado diretamente, ao passo que a transmissão ao povo dos resultados

do trabalho de campo enfrenta várias dificuldades (que vão da linguagem aos objetivos), mas deve estar sempre entre os objetivos dos pesquisadores.

Talvez seja por isso que LACOSTE (1985) sustenta que o pesquisador não deve ter papel político ativo, mas municiar os grupos sociais organizados:

“... é preferível que o pesquisador individual ou coletivo se retire uma vez terminada a pesquisa para não ser tentado a transformar seu saber em poder. (...) Se o pesquisador quer militar de outra forma, além do seu trabalho científico, ele pode fazê-lo lá onde mora.” (LACOSTE, 1985, p. 22)

Tal assertiva nos parece carecer de fundamento, posto que pressuporia - contraditoriamente, aliás, com as formulações do próprio Lacoste - uma neutralidade do pesquisador que julgamos inexistente.

Contornar os riscos da banalização do trabalho de campo pressupõe, sobretudo, avançar em duas direções: a articulação teoria-prática; o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora.

CONCLUSÃO (PARA NÃO CONCLUIR...)

Os argumentos delineados acima sustentam que a Geografia sofreu uma separação metodológica ainda mais acentuada entre Geografia física e Geografia humana após o período da chamada Geografia quantitativa. Enquanto a Geografia humana produziu uma vertente crítica que negou, pelo menos inicialmente, a necessidade de quantificação para se produzir o conhecimento geográfico, trilhando o caminho do método dialético, a Geografia física se apropriou da teoria geral dos sistemas a fim de resolver o problema da quantificação, sobretudo no campo da Geomorfologia.

Quando hoje se verifica um movimento de reaproximação desses dois campos, que se tornaram distintos em função da própria evolução do pensamento geográfico, há evidentes dificuldades metodológicas, com nos lembra Harvey:

“A unidade dos conhecimentos é, além disso, vista em termos não de harmonia, mas de um processo

evolutivo no qual as facetas da competição, da diversificação, da colaboração, da dispersão e da difusão, as modificações no mundo objetivo (tanto social como natural) e as determinações das ordenações espaço-temporais são, todas elas, mobilizadas.” (HARVEY, 2004, p. 301)

Embora o caminho para a integração não seja ainda evidente e as limitações metodológicas sejam dominantes, cabe aos geógrafos, com formação física ou humana, discutir as potencialidades desse reencontro. Tais exercícios iniciais de reflexão poderão, no futuro, contribuir para a construção de um conhecimento geográfico menos fragmentado e mais comprometido com as transformações sócio-ambientais que se cristalizam de maneira cada vez mais acelerada no espaço geográfico.

Neste sentido, o grande desafio, tanto no âmbito do ensino quanto da pesquisa, é estarmos atentos aos desafios do imponderável no processo de conhecimento e produção do espaço geográfico, pois como afirma Harvey:

“Tanto a ordem ecológica como a ordem social, particularmente quando tomadas em conjunto, são abertas e heterogêneas a tal ponto que sua totalidade nunca pode ser muito bem apreendida, para não mencionar manipulada, de modo a enquadrar-se em estados previsíveis ou estáveis. Por maior o nosso esforço em tentar construir e reconstruir a ordem socioecológica de acordo com um plano determinado, somos inevitavelmente atingidos não somente pelas conseqüências inesperadas de nossas próprias ações como também por contingências evolutivas (os “acidentes” a que Marx se referiu) que se impõem a nós a cada passo e em todas as escalas.” (HARVEY, 2004, p. 333)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento

geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 56 (1/4). Jan/dez-1994.

ALENTEJANO, Paulo R. R. AGB-Rio: 68 anos de história. *Terra Livre*, Ano 20, nº 22. São Paulo: AGB, jan/jul - 2004. (p. 145-152).

ANDRADE, Manoel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*, 9. São Paulo: AGB, 1991.

CHORLEY, Richard J. *Geomorphology and general systems theory*. U.S. Geol. Survey Prof. Paper 500-b 10pp, 1962.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Geomorfologia*. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

COELHO NETTO, Ana Luiza. Overlandflow production in a tropical rainforest catchment: the role of litter cove. *Catena*, 14, p. 213-231, 1987.

COELHO NETTO, Ana Luiza. Catastrophic landscape evolution in a humid region (SE Brasil): inheritances from tectonic, climatic and land use induced changes. Fourth International Conference on Geomorphology - Italy, 1999.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Seleção de Textos*, 11. São Paulo: AGB, 1985.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Seleção de Textos*, 11. São Paulo: AGB, 1985.

LACOSTE, Yves. A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

MAMIGONIAN, Armem. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*, 8. São Paulo: AGB, 1991.

RUA, João. Para melhor se entender a Geografia Agrária. in *Geo UERJ*, nº 1. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1986.

STRALHER, Arthur N. Dynamic basis of geomorphology. *Geol. Soc. America Bulletin* 63, 923-938, 1952.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. *GEOgraphia*, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.

THOMAZ Jr., Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In *Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990*. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

AS DÍVIDAS DE QUEM REALIZA OS LEVANTAMENTOS

Assim acaba a história de uma viagem.

Você viu e entendeu.

Você viu um acontecimento comum,
Um acontecimento como ele é produzido cada dia.

E no entanto lhe rogamos,

Sob o familiar, descubra o insólito,

Sob o cotidiano, destaque o inexplicável.

Que possa toda coisa dita habitual lhe inquietar.

Na regra descubra o abuso.

E em toda parte onde o abuso se mostre,

Encontre o remédio.

Bertolt Brecht, “A exceção e a regra”.

O PAPEL DA TÉCNICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

*Luis Antonio Bittar Venturi**

Especialmente para as ciências que trabalham com os mais diferentes aspectos do mundo real, como a Geografia, a Biologia, a Sociologia, entre tantas outras, as técnicas exercem um importante papel no processo de produção científica, auxiliando o pesquisador na obtenção e sistematização de informações que irão subsidiar os argumentos, atribuindo-lhes consistência e objetividade. Em outras palavras, o uso das técnicas possibilita obter dados sobre a realidade que embasarão os caminhos percorridos pelo método. Se o método, que dispõe de fundamentação teórica, auxilia o sujeito na organização do raciocínio, as técnicas, por sua vez, o auxiliam na organização das informações que o subsidiarão. Se teoria e o método são processos desenvolvidos no plano do pensar, a técnica desenvolve-se no plano do fazer. Várias acepções do léxico grego *techné* fazem referência a essa significação:

Em termos precisos, [é] o conhecimento sobre como fazer ou fabricar algo [...] O conhecimento racional, profissional, das regras de procedimento envolvidas em fazer ou fabricar algo. Inclui-se sob este rótulo uma variedade de ciências e artes. (Giles, 1993)

Obviamente, não se trata de um fazer sem pensar, mas permeado pela razão. No domínio humano, o pensar e o fazer andam juntos e são complementares. Sendo assim, métodos, técnicas e instrumentos constituem diferentes aspectos de um mesmo processo (científico), ainda que em alguns momentos os separemos para melhor compreender cada uma de suas características e funções. As

* Professor Doutor do Departamento de Geografia da USP. Este texto faz parte do livro *Praticando Geografia - Técnicas de Campo e Laboratório* e foi gentilmente cedido para publicação no BPG

técnicas representam a extensão das habilidades humanas e os instrumentos que as operacionalizam, a extensão das suas mãos e de seus órgãos sensoriais. Num sentido mais amplo, as técnicas e os instrumentos desenvolvidos pelo Homem representam a extensão e o aprimoramento de todos os seus sentidos. Ajudam-no a ouvir o inaudível, enxergar o invisível; permitem-lhe acessar o inatingível e comunicar-se entre distâncias e a velocidades inimagináveis. Sobretudo, o uso de técnicas e instrumentos permite ao Homem prever o imprevisível e medir o que a mente humana percebe apenas de forma intuitiva.

Caso este fazer promovido pelas técnicas tenha um fim em si, ou seja, esteja desvinculado de um processo de pesquisa científica, caracteriza-se um trabalho técnico. Por outro lado, se este fazer vincular-se a um processo de pesquisa conduzido por um método, evidencia-se um trabalho científico. Vale ressaltar que, num trabalho científico, a obtenção de dados nunca é aleatória, mas está sempre vinculada a um objetivo, a uma problemática preestabelecida. Esta é a condição básica para que os dados possam atribuir objetividade ao trabalho científico, já que eles não o fazem por si só. E a decisão sobre a qualidade e a quantidade dos dados, embora seja tomada pelo cientista, ou seja, pelo sujeito, será menos subjetiva se estiver atrelada a uma problemática.

De qualquer forma, o trabalho científico que faz uso das técnicas produzirá conhecimento revestido de caráter empírico baseado, em grande parte, na observação dos fatos, no uso dos sentidos, na prática e na vivência de situações reais.

De maneira diversa do técnico, o cientista nunca poderá abrir mão do método como processo mental que organiza seu raciocínio. Mas, em certa medida, poderá fazê-lo em relação à técnica. É possível que não domine o uso de técnicas, terceirizando-as, mas deve ter consciência de seu significado e de seu papel no processo de produção científica. Porém, quanto mais prescindir do domínio das técnicas, mais se tornará dependente de recursos e de terceiros para resolver questões relacionadas a esta etapa do trabalho de pesquisa. É interessante considerar que a falta de tal domínio poderá levá-lo a perder espaço no mercado de trabalho fora do meio acadêmico. Por outro lado, o domínio da técnica pode assegurar ao cientista maior confiabilidade e controle sobre os dados que irão subsidiar seus argumentos. Esse domínio aprimora-se quase que exclusivamente no plano da prática, ou seja, no próprio uso da técnica, sobretudo daquelas que empregam instrumentação específica.

Normalmente, mas não necessariamente, cada técnica utiliza um ou mais instrumentos: a técnica é, “no sentido mais geral, qualquer coisa criada propositalmente por seres humanos, em contraste com aquilo que resulta da obra da natureza” (Giles, 1993). Nota-se que nesta acepção não há referência à necessidade de instrumentos. Destaca-se, também, a técnica como atributo humano - apenas o Homem pode desenvolver técnicas. Aquilo que os animais fazem (teias, formigueiros, ninhos etc.) é apenas o resultado de características previstas em seus códigos genéticos em processo de adaptação ao meio. Esta assertiva, porém, pode ser bastante polêmica em meio àqueles que estudam o comportamento animal. Alguns desses profissionais, após observarem, por exemplo, macacos utilizando pedras para quebrar cocos, poderão propor outra definição do que seja técnica, que não a considere como prerrogativa exclusivamente humana.

Distintamente do método, cujo desenvolvimento vincula-se às questões teóricas e à própria evolução do pensamento humano, as técnicas evoluem segundo necessidades (práticas, artísticas e científicas) que surgem ao longo da história da humanidade, num percurso contínuo, embora não necessariamente linear. Quanto mais complexidades do mundo real o Homem consegue desvendar através de avanços técnicos e instrumentais, mais se depara com novas complexidades. Quando o telescópio Hubble foi construído para tentar resolver determinadas questões acerca do cosmos, não se podiam imaginar quantas novas complexidades este instrumento revelaria aos olhos dos cientistas.

Na lógica do mercado, muitos instrumentos (como variados softwares e satélites) e técnicas a eles associadas desenvolvem-se com espantosa rapidez. A tecnologia desenvolvida para atender a necessidades de produtividade e lucro, inegavelmente traz muitos benefícios para a humanidade em diversas áreas, entre as quais podem ser citadas a Medicina, as Comunicações etc. Novas descobertas tecnológicas podem tanto atender a necessidades reais quanto àquelas criadas artificialmente para manter a dinâmica do mercado (telefones celulares com jogos, câmeras fotográficas digitais cada vez mais potentes etc.). Entretanto, seu acesso é restrito pelo poder aquisitivo iníquo. Ainda que haja o discurso da massificação da tecnologia, paradoxalmente, o acesso a ela não é universal.

Na atualidade, a incorporação de novos valores e necessidades pelo Homem impulsiona ininterruptamente e com tamanha rapidez o desenvolvimento de técnicas e de instrumentos, que se criam mitos em torno delas, como o mito da tecnologia e do pragmatismo.

Em outras palavras, cria-se um paradoxo em que a razão é obscurecida por ela mesma, pela mitificação da técnica. Por isso, torna-se necessário que o cientista seja muito criterioso na escolha das técnicas que utilizará e que esteja atento para que seus critérios não se esvaeçam diante da sedução da tecnologia.

Impulsionado pelo mercado, o desenvolvimento das técnicas antecipa-se às necessidades, criando-as e recriando-as. Isto induz o usuário menos criterioso a mover-se em direção às “novidades” do mercado sem antes sentir a necessidade delas, tornando-as uma necessidade em si. Novas técnicas e novos instrumentos são buscados sem que os já existentes tenham sido suficientemente conhecidos e utilizados. Desse fato decorre o risco de uma inversão hierárquica no processo de produção científica: a técnica, como meio de obtenção de dados, torna-se um fim em si mesma e, não raro, assume o papel do método. Em casos mais extremos, os instrumentos (softwares, imagens de satélite etc.) assumem esse papel. Por isso, há que se reafirmar que, embora o saber técnico exista para que se exerçam determinadas tarefas com a maior eficiência possível, não resulta em explicações por si só. A explicação de um fato ou fenômeno é produto de um saber científico.

Se o uso de instrumentos tecnológicos estiver desvinculado das teorias e métodos que regem o processo científico, estará atendendo a outros fins que não os científicos e os instrumentos poderão tornar-se meras mercadorias.

No processo de produção científica, a escolha das técnicas está, em primeiro lugar, relacionada à natureza do objeto de estudo e sua adequação a ele. Ao se estudar Climatologia, por exemplo, não há como escapar das técnicas e do uso de instrumentos (por mais digitalizados que estejam) como medições de temperatura por termômetros ou da pluviosidade por pluviômetros. Do mesmo modo, ao se estudar um tema em que a relação sujeito-objeto exija intersubjetividade, há que se lançar mão das técnicas de aplicação de questionários ou entrevistas, entre outras.

Em seguida, a escolha da técnica deve levar em consideração a relação custo-benefício. Nada impede que a técnica mais adequada seja a mais moderna, contanto que a relação custo-benefício seja favorável. Não há porque adquirir um GPS de última geração por alguns milhares de dólares para a obtenção de alguns poucos dados de geo-referenciamento que podem ser obtidos de forma mais simples, como com o uso de uma bússola.

Deve-se, ainda, considerar na escolha da técnica sua viabilidade e acessibilidade. Ainda que a técnica seja adequada ao objeto e apresente uma boa relação custo-benefício, sua obtenção pode ser um obstáculo, seja pelo seu valor ou por sua disponibilidade. É o que ocorreu durante muito tempo, e hoje continua ocorrendo, ainda que em menor grau, com o uso de imagens de satélite como instrumento básico das técnicas de interpretação de imagens.

Uma vez desvinculada a adequação da técnica do grau de tecnologia que incorpora, podemos tecer algumas outras considerações. Os instrumentos mais simples tendem a ter uma vida útil muito maior. Uma bússola clássica, um heliógrafo ou uma biruta funcionarão indefinidamente, enquanto a Terra girar, o Sol brilhar e o vento soprar. Funcionam sem fontes artificiais de energia e dificilmente algum de seus componentes precisa ser substituído. Os instrumentos eletrônicos, ainda que ofereçam maior precisão e rapidez na obtenção dos dados, tendem a ser mais frágeis e dependem de outros fatores como baterias, sinais de satélites, e há maior chance de apresentarem algum problema de funcionamento, devido à sua complexidade.

Um aspecto positivo que o uso de instrumentos simples apresenta é que forcem o observador a prestar mais atenção na dinâmica da natureza, favorecendo sua compreensão. Um exemplo extremo desta consideração é a comparação do uso de um relógio digital e de um relógio de Sol. No primeiro caso, o leitor obtém automaticamente a hora em números, sem nenhum esforço mental; no segundo caso, ele terá que lembrar que a Terra gira no sentido oeste-leste, que o Sol “nasce” a leste, além de considerar qual é a estação do ano e em qual hemisfério está. Comparando o uso de instrumentos simples e mais modernos, como uma bússola clássica e um GPS, uma balança digital e uma tradicional com pesos e contrapesos, é possível perceber que o uso dos instrumentos mais simples exige mais habilidades do observador e aproximam-no da maneira que os fenômenos funcionam, enquanto que os mais sofisticados oferecem resultados imediatos, mas não desvendam o funcionamento dos fenômenos. Contudo, os instrumentos sofisticados tendem a apresentar maior alcance, rapidez e precisão (embora a questão da precisão não seja prerrogativa exclusiva dos instrumentos digitalizados), o que pode ser absolutamente necessário. Alguns desses instrumentos são insubstituíveis pelo que proporcionam. É o caso de imagens de radar ou satélite. Ainda que não promovam

a integração in loco do observador com a natureza, proporcionam uma inigualável visão de conjunto, revelando aspectos ocultos e favorecendo enormemente a compreensão de inúmeros fenômenos, como a evolução de áreas urbanas, desmatamentos, fenômenos climáticos, entre muitos outros, muitas vezes em tempo real.

A valorização de técnicas e instrumentos mais simples não ocorre aqui (e isso deve estar claro) em detrimento do moderno, do sofisticado, da mesma forma que o contrário não seria aceitável. É importante conhecer o máximo de técnicas possível para poder discernir quais serão úteis nas diversas circunstâncias que se apresentarem.

É interessante considerar que muitas técnicas e instrumentos que nos são oferecidos como novos são, na verdade, roupagens tecnológicas de idéias já existentes ou de lógicas há muito conhecidas. Normalmente, os alunos surpreendem-se quando descobrem que dentro de um pluviômetro eletrônico há uma pequena balança (tipo de monjolo), engenho cuja invenção se perde nos séculos da História. Seu funcionamento consiste em um ímã que, a cada vez que o monjolo se move, envia sinais elétricos que equivalem a determinada quantidade de chuva em determinada hora.

A criação de diversos instrumentos e técnicas inspira-se na observação direta dos fenômenos da natureza. A observação do sistema de locomoção dos morcegos inspirou o Homem na invenção do radar, assim como a observação dos pássaros o levou a aprender a voar.

Finalmente, na escolha da técnica, a criatividade e o bom senso são aspectos que devem ser considerados com a devida seriedade. São fatores que favorecem uma melhor adaptação às condições materiais do ambiente de trabalho e ao contexto socioeconômico do lugar onde se vive, possibilitando ao cientista alcançar as soluções técnicas requeridas.

O CAMPO E O LABORATÓRIO NA PESQUISA

Em muitos casos, o uso da técnica pode ser dividido em dois momentos: o do laboratório e o do campo. O laboratório (do latim, labor = trabalho e tório = lugar onde se pratica uma ação) está sendo considerado um lugar de labor, de trabalho, esteja equipado com aparato próprio ou não. O gabinete incorpora-se nesta acepção.

De modo geral, a divisão entre gabinete e laboratório ocorre claramente em especialidades que requerem o uso de instrumentos mais específicos, a exemplo da Pedologia e Climatologia. Nesses casos, geralmente o gabinete é utilizado para o planejamento e preparação do trabalho de campo e o laboratório, *stricto sensu*, para o trabalho de sistematização das informações recolhidas em campo. Nas especialidades voltadas para temáticas sociais, não raro laboratório e o gabinete fundem-se em um mesmo espaço físico de trabalho, já que seu tratamento requer menor uso de dispositivos técnicos. Tais especialidades também usam técnicas, a exemplo da aplicação de questionários e entrevistas, e suas pesquisas muitas vezes utilizam dados sistematizados em sofisticados sistemas computacionais.

Em termos gerais, as técnicas de laboratório exercem três papéis fundamentais no trabalho científico. Em primeiro lugar, elas podem auxiliar no preparo do trabalho de campo, isto é, no planejamento das ações baseado em um conhecimento prévio da área de estudo. Essas ações podem envolver providências como o estabelecimento de contatos com interlocutores, o levantamento cartográfico e bibliográfico, além de inúmeras outras, sempre atreladas aos objetivos do trabalho.

Em segundo lugar, auxiliam também no tratamento das informações trazidas do campo, quaisquer que sejam sua natureza: amostras de solo, formulários de questionários, registros fonográficos ou videográficos, entre outros; tudo isso deverá ser sistematizado de alguma forma.

Finalmente, o uso de técnicas de laboratório pode criar simulações de situações reais cujo controle é mais eficiente do que em campo, a exemplo de testes de porosidade e permeabilidade de solos ou simulações de balanço hídrico. Podemos acrescentar que o laboratório é o espaço de trabalho onde se podem promover estágios para o aprendizado do uso de determinadas técnicas e instrumentos. Em suma, o laboratório promove um contato controlado com a realidade, muitas vezes intermediado por instrumentos.

O momento do trabalho de campo representa o contato imediato do cientista com a realidade, ainda que possa fazer uso de instrumentos; é o momento de conhecê-la melhor por meio de técnicas de observação e interpretação (dois aspectos do mesmo processo, já que quem observa é o sujeito, não seus órgãos sensoriais), instrumentalizadas ou não. O contato direto com a realidade em campo não significa que se tenha o mesmo controle dos processos que se pode ter em laboratório. No campo, o cientista

está submetido às dinâmicas da realidade que elegeram estudar. Sendo assim, é comum que o que se planejou no laboratório ou gabinete não ocorra exatamente como se esperava. Isto significa que o planejamento do campo da pesquisa requer certa flexibilidade por parte do pesquisador.

A tecnologia incorporada nos instrumentos utilizados por determinadas técnicas (como imagens de satélite, com resolução métrica ou menor) pode diminuir a necessidade de trabalho de campo, já que fornece informações cada vez mais precisas da realidade. Uma das funções do trabalho de campo é a de conferir as informações obtidas por outros meios. Assim, o aumento da precisão das informações pode tender a trazer cada vez mais o cientista para o laboratório. Mas ele deve ter consciência do risco que existe em transformar seu trabalho no chamado “trabalho de gabinete” e, sobretudo, ter consciência de que o campo e as informações que ali podem ser obtidas são insubstituíveis.

Em termos gerais, o uso do laboratório e do campo para fins científicos emprega técnicas amplas que incorporam outras técnicas específicas associadas aos diferentes objetos de estudo. O laboratório e o campo representam caminhos que conduzem a objetivos específicos de obtenção de dados. Assim, os trabalhos de campo são aqui entendidos como técnicas, e não métodos. Os antropólogos, por sua vez, ao trabalharem com pesquisa participante, consideram o campo como um método que comporta um conjunto de técnicas utilizadas de acordo com objetivos específicos. Esta é uma discussão que, certamente, não se esgotará aqui.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, A. G. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GILES, T. R. Dicionário de Filosofia - termos e filósofos. São Paulo: EPU, 1993.

GRANGER, G. G. A ciência e as Ciências. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. Seleção de Textos AGB: Teoria e Método. V. 11, 1977.

LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo. Seleção de Textos AGB: Teoria e Método. V. 11, p.1-23, 1977.

A PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO: UM PROBLEMA POLÍTICO PARA OS PESQUISADORES, ESTUDANTES E CIDADÃOS*

Yves Lacoste

Este número oito, que conclui o segundo ano de existência de *Hérodote*, é consagrado aos problemas da pesquisa e do campo - o campo de pesquisa -, não para enumerar receitas metodológicas, mas para colocar um certo número de problemas muito raramente evocados, talvez porque sejam fundamentais.

Certamente, problemas epistemológicos que estão para a Geografia, como para as outras Ciências Sociais, na base de toda operação de produção de um saber; trata-se, primeiramente, de reconhecer e denominar os elementos de um concreto, densamente compacto, mais ou menos opaco e, em seguida, extrair dele idéias, cifras e isto em função de uma problemática mais ou menos explícita e de pressupostos mais ou menos implícitos.

É preciso, sobretudo, colocar problemas políticos e, primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda e cujo território analisa. Digamos, primeiramente, que este problema não diz respeito somente aos pesquisadores, mas ao conjunto de cidadãos em razão da multiplicação das pesquisas de toda ordem, que recaem sobre grupos mais ou menos numerosos sobre os quais nos interessamos a títulos diversos. Mesmo pesquisas que apenas recaem sobre as características físicas de um território, não deixam, por isso, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção aí. Mesmo pesquisas completamente desinteressadas podem ter importantes conseqüências para a população estudada, mas esta ignorará tudo,

* Texto publicado no Seleção de Textos nº 11. Ele foi traduzido da revista *Hérodote* nº 8, out./dez. de 1977, p. 3 a 20. Título original: “L’enquête et le terrain: un problème politique por les chercheurs, les étudiants at les citoyens”.

pela impossibilidade de examinar inúmeras publicações científicas; em contrapartida, os aparelhos de Estado e os grandes grupos privados poderão mesmo utilizar estas pesquisas para elaborar seus projetos e executá-los. Com mais forte razão, a população ignorará completamente os relatórios confidenciais das diferentes agências de estudos, cujas pesquisas, freqüentemente muito discretas, são financiadas por organismos públicos ou privados, preocupados em saber mais sobre essas pessoas.

É normal que o pesquisador se desinteresse da sorte da população que estudou? É normal que esta permaneça na ignorância das pesquisas das quais foi objeto? Este problema, da responsabilidade do pesquisador face aos homens e às mulheres que estuda e cujo território analisa, *Hérodote* colocou em seu primeiro número, e pelo menos em meu conhecimento, somos ainda quase os únicos a afirmar que é preciso não parar a pesquisa, atitude negativa e perfeitamente irrealista, mas esforçar-se em comunicar os resultados aos homens e às mulheres que foram objetos delas, pois estes resultados conferem poder a quem os detém.

Esta tomada de posição dissipou-se para muitos no escândalo que provocou a saída de *Hérodote*. Porém, este problema de responsabilidade do pesquisador não foi ainda levantado abertamente, sem dúvida, em razão do embaraço que provocou, inclusive entre aqueles que denunciavam os efeitos do poder. Foi com outro objetivo, bem mais secundário neste primeiro número, que foi considerado escandaloso e foi objeto de muitos comentários indignados. Isto permitiu iludir o debate principal. Para dissipar esse mal entendido, parece útil retornar, um pouco longamente, sobre esse ponto. Do que se tratava?

A PROPÓSITO DE PIERRE GOUROU E DAS BELEZAS DO DELTA

Neste número um, antes de abordar a questão paisagem, nós havemos dado, como trechos escolhidos, um extrato da conclusão de um grande livro de Pierre Gourou - *Le paysans du Delta Tonkinois* (1936). Esta magnífica evocação de paisagens, as belezas do Delta (este título é próprio de Pierre Gourou), vinha em *Hérodote* em seguida ao artigo sobre estratégia de bombardeamento dos diques do mesmo Delta pela força aérea dos EUA, artigo no qual fazia muitas vezes referência a Pierre Gourou e a seu magistral estudo (tanto de

Geografia física, quanto de Geografia humana). Ora, a escolha desta descrição de paisagem e os comentários que a ela fizeram Ronai e Chapuís provocaram uma grande indignação na Geografia dos professores. Entre os escândalos provocados pelo primeiro número de *Hérodote*, estes comentários do texto de Pierre Gourou, um dos mais iminentes geógrafos franceses, foram considerados como os piores: quiseram ridicularizar Gorou! Que ousadia, aonde vamos? Mesmo geógrafos aos quais a revista não causava repulsa, julgaram que exageramos. Que havíamos, pois, feito?

Como se tratasse da abertura de uma ópera, diziam eles, ou melhor, da primeira seqüência desses grandes filmes que começavam pela longa apresentação de uma paisagem (o genérico se desenvolve, então, em superimpressão), Ronai e Chapuís haviam feito seguir essa descrição literária das belezas do Delta, por alguns pequenos textos que evocavam filmes ou romances que teriam podido começar pela apresentação de um tal panorama. E os geógrafos horripilados em sua denúncia do sacrilégio (alguns acreditaram mesmo, os que não conheciam os livros de Gourou, que nós havíamos inventado este título, a seus olhos ridículos: aos nossos ele não o é) não tiveram pena de denunciar estes, de certo modo, plágios: um filme de Jean Renoir: *Lê Fleuve*, o de Pierre e Schoendorfer: *a 317° Seção*, que evoca o fim da Primeira Guerra do Vietnã, um romance de Muraux etc., que não são, a que eu saiba, obras derrisórias, cuja aproximação com o texto de Gourou possa ridicularizar o geógrafo e sua obra.

Digamos, sem absolutamente pedir escusas, que essa indignação nos surpreendeu em pouco, pois não tínhamos nenhuma intenção de escarnecer Pierre Gourou. Não é ridicularizando que convém fazer a crítica rigorosa - e ela será feita - dos conjuntos de uma obra de reputação internacional (seus *Pays Tropicaux* são um dos raros livros de Geografia francesa a terem sido traduzidos para o inglês), cujo papel ideológico e função mitificadora (e não mistificadora) estão na medida de sua inteligência.

Verdadeiramente, compreendemos rapidamente que, se os geógrafos escandalizados falavam tanto desses plágios de filme ou de romance acusando-nos de criar o ridículo, era por não terem o que comentar, o que discutir, a propósito do que Ronai dizia em seguida, a saber, que esta grande descrição de paisagens, pela qual Pierre Gorou houvera aberto a conclusão de sua tese, era o meio principal de uma operação ideológica de mitificação (ainda uma vez

esse termo me parece mais justo que de mistificação): a beleza das paisagens do Delta foi um meio, certamente inconsciente, para Pierre Gorou afastar-se do problema da miséria e escamoteá-lo.

Não diz ele, após ter descrito As Belezas do Delta: “A população do Delta vive na privação mas não no desespero... um dos encantos, dos mais evidentes do Delta, é, com efeito, o acordo perfeito que se estabelece entre o homem e a natureza. Desde séculos, o camponês soube organizar as relações harmoniosas com o meio que o cerca. As vestimentas são freqüentemente andrajosas e imundas, mas sua cor escura ou pardacenta, por vezes realçada por um toque alegre de um cinto de um verde vivo... não maculam o quadro natural... Enquanto que em lugares mais evoluídos o homem rompeu este acordo com a natureza, e constitui, desde que apareceu, num corpo estranho que não se integra na paisagem e destrói sua harmonia... O Tonquim apresenta, em suma, as características de uma civilização estabilizada em acordo material e estético com as condições naturais... O Tonquim usufrui ainda no mundo de uma situação privilegiada sobre este ponto de vista.”

Poderíamos multiplicar as citações; elas datam de 1936, mas afirmam já um tema que Pierre Gorou retomou muitas vezes, na seqüência de sua obra. A evocação da harmonia das paisagens, apenas cores escuras dos vestuários e na mancha verde das cinturas, as cores do Delta são um meio, no discurso, de passar a miséria dos camponeses ao plano de uma descrição pictural: é um meio de crer, e de fazer crer, que as sensações estéticas atribuídas a uma população transcenderiam sua miséria, suavizariam suas condições de existência. De fato, apesar dessa pretensa harmonia de suas relações com a natureza, esta população sofria, no tempo em que Pierre Gourou fazia suas pesquisas, além de inundações catastróficas (acordo com a natureza?), terríveis fomes, do qual o geógrafo não fala, e uma cruel repressão, após revoltas das quais Gourou fala menos ainda. Na mesma época e no mesmo Tonquim, estas fomes provocadas pela exploração colonial (o arroz era então exportado) conduziam um jovem agrônomo, René Dumont, a protestar e a pedir demissão de seu posto, quando se deu conta de que se tornava cúmplice e garantia de um sistema.

Denunciar a mistificação ou a mitificação, 40 anos mais tarde, após tudo o que se passou no Vietnã, não teria ainda interesse, se não fosse para mostrar como ela pôde funcionar. Se escolhi colocar este texto sobre as belezas do Delta em seguida à minha análise do bombardeamento dos diques, é porque esse texto é belo, porque eu

o considero belo e não sou o único a pensar assim. E é porque ele é belo que exerce forte influência ideológica: grandeza do horizonte que se pode abranger do alto de um grande dique, espelho dos arrozais que reflete o céu e as nuvens de chuva, encanto destes pequenos mundos aldeões, anexados sob a verdura das árvores e dos bambus. Não é justamente tudo isso que permitiu ao geógrafo de então de não ver a fome e a repressão policial? Não se trata de acusar Pierre Gourou de ter conscientemente montado esse discurso que pode parecer mistificador: ele estava então tanto mistificado quanto seus leitores. Os sentimentos inspirados pelas belezas das paisagens a qualquer um que houvera se tornado um de seus mais finos conhecedores, foram sem dúvida um dos álibis culturais (nem todos foram desta qualidade entre os colonizadores, em sua maioria racistas) que permitiram a um intelectual liberal de não se colocar, freqüentemente, problemas quanto à colonização, quanto à exploração e à opressão coloniais. Hoje, Pierre Gourou não é esquecido por seus alunos do Liceu de Hanoi; aqueles pelo menos que sobreviveram às revoluções francesas e a 30 anos de guerra (neste Liceu, um de seus alunos foi um certo Giapi). Eles conheciam muito bem sua tese: *Le paysans du delta Tonkinois*, admiram as qualidades científicas desta obra e compreendem as razões de certas deformações ideológicas. Ninguém duvida que o professor Gourou do Colégio de France seria bem acolhido em Hanoi, e que seus hospedeiros estariam felizes e orgulhosos em lhe mostrar o Delta, e tudo o que eles ali realizaram depois. O que eles não compreenderam é o mundismo no qual se acantonou Pierre Gourou durante a 2ª Guerra no Vietnã, em particular quanto o Delta e os milhões de homens que aí vivem arriscaram serem submersos no momento dos bombardeios americanos sobre os diques que Pierre Gourou conhecia tão bem. Ninguém duvida que, então, suas palavras teriam pesado mais no meio dos protestos de altas personalidades de todas as tendências e que não eram suspeitos de comunismo. Ora, Pierre Gorou não quis dizer nada, e é esse silêncio que mais podemos reprovar nele.¹ Neste país que estudou tão bem, eram os homens ou as paisagens

¹ Não sentia ele algo implicado neste conflito quando deplorava (em uma nota de seu prefácio, a uma 2ª edição, UTON, 1955) que seu livro tinha sido traduzido sem sua autorização pelos americanos em 1955, assim como haviam feito os japoneses em 1943. Mas foi somente para deplorar que a tradução americana seja *repleta de contra-sensos e falsos sentidos...*

que ele amava? Esta questão poderíamos colocá-la para muitos geógrafos, mas poderia ser colocada uma outra questão muito vizinha, aos pesquisadores das Ciências Sociais, que também falavam de seu terreno, se bem que se trata, então, explicitamente, de homens e de mulheres.

POR UMA TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DA RELAÇÃO DE PESQUISA**

Retornemos ao problema da responsabilidade do pesquisador e ao das relações que deveriam estabelecer-se entre este intelectual e a população que é seu centro de interesse científico. Quando um pesquisador fala de seu terreno (o possessivo por si só deveria ser comentado) quer seja geógrafo, sociólogo ou etnólogo, do que se trata? É somente uma topografia que se percorre, que se mede, uma paisagem que se descobre ou que se admira, um espaço social que se apropria intelectualmente. São também homens e mulheres do qual se tira partido, não somente para satisfação de os compreender, mas também para obter prestígio científico e notoriedade. A pesquisa conduzida durante meses, se não anos, sobre homens de uma região, de uma aldeia, de um bairro, contudo que isso necessita de contatos e trocas de idéias com os homens, não deveria prolongar-se, para o pesquisador, por um sentimento de gratidão face àqueles que o acolheram, que o ajudaram de mil maneiras, inclusive na gênese das idéias científicas do qual ele mais se orgulha: o pesquisador não foi cheio de amabilidades e cordialidades com eles, apenas porque a ajuda deles lhe era então indispensável? Não deveria ele sentir-se tocado pelo que lhes pode acontecer após que sua pesquisa termine? Com seu terreno o pesquisador não deve ter, enfim, a não ser relações de conquista e exploração e a relação de pesquisa deve reduzir-se, no final das contas, à relação de sedução e inquisição?

Certamente, no caso de Pierre Gourou e dos camponeses do Delta do Rio Vermelho, tratava-se de uma relação de pesquisa com muitos milhões de homens; ela era algo diluída, abstrata (mas, certamente, ele se permitiu ter interlocutores particulares com os quais as relações não eram abstratas). A gravidade do perigo que

** Obs: a palavra *anquete* está sendo traduzida de forma genérica por pesquisa ou pesquisa de campo.

veio ameaçá-los quando do bombardeamento dos diques não teria excitado o pesquisador a sair de sua indiferença científica? Certamente todos os grupos que foram ou são objetos de pesquisa, não são ameaçados de genocídio, ainda que este risco exista na Amazônia e em certas regiões da África e da Ásia. Mas a atitude de um geógrafo ilustre, confrontando com esta grande tragédia que foi a guerra do Vietnã, é um dos exemplos mais significativos do comportamento da maioria dos pesquisadores, relativamente aos homens e às mulheres, que são ou que foram seus objetos de estudo.

Pensamos, pois, que este problema da relação de pesquisa deve ser analisado mais a fundo e discutido mais longamente, partindo dos exemplos que a relação entre o pesquisador e a população que ele estuda são mais estreitas, isto é, quando o efetivo do grupo analisado não é muito importante. Mais do que em Geografia, do que Sociologia ou do que em Economia, cujas investigações recaem, freqüentemente, sobre populações relativamente numerosas que são apreendidas de modo estatístico, é na Etnologia que são geralmente mais estreitas a relação entre o pesquisador e um pequeno número de interlocutores. Assim, é a um etnólogo² (pois de acréscimo o problema das mulheres se coloca na pesquisa de modo particular) que nós solicitamos redigir o texto, posto em discussão em relação à pesquisa. Certos de nossos amigos nos reprovam, por vez, de nos acantonarmos na Geografia e de negligenciarmos o movimento das Ciências Sociais; eles deveriam, pois, estar satisfeitos. Seguramente, os problemas da pesquisa e do terreno não se colocam exatamente do mesmo modo para os etnólogos e para os geógrafos.

É somente o efeito do período estival em que este texto foi posto em circulação (foi enviado aos membros do grupo de discussão e a pesquisadores em Ciência Sociais)? Ele não suscitou até o presente a não ser um pequeno número de comentários entre os geógrafos. Em contrapartida, os etnólogos se sentiram mais interessados; eles não têm o alibi, que têm os geógrafos, da abordagem estatística dos homens ou da Geomorfologia. É, no fundo, bastante normal que esta nova tomada de posição sobre o problema de responsabilidade do pesquisador prove que, como a primeira, uma certa perturbação. Se é bastante fácil, quando se está na esquerda de

² Camille Lacoste Dujardin, especialista dos bérberes, trabalha há alguns anos em uma aldeia da Cabília. Seu último livro: *Dialogue de femmes em ethnologie*, Maspéro, Paris, 1977.

admitir no nível do corpo social inteiro que todo saber é instrumento de poder para uma minoria dirigente e se é bom aspirar por uma mudança radical da sociedade para que isso mude, é mais delicado ao pesquisador questionar sua própria prática. Em seu artigo, Michel Pichol mostra que não basta ser um militante de extrema esquerda para que o problema seja resolvido; ele pode mesmo colocar-se, por vezes, em termos muito mais graves. De fato, é preciso constatar que muitos dos pesquisadores têm boa vontade, mas eles não vêem como poderiam, cada um em seu próprio nível, comunicar utilmente resultados de sua pesquisa aos homens e mulheres que são objetos dela. Pensamos que, sem esperar a transformação da sociedade, os pesquisadores, para quem importam os problemas políticos, deveriam tentar modificar, no que lhes diz respeito, a relação pesquisador/pesquisados e aceitar confrontar sua experiência neste domínio. A eficácia e o rigor da investigação científica não perderão nada com isso, bem pelo contrário.

Em contrapartida, alguns não deixaram de dizer que tais idéias são apenas utopias e discursos frívolos; começam, porém, a ficar no ar e, a este respeito, a recente conferência de Claude L'Éristou sobre a responsabilidade do etnólogo é muito significativa. A este que alguns consideram como um frio classificador não acaba de se colocar o mesmo problema de *Hérodote*?

Refletindo bem, não é nada impossível que a comunicação dos resultados da pesquisa aos pesquisados torne-se, daqui a algum tempo, uma prática normal e, mesmo, uma etapa obrigatória da pesquisa, pelo menos no que chamamos de democracias liberais: o poder, aí, adaptou-se a muitas outras investidas, freqüentemente mais perigosas para ele; ele, certamente, chega a contorná-las e mesmo utilizá-las, mas cada uma delas constitui, todavia, um progresso.

Para uma evolução mais democrática da relação de pesquisa, é preciso que os pesquisadores em Ciências Sociais e os geógrafos aceitem, primeiramente, se colocar o problema, depois colocar a sua opinião aos partidos e propor soluções. São os pesquisadores universitários que têm os menores constrangimentos, pois, se bem que, não tenham meios, são proprietários do fruto do seu trabalho. Em contrapartida, para que os trabalhadores assalariados possam comunicar sem risco de sanções graves, ou de perdas de seus empregos, os resultados de suas pesquisas às pessoas que são objeto dela - as agências de pesquisas se consideram como proprietárias das pesquisas realizadas pelo seu pessoal - seria preciso que o

movimento democrático obtivesse, primeiramente, que as diversas roupagens dos aparelhos do Estado não tivessem mais o monopólio das informações fornecidas pelas pesquisas, mesmo se eles a financiaram. O fato de que esse monopólio, do qual se aproveitam as grandes firmas, se acresça ainda pela utilização dos computadores e pela criação dos bancos de dados pode contribuir para que os cidadãos tomem consciência dos perigos que representam para eles estas pesquisas, sobre as quais tudo ignoram, mas também dos trunfos que poderiam lhes trazer se tivessem conhecimento delas. Mas para que um movimento se desenvolva e para que grupos de cidadãos possam tirar partido de informações que lhes seriam comunicadas de modo compreensível, é preciso que uma certa proporção entre eles tenha idéia do que é pesquisa em Ciências Sociais, mesmo que este não seja seu ofício: em um país como a França, a proporção de pessoas que fez estudos superiores não é negligenciável, mas a maior parte delas jamais fez um trabalho de pesquisa de campo, uma verdadeira pesquisa, mesmo se tornaram-se professores de História e de Geografia: rigorosamente, sabem apenas compilar os elementos de uma documentação já existente.

A pesquisa em Ciências Sociais, como a prática da pesquisa de campo, é, no momento, a realidade de um número muito pequeno de pessoas (diz respeito à universidade, a CNRS e a diversas agências de pesquisas oficiais ou privadas). Seu nível de qualificação é elevado e sua experiência é grande; mas para a maioria foi de modo individual e solitário que reinventar, tateando cada um por si, os métodos de pesquisa, pois não foram iniciados neles quando de sua passagem pela universidade. Esta, no essencial, funciona como uma máquina de fabricar futuros professores, isto é, ensinando-lhes não a produzir saber, a extrair do concreto o abstrato, mas a reproduzir um discurso que eles próprios terão que fazer seus alunos reproduzirem.

Este defeito tradicional da universidade tende ainda a agravar-se: assim, tornou-se muito excepcional que, antes do estágio do mestrado, os estudantes da Geografia tenham ido ao campo. Isto ainda ocorre, mais freqüentemente, por ocasião da excursão por ônibus durante a qual os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso na frente dos estudantes passivos. Para estes, isso não passa de uma iniciação à pesquisa. Mas mesmo estas excursões tornam-se cada vez mais raras na maioria das universidades, em razão, seguramente, das graves

dificuldades orçamentárias e em razão do mal-estar que existe desde 1968 entre estudantes e professores. O mestrado deveria ser para os estudantes uma etapa fundamental, pois é, em princípio, sua primeira pesquisa pessoal. Mas por falta de iniciação prévia, ficam entregues, na maioria das vezes, a si mesmos, perdidos no campo, onde não vêem nada e paralisados pela timidez que experimenta todo pesquisador iniciante. Assim, não é surpreendente que tenham uma forte propensão a compilar documentação existente e as características que querem muito bem lhes informar os serviços oficiais: estes aparecem como verdadeiros benfeitores, e como os únicos interlocutores válidos do pesquisador.

Para a maioria dos estudantes, a experiência da pesquisa se limita a isto; a este exercício suplementar de reprodução de conhecimentos já elaborados sem que tenham tomado consciência das possibilidades que teriam de produzir, por si mesmos, elementos de um saber novo. Todavia, a aprendizagem do trabalho de campo, a iniciação à pesquisa, começa a se tornar uma das reivindicações principais dos estudantes de Geografia. Com efeito, eles se dão conta que, devido à reforma Haby, a redução, se não o desaparecimento, da saída tradicional das universidades para o ensino secundário, os constrange a procurar outras atividades, e percebem, também, que para elas não estão preparados. Em muitas universidades pedem para aprender a trabalhar no campo, mas estas reivindicações, muito razoáveis, no fim correm o risco de não serem atendidas, pois a falta de crédito é o argumento principal. As razões profundas dessa recusa são também a ligação de um grande número de professores ao discurso tradicional, aos cursos que preparam na agregação ou no CAPES, e, sobretudo a idéia de que a pesquisa só pode ser o coroamento de uma formação, um desenvolvimento individual reservado a uma elite de alto nível. Neste período em que o governo liquida a Geografia no ensino secundário, aproveitando-se que a opinião pública não atenta para os significados políticos destas medidas (conforme *Hérodote* nº 4), torna-se aberrante continuar formando estudantes apenas para um concurso logo sem finalidade. Se queremos que a Geografia logo não desapareça das universidades por causa de estudantes é preciso orientar muito mais sua formação para a pesquisa e desde o começo dos seus estudos. Aqueles que poderão ainda encontrar um lugar nos Liceus e nos colégios serão somente os melhores professores e serão capazes de

iniciar seus alunos na pesquisa prática, politicamente muito útil, para todos os futuros cidadãos. Para que a relação de pesquisa se modifique pouco a pouco, é preciso que na universidade a grande maioria dos jovens seja iniciada na pesquisa e no trabalho de campo, a fim de que possa, em seguida, qualquer que seja seu futuro profissional, explicar às pessoas porque é preciso ver as pesquisas, porque é para eles preciso conhecer seus resultados e como estes podem, em seguida, ser utilizados.

Iniciar um grande número de estudantes nesse trabalho pode parecer muito utópico na universidade francesa, sobretudo nos tempos que ocorrem. O que importa é romper o sistema de ensino, baseado na reprodução do discurso para se chegar a uma regra, que é, por exemplo, aplicada em numerosas universidades estrangeiras; nas dos países socialistas, mas também no Canadá, os estudantes devem passar em várias permanências, dois a três meses no campo, antes do fim de sua licenciatura. Para isso são necessários créditos, mas não somente créditos. É preciso também ser consciente da importância fundamental do trabalho de campo para os geógrafos. Atualmente, os créditos são certamente muito insuficientes, mas não é indispensável ir muito longe para encontrar matéria de observação e de pesquisa. O terreno pode estar, inicialmente, nas proximidades da universidade: caminhar a pé para ser o modo principal de deslocamento. Não se trata tanto de fazer excursões ou organizar estágio para o aprendizado de tal ou qual técnica. É uma verdadeira pesquisa que é preciso fazer coletivamente com os estudantes, em lugar relativamente limitado e durante um certo tempo: assim, uma dezena de dias parece ser a duração mínima de permanência, para que um grupo de uns 20 estudantes possa, com o concurso de alguns professores, realizar uma monografia geográfica, algo séria, para uma localidade de mil habitantes.

A participação dos estudantes em tais pesquisas coletivas - e isto desde o tempo de sua formação - os prepara para a pesquisa individual que virá mais tarde: estarão então menos intimidados e menos inclinados a recorrer somente à documentação já elaborada. Mas é necessário também que as pesquisas coletivas desemboquem cada qual em uma apresentação dos resultados à população que foi objeto de pesquisa, tanto por razões de eficácia, quanto para se habituar a métodos que permitam transformar a relação pesquisador/pesquisado. Não se trata, evidentemente, no final da pesquisa, de

fazer conferência ou de distribuir um texto: uma das fórmulas mais eficazes é organizar a população, em um lugar que ela frequenta habitualmente, uma exposição apresentando os principais resultados da pesquisa que acabam de ser obtidos - cartas simples e comentadas, desenhos, fotos, blocos, diagramas explicados de modo que ela possa compreender, dar sua opinião, criticar essas representações dela mesma e de seu território.

Esta apresentação pedagógica dos resultados de uma pesquisa, às pessoas que ela diz diretamente respeito, pois são elas mesmas e seu quadro de vida que a pesquisa analisa, é, de fato, um procedimento muito eficaz de verificação científica. A data desta exposição deve ser anunciada na imprensa local por cartazes e folhetos, desde o começo da pesquisa, primeiramente por uma razão de cortesia face à população e seus eleitos e por razões de eficácia: é desejável que os habitantes saibam que os estudantes virão fazer uma pesquisa da qual lhes será publicizada em tal data para que possam dar sua opinião. Uma vez advertida a população, uma vez fixada a data de exposição (uma demora de 10 a 15 dias é um estrito mínimo) é preciso chegar, custe o que custar, a certos resultados e a sua formalização. Este constrangimento faz com que o aprendizado da pesquisa seja uma pesquisa mesmo - não permaneça em um estado de rascunho, de notas inacabadas, o que levaria cada participante a duvidar da eficácia do método e, sobretudo de suas próprias capacidades. É indispensável que os estudantes tenham prova de que são capazes, mesmo iniciantes, de fazer em um tempo limitado por diversos constrangimentos, não somente a síntese de documentos existentes, mas que sobretudo sejam capazes, por sua própria pesquisa, de produzir elementos de um saber novo. A população geralmente não se ilude; os comentários e as críticas que fazem as pessoas diante dos painéis de exposição são tanto mais interessantes e úteis para novos progressos da pesquisa quanto os resultados que são apresentados de modo claro e sugestivo (é preciso levar em conta que a carta nem sempre é compreendida verdadeiramente) e quando tomam consciência da descoberta de características novas de um meio que eles acreditavam conhecer bem. É particularmente eficaz esboçar, sob a forma de desenhos e, sobretudo de blocos, diagramas comentados, um ou dois cenários prospectivos: o que poderia ser a situação do grupo estudado em 10

ou 15 anos (ou período mais breve) segundo diferentes hipóteses. O cenário de uma evolução, que seria muito prejudicial a uma grande parte da população, provoca não somente grandes controvérsias diante dos painéis, mas também um ganho de interesse pelos elementos da exposição que ainda não haviam suscitado atenção particular.

Este trabalho coletivo de pesquisa não é, todavia, um estágio, e é necessário acentuar a diferença: a função de um estágio é o aprendizado de tal ou qual técnica, por cada um dos participantes. No caso em questão é uma grande diversidade de técnicas que são utilizadas no seio do grupo de pesquisas, mas no quadro de uma certa divisão do trabalho determinada, sobretudo pelas características da situação analisada e pela evolução da problemática. Assim, também é indispensável que cada participante dê conta cotidianamente ao conjunto do grupo, da evolução de suas investigações e de todas as informações novas que pôde obter. Para bem distinguir os estágios desse tipo de pesquisa, podemos chamá-la expedições (ou exploração) para retomar ao meu caro William Bunge, que tentou investigações (conforme *Hérodote* n° 4) bastante comparáveis nas grandes cidades norte-americanas. No final de contas, seria preferível falar-se de expedições/exposições, pois que a síntese da pesquisa à população estudada é uma característica essencial de tais empreendimentos, não somente quanto ao princípio político, mas também quanto ao ritmo de trabalho que ela impõe e à sanção, de alguma forma, científica.

Ler-se-á o artigo intitulado *Géographe Sans Filet* (Geografia sem cilada) que é síntese de uma das pesquisas de uma tal expedição, levada a efeito e de um modo totalmente voluntário por um grupo de estudantes de Geografia da Universidade de Vanté, Paris 8, em uma grande aldeia do Alto Var. Uma outra expedição realizou-se, recentemente, em uma localidade do grande subúrbio parisiense, organizada por um grupo de militantes, estudantes de Geografia, vindos de diversas universidades, e ela será sintetizada proximamente. Observe-se, desde já, que há militantes desta localidade - nós não os conhecíamos e eles ignoravam a expedição precedente - que entraram em contato com Heródote para perguntar se, consideradas as posições teóricas tomadas na revista, geógrafos poderiam vir ajudá-los a estudar problemas que ameaçavam pesar fortemente sobre o futuro de sua comuna.

O CAMPO: UMA PRÁTICA INDISPENSÁVEL MAS NÃO SUFICIENTE

Alguns professores já podem tirar destas algumas experiências. Primeiramente, que os estudantes de Geografia, mesmo iniciantes em boa parte, podem apresentar após uma dezena de dias de trabalho intensivo - este tempo não é, alias, suficiente - um conjunto coerente de informações em grande proporção inéditas. Elas contribuíram para a tomada de consciência por uma parte da população estudada (mas não somente os notáveis e os intelectuais) de um certo número de problemas que, até então, ela não se colocava, e cujas soluções determinarão seu futuro. Seguramente, só se trata de uma iniciação à pesquisa, mas é o começo de uma verdadeira pesquisa.

Essas experiências provam, também, que a crítica da exposição de um certo número de habitantes que se sentem particularmente envolvidos (sobretudo os notáveis e os militantes) apresenta um interesse muito grande e não apenas no plano científico. A pesquisa, considerada a relativa brevidade da permanência (mas é difícil permanecer mais tempo sem nenhum crédito com participantes totalmente voluntários) certamente não acabou, mas uma pesquisa termina. Ela poderia ser continuada em uma segunda fase por militantes locais; alguns descobririam mesmo uma vocação de pesquisador e eles podem, se o desejarem, permanecer em contato com membros da expedição. Eis porque parece desejável deixar na localidade estudada os diferentes elementos da exposição para que sejam consultados, completados, casos superados, de novo apresentados à população por militantes locais, se eles dispõem de meios para prolongar esta ação. Suas conseqüências ao longo do tempo dependem, evidentemente, das condições políticas locais e não é o caso dos geógrafos vindos do exterior aí intervirem após a síntese de sua pesquisa: ainda é muito cedo para poder apreciar quais serão as conseqüências a longo tempo destas expedições no seio das populações que foram assim estudadas.

Em contrapartida, a expedição/exposição parece ser um método muito eficaz de formação dos estudantes para a pesquisa, inclusive entendida aí a pesquisa individual. Todavia, é preciso acentuar que essas pesquisas coletivas, por mais úteis que possam ser, não podem sozinhas constituir toda a formação dos geógrafos: elas são, sem dúvida, indispensáveis hoje, mas não são suficientes.

Com efeito, este gênero de pesquisa corresponde, em uma grande medida, a uma análise em grande escala, mesmo se os problemas do espaço estudado no essencial devam ser também considerados numa escala menor e substituídos por conjuntos espaciais muito mais vastos. O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo, corresponde à grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente apreendido; os outros devem ser antevistos em escala menor e é preciso, para isto, utilizar representações que a pesquisa no terreno não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. Não é menos verdade que a pesquisa, na medida em que ela corresponde à extração de um abstrato a partir de um concreto, pela pesquisa e pela observação de campo, dá uma grande importância ao nível de conceitualização em grande escala (evidentemente, a pesquisa pode também partir, sobretudo, das abstrações já elaboradas; a formação dos pesquisadores é então diferente e muito menos titubeante).

Os estudantes que participaram destas expedições/exposições experimentaram em sua maioria um certo entusiasmo (sobretudo se são militantes) com a idéia de dar conta à população dos resultados de sua pesquisa. Todavia, é preciso assinalar para evitar necessariamente, de sua parte, efusões, agradecimentos e juras de reconhecimento eterno. Como sublinha Camille Lacoste no texto posto em discussão, a tomada de consciência dos resultados de uma pesquisa provoca, freqüentemente, no seio do grupo estudado, uma espécie de crise e esta repercute nas relações com aqueles que apresentam os resultados. Seria pueril imaginar que a população que é objeto da pesquisa é social e politicamente homogênea: os documentos apresentados na exposição não agradam a todo mundo, e mesmo aqueles que consideram com simpatia o projeto dos estudantes ficam um pouco embaraçados, de ver que estrangeiros exponham em esquemas, planos e gráficos a vida e o cotidiano desta coletividade.

Este embaraço em se vê assim exposto, mesmo quando nada de escandaloso é revelado, manifesta-se particularmente diante do painel onde se encontra esboçada a imagem e hipótese que teria o grupo em um ou dois decênios, no caso onde se realizaria o cenário

negativo e imaginado. Um grande número de pessoas pensa então que os geógrafos preconizam esta organização do espaço que seria prejudicial a uma grande parte da população; passa-se mesmo a crer que eles têm algum poder para decidir sobre isso; elas os afrontam claramente. Este mal entendido é revelador: ele funciona um pouco como psicodrama e geralmente se dissipa bastante rapidamente, mas não basta para atrair a atenção sobre a experiência de um cenário que é positivo, pois ele implica freqüentemente em mudanças estruturais que não agradam a todo mundo.

No fim de tudo pouco importa: os militantes, uma vez passada esta pequena decepção, devem-se dar conta de que é necessário esforçar-se por modificar as relações pesquisadores/pesquisados; não para que estes lhes testemunhem seu reconhecimento, mas para que eles possam claramente colocar os problemas que lhes dizem respeito diretamente. No fundo, pouco importa se as pessoas persistem em crer que os pesquisadores desejam ver realizar-se a evolução negativa que foi apresentada. O que conta é que a população toma consciência de que esta evolução negativa pode realizar-se se ela não tomar providências. O que conta é que as pessoas podem representar-se mais claramente, qual é a organização do seu espaço, a fim de estarem em condições de discutir mais eficazmente projetos que se pretendem realizar em seu lugar.

O pesquisador, quer seja coletivo ou individual, não deve procurar aproveitar-se de sua pesquisa para envolver-se diretamente nas lutas políticas do grupo que estuda, pois mesmo aqueles que ele acredita ajudar não deixarão de lhe dizer, no fim de algum tempo, que ele os embaraça, que ele pretende dirigi-los, e que, de toda maneira, enquanto estrangeiro não está diretamente envolvido por estas lutas.

Eis porque é preferível que o pesquisador individual ou coletivo se retire uma vez terminada a pesquisa para não ser tentado a transformar seu saber em poder. (De fato, disso, mais do que essa exposição deu conta, não há aí duplicidade, mas somente dificuldade de tudo apresentar, diferentemente do que no texto). Se o pesquisador quer militar de outra forma, além do seu trabalho científico, ele pode fazê-lo onde mora.

Apesar destas reservas, dar conta de sua pesquisa àqueles que ele estudou é para um pesquisador uma experiência apaixonante: além do interesse científico, ela lhe mostra, freqüentemente que ele serve verdadeiramente para alguma coisa.

O GEÓGRAFO E A PESQUISA DE CAMPO*

Bernard Kaiser

Quando, sob a forma de palavra de ordem, Mao Tsé-tung lança esta frase: Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar.¹ Sem dúvida não visa aos profissionais da pesquisa científica em ciências sociais: interpela claramente os profissionais da revolução. Quando, em outro lugar, afirma a necessidade absoluta de realizar a análise de classe, dando o exemplo em textos famosos, não é o desejo de conhecer por conhecer que o motiva, mas a necessidade de elaborar com perspicácia e precisão as estratégias e as táticas revolucionárias... Em outras palavras: não é, pois, a nós que fala!

Entretanto, como não tirar de sua interpelação a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre o estatuto político do pesquisador e da pesquisa?

Alguns, nesta revista e em outros lugares, a isto se propuseram e se propõem usando de sua própria sensibilidade: narcisismo, auto-justificação, subterfúgios, tendo sido feitas análises sérias mas parciais com traços sinceros. É preciso aderir a este rol, sem ligar para o alarme venal do não-engajamento.

Desejaria que este artigo fosse claro, politicamente definido, conduzindo a conclusões suscetíveis de guiar a ação do pesquisador. Mas será que o conseguiremos? Vivemos em uma época ambígua, intelectualmente perigosa, materialmente confortável que se presta mal aos julgamentos fechados e definitivos. Mergulhados e presos em uma sociedade capitalista que os condiciona, os universitários refletem nas contradições de suas condutas e de seus pensamentos o sistema no qual alguns se deixaram integrar e outros

* Este texto revê e aprofunda o artigo publicado pelo autor na revista HERODOTE nº IX, sob o título: *Sans Enquête, pas de iroit à la parole*. Traduzido do original em francês por Antonia D. Erdens e publicado no Seleção de Textos nº 11.

¹ In Prefácio dos Inquéritos na Zona Rural, março 1941 (escrito na página 101).

recuperar. Jean Chesneaux mostra isso tão claramente em seu *Fazemos tábua rasa do passado?* que é desnecessário acrescentar mais alguma coisa. A margem da ação, a margem na qual a ação estaria em conformidade com o pensamento, é particularmente estreita: os professores estão fora de seus limites.

É sobre este plano anterior que convém situar a questão da pesquisa de campo. Porque o pesquisador não se destaca do homem, do cidadão, freqüentemente ele é ao mesmo tempo um professor, o que multiplica suas responsabilidades. Mas poderá ele admitir as implicações do que afirmava Mao, definindo o princípio da pesquisa de campo em ciência social? Qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno. (Da *Prática*, 1937)

A necessidade de adesão intelectual a este princípio é bem evidente para muitos, mas será que ela não permanecerá puramente teórica? A pesquisa acadêmica, quer dizer, a pesquisa pela pesquisa desenvolve-se, na verdade, fora desta lógica. Tal como é correntemente praticada na esfera universitária, é criticável em seu próprio princípio, em suas modalidades, em sua pretensão, em suas implicações e seus resultados, se a ela aplicarmos uma análise teórica e política sem concessões quem pode negar que ela não seja, antes de tudo, um meio de promoção acadêmica de um indivíduo ou de um grupo?

TIPOLOGIA RÁPIDA DAS PESQUISAS DE CAMPO

Muitos pesquisadores, científicos ou não, realizam pesquisas de campo: os geógrafos não têm o monopólio do “terreno”. Além disso, se refletirmos um pouco sobre esta questão, logo veremos que as pesquisas de campo necessárias aos estudos cobrem um campo extremamente vasto e se diferenciam umas das outras por suas doutrinas, seus métodos, seus objetivos. Não se pode, pois, falar de pesquisa de campo em geral, nem mesmo de pesquisa de campo geográfica, se não se define do que se trata. Tentemos, pois, aí nos situarmos, estabelecendo inicialmente uma tipologia esquemática das pesquisas de campo:

1. Levantamentos estatísticos convencionais. NB: não confundir com os pseudo-levantamentos cuja existência algumas teses recentes mostraram que consistem na compilação de anuários e quadros estatísticos.

2. Outros levantamentos mecânicos: procura sistemática de informações muito precisas. Aquele que o realiza é um instrumento.
3. Levantamentos comerciais: estudos de mercado e similares; sondagens de opinião.
4. Levantamentos de justificação: tal organismo pesquisa:
 - a) Para alimentar o funcionamento de seu serviço de estudos (proliferação institucional: a conclusão da pesquisa é sempre a de que uma outra pesquisa se faz necessária).
 - b) Para coletar e relacionar as informações necessárias à justificação de decisões ou de uma política elaborada a priori.
5. Levantamentos de preparação: é a face da vergonha (freqüente) do que ainda se convencionava chamar “levantamento-participação”. Freqüente nos trabalhos de organização do território.
6. Levantamentos setoriais ou temáticos: freqüentemente incapazes de considerar o setor explorado como intimamente ligado ao conjunto do sistema social.
7. O levantamento social, necessariamente global e globalizante, ainda que aplicado a uma fração, espacializada, ou de forma determinada, da formação social. É deste tipo de trabalho que tratamos aqui.

EXISTIRÁ REALMENTE UMA PESQUISA GEOGRÁFICA DE CAMPO ESPECÍFICA?

Para discutir aqui o levantamento geográfico seria necessário reabrir o debate ainda hoje não terminado sobre a Geografia e isto não está aqui em questão. Mas precisamos ao menos comparar, à maneira de Lacoste, a pesquisa de campo geográfica com o levantamento militar e tático que dispensam identificação de seu objetivo. É um objetivo espacialógico? Assim sendo o geógrafo só se interessaria pela delimitação do espaço, pela relação do homem com o espaço ou a propósito do espaço.

Assim procedendo, ele só poderia obter resultados incompletos, parciais, superficiais, de vez que encararia a relação com o espaço como um componente dentre outros e indissociável destes no campo

social. Na verdade, seu objetivo é mais amplo do que este, como têm feito os melhores geógrafos (os antigos, principalmente) pois trata-se de descobrir, dentro de sua complexidade e globalidade, a realidade de um sub-sistema social localizado. Neste caso trata-se de um verdadeiro levantamento de terreno. Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social. Dentro da lógica epistemológica não se pode pretender que isto seja “fazer geografia!”. Mas, no entanto, é isto que deve ser feito...

A ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A análise de situação é anti-monografia. Ora, é à monografia que leva uma pesquisa mal orientada: um estudo em compartimentos estanques, que pode ser muito completo, muito rico, muito bonito, como se diz nos meios acadêmicos, mas cujo autor não saberá responder à questão “e daí?” Não se pode responder a este “e daí?” se o trabalho não tem conclusões de ordem geral, que prendam seus resultados à análise global da sociedade. No prefácio de suas Pesquisas na zona rural (op. cit.) Mao chama à responsabilidade os dirigentes que se recusam a “ir ao fundo das coisas e mesmo ignoram completamente o que se passa na base” e os convida a se dedicarem “de acordo com um plano definido, a algumas cidades, a algumas vilas para aí realizarem levantamentos minuciosos. Quem quer que faça um trabalho prático deve realizar levantamentos com a base”, escreve ele e acrescenta : “sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar! - esta afirmativa que foi distorcida e taxada de empirismo estreito eu jamais me arrendo de tê-la prestigiada”.

Para realizar pesquisas, Mao recomenda simplesmente a aplicação do ponto de vista essencial do marxismo, quer dizer, realizar a análise das classes; “método fundamental para conhecer uma situação”.

A quase totalidade dos pesquisadores universitários de hoje não se sentem, evidentemente, alvos destas recomendações, declarando-as dirigidas a dirigentes políticos e não a homens de saber. Existe, no entanto, mais de uma lição a tirar daí, particularmente no que toca à insistência em acoplar pesquisa de campo e análise de situação.

Nosso questionário social, com ótica globalista, não será a mesma coisa que uma análise de situação? Quer dizer, a análise de

situação não é o próprio objetivo que dá sentido à pesquisa? Uma situação é necessariamente complexa, condicionada por processos e mecanismos interpenetrados cujo estudo aprofundado necessita da exploração de todos os aspectos econômicos, culturais, políticos e ideológicos, tanto no presente quanto no passado.

Como, pois, orientar a pesquisa para que ela leve a uma boa análise de situação?

O QUADRO DE REFERÊNCIA DA ANÁLISE LOCAL

A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial.

O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social.

São as relações dos homens com o espaço ou a respeito do espaço que preocupam hoje os geógrafos modernos: preocupação ou polarização científica insuficiente, de vez que não se pode compreender estas relações sem conhecer e compreender as relações dos homens entre si, quer dizer, as relações sociais.

A situação social é, antes de mais nada, o produto da história: a ótica marxista, fundamentalmente histórica, é necessariamente seguida por quem deseja ir ao fundo das coisas. Em seguida, é o produto da luta de classes, tal como ela se traduz no terreno, localmente: uma luta que não está forçosamente presa aos aspectos clássicos comumente descritos das confrontações diretas entre as camadas sociais. Porque esta luta é um processo no qual intervêm os mais diversos atores: grupos sociais, evidentemente, mas também o aparelho do Estado, instituições, mídias e ideologias.

A análise da situação deve levar tudo em conta: no fundo, é o que se chama hoje uma análise de sistema. A situação local é, na realidade, um sub-sistema, de metasistema representando a formação social. É preciso, pois, o apreender em termos sistêmicos, recusando o inventário das determinantes - o trabalho geográfico comum - e o estudo cartesiano das estruturas para ir direto ao funcionamento, aos processos.

Como, pois, orientar a pesquisa para que ela chegue a uma boa análise de situação?

FORMAÇÃO CONTRA - INFORMAÇÃO: AS HIPÓTESES DO TRABALHO

Não se trata aqui de apresentar receitas. Os fornecedores de receita não faltam na universidade e o pesquisador poderá encontrar estimulantes para sua imaginação, boas astúcias, técnicas e, mesmo, com que elaborar certos elementos de infra-estrutura de uma pesquisa de campo em artigos, livros e teses especificadas. Metodologias parciais foram completadas e experimentadas informações de base foram coletadas e tratadas. Por que, então, não se servir delas?

Mas, seguramente, é preciso não começar por aí: começar a apoiar-se exaustivamente em obras gerais, fontes estatísticas e de arquivo, referências metodológicas, estudos locais, como é recomendado fazer antes de ir para o terreno, é não apenas uma perda de tempo como também um risco de deformar antecipadamente a própria capacidade de análise. Esta deve ser elaborada, educada pacientemente, pela aquisição progressiva de uma base doutrinal (não doutrinária, nem sectária!) sólida: a formação teórica é indispensável - mas quem a dá? É preciso adquiri-la - e a educação política também. Sem base teórica e política, como analisar uma situação?

Não é, pois, um pesquisador ainda verde que deve ir ao terreno. Ao contrário, e sobretudo participando de uma equipe na qual as discussões andam bem, é uma pessoa que tem "idéias" que levanta as hipóteses. A hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se usar no preparo da pesquisa de campo. A repercussão dessas hipóteses sobre a realidade modelará dialeticamente a análise.

CONFLITOS E PROBLEMAS

A análise da sociedade é a análise da luta de classes, ensina o marxismo doutrinário, o que pode ser hoje traduzido de modo mais nuançado: a dinâmica social é revelada pelos conflitos. A identificação dos problemas e dos conflitos que agitam a sociedade estudada é o primeiro trabalho de quem realiza a pesquisa, é graças a ela que poderá orientar seu estudo, começar a compreender; que poderá assegurar um trabalho eficaz em vez de se lançar na acumulação fastidiosa de dados dos quais a maior parte se revelarão, sem dúvida, inúteis.

Como, pois, realizar esta identificação? Simplesmente falando com as pessoas. Assim que se chega ao “terreno”, o pesquisador não realizará uma listagem enorme de questionários, uma bateria de magnetofones, um arsenal de aparelhos de fotos e câmeras: ele não sai nem mesmo com sua caderneta de notas! Não se precipitará para o tabelião munido de uma recomendação da Administração...

Não, ele deve passear longamente, tranqüilamente; que se impregne da atmosfera social; que se procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais da tensão profunda. E sobretudo, que ele se ponha a compreender a história. A análise histórica é desde logo indispensável a quem realiza a pesquisa. Pesquisas bibliográficas ou de arquivo podem, pois, anteceder os primeiros passos do terreno. Mas por que não confiar também na memória individual e coletiva? Através das lembranças das pessoas e da reconstituição que elas fazem da história que aprenderam, os grandes traços determinantes da situação atual aparecem claramente.

Mais tarde, afirmando-se pouco a pouco, o trabalho necessitará recorrer às informações quantitativas e rigorosas, coletadas em função das necessidades. Deverá também se apoiar na realização e utilização de questionários sistemáticos. É então aí que o domínio de certas técnicas de pesquisa e de seguimento da pista de certas fontes dependerão do conhecimento ou da consulta de materiais acadêmicos. É também neste momento que se impõe a vigilância intelectual indispensável para evitar que os meios do trabalho não se identifiquem com seus fins.

SOB O COTIDIANO, DESCUBRA O INEXPLICÁVEL

“Sob o familiar, descubra o insólito, sob o cotidiano, descubra o inexplicável”, escreveu Bertolt Brecht em 1930, em um belo texto de sua peça “A exceção e a regra”², com objetivo expressamente didático. É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua

² Extrato em anexo na página 68.

existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis cultural e político.

O pesquisador deve estar prevenido para não se deixar distrair pelo anedótico, pelo estranho, pelo singular.

Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári!

Tomando como regra moldar as preocupações de análise partindo das preocupações das pessoas (os inquiridos), tentar prender-se aos estudos de seus problemas, colocar às claras os conflitos nos quais eles estão implicados, notar a infinidade de laços e de fluxos que integram seu sub-sistema no sistema social geral, o realizador do trabalho escolhe o seu campo. É também uma decisão fundamental para a orientação da pesquisa.

OS ATORES NA CENA SOCIAL

Na cena social que se aclara pouco a pouco graças à tomada de consciência dos problemas, dos conflitos que afetam a vida cotidiana, os atores, que são também aqueles que informam, repartem-se por grupos, por camadas, por classes. A identificação dessas categorias e a realização de inquéritos que permitam caracterizá-los em suas estruturas e suas práticas é outro momento essencial da pesquisa, que poderia ser antes de tudo definido pelo binômio Conflitos-Atores.

Mas nesse momento são muito grandes as dificuldades para o pesquisador. Ao nível micro-social (como se diz micro-econômico), a determinação dos grupos, coerente com aquela adotada para a formação social toda inteira, é uma tarefa perigosa. É aí que a educação teórica e política são indispensáveis. Mas será que possuímos hoje os conceitos e a lógica que poderiam guiar a classificação? Será que os mais experimentados nos pesquisadores profissionais em Ciências Sociais podem propor às equipes de “terreno” e, sobretudo de estudantes, um esquema de análise da estratificação social local que seja utilizável em toda parte? Certamente que não. A determinação das classes ao nível do conjunto da formação social francesa é objeto de graves conflitos entre os marxistas, e o debate

se complica e se intensifica quando se procura transpor o estudo para o nível local. Além do mais, é claro que os antagonismos locais não esgotam os limites dos grupos identificados por seu lugar no modo de produção: nas sociedades camponesas incompletas, as alianças tendem a ser feitas mais com base em projetos que em afinidades. Nestas condições, é difícil a interpretação das informações levantadas. Mas, por isso mesmo, sua utilidade não será mais acentuada?

Resta, enfim, que freqüentemente é bem difícil à pessoa não se deixar entrar na subjetividade das coisas. Como no meio rural os contatos são geralmente calorosos e ricos, esta subjetividade seria mesmo indesejável? Mas é preciso ainda julgá-la de maneira conveniente. O fato da maior parte dos pesquisadores pertencerem à pequena burguesia, aliado à sua formação universitária, os predispõe quase sempre a conversações mais livres com o tabelião e os tecnocratas de que com os operários agrícolas e os imigrantes. Sob este ponto de vista, a objetividade e o cuidado na determinação de amostras realmente representativas da população estudada comandarão a validade das conclusões.

A ARTICULAÇÃO LOCAL / GLOBAL

É o problema fundamental, a dificuldade principal, estratégica de análise. Quem diz “inquérito” de terreno diz, na realidade, “inquérito local”. Trata-se de uma escolha de pesquisa. Mas esta escolha implica, para dar uma validade científica - e política - ao estudo, a capacidade de articular os resultados obtidos ao feixe de interpretação do sistema global da formação social. Os obstáculos à realização deste indispensável correlacionamento são grandes. Não nos esqueçamos, logo de início, de lembrar que o esquema global do sistema social é hoje sujeito a controvérsias, ou, ao menos, mal definido: o que não facilita a análise de projeção ao nível local. Notemos também que a cena social é sempre incompleta, que nela inexistem certos atores. E, sobretudo, que é difícil pronunciar-se claramente sobre a natureza e sobre a escala dos fenômenos observados localmente. A separação entre o que é específico, às vezes folclórico, e o que é significativo, não se coloca sempre claramente. É o caso, em particular, de tudo o que se relaciona ao exercício dos poderes (o poder das personalidades), e manifestações da cultura.

No entanto, insistimos, somente o estudo da inserção do sub-sistema local no meta-sistema pode dar um sentido à análise local. Logo, à pesquisa de campo.

AS JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA DE CAMPO

Haverá necessidade de demonstrar que o trabalho de campo é antes de tudo útil à classe dominante? Não é verdade que a tecnocracia se apóia, através de seus planos e de sua política cotidiana, no conhecimento do “terreno” (quer dizer, de temas) que lhe é fornecido pela pesquisa social? Ela paga diretamente uma parte desta, através dos contratos de estudo; mas ela beneficia-se de todo o conjunto, seja utilizando trabalhos universitários “desinteressados” em seu proveito, seja pretendendo-se aos conselhos de mestres e de pensadores. Ainda mais, ela utiliza os pesquisadores como veículos de sua ideologia e de seus projetos, fazendo passar, sob o manto de sua neutralidade e de sua competência afixada, as mensagens que não poderiam ser liberadas diretamente sem riscos.

Nestas condições, concebe-se que a justificação “de esquerda” do trabalho de campo social seja casualista e frágil. Mas se geralmente o trabalho de campo serve primeiramente e sobretudo à burguesia, não poderá também, sob certas condições, servir ao povo? Uma tal proposição é ambígua sob muitos pontos de vista: de um lado, ao nível da definição de povo como uma entidade, de vez que se sabe que, entre os camponeses, em particular, os conflitos os dividem; por outro lado, por causa da presunção de pretender servir a dois “mestres”. Finalmente, e sobretudo, porque a transmissão ao povo dos levantamentos, dos resultados do trabalho efetuado na análise social, encontra obstáculos práticos e políticos muito difíceis de ultrapassar.

E no entanto não é verdade que através dos contatos e das discussões que se instauram durante os levantamentos do campo o pesquisador pode ser diretamente útil a seus interlocutores, lhes informando, lhes ajudando a interpretar as pressões ou as intervenções por que passam, a recolocar seus problemas específicos dentro da problemática geral? Não é também verdade que a melhoria do conhecimento da sociedade, adquirida através dos levantamentos de campo e de sua análise, pode contribuir para a elaboração e aprimoramento da teoria política que lhe faz falta, e particular, no mundo rural?

É preciso ainda acentuar, é claro, que existe pesquisa e pesquisa.

As escolhas feitas a respeito da doutrina, dos métodos e dos objetivos da pesquisa determinam diretamente a utilidade social desta e, conseqüentemente, a margem de satisfação moral e política que o pesquisador consciente pode daí tirar.

Enfim, é preciso dizer que o realizador dos levantamentos coloca-os sempre, frente ao informante dos dados, em uma posição de devedor, e é bastante agradável saber que, a este respeito, nativos tocados pela civilização começaram a reivindicar dos etnólogos: parece que no Saara, por exemplo, um verdadeiro mercado de serviços tende a estabelecer-se entre as tribos que tem assim uma remuneração regular pela prestação de informações, tomadas de fotos etc.

Em nosso país, o problema se coloca em outros termos, a menos que nossos levantamentos não estejam apenas em atraso...

É claro que foi longamente proclamado em “Hérodote” que os resultados dos levantamentos e das análises devem ser colocados à disposição daqueles que foram objeto de estudo e que o tornaram possível através das informações que prestaram.

Esta restituição à fonte é, no entanto, pouco freqüente. Mesmo para aqueles que vêem claramente a necessidade de pagar suas dívidas, a restituição nem sempre é fácil. Tomando partido “a posteriori”, o pesquisador se dirige, quer queira ou não, contra os projetos e estratégias de seus informantes; as relações previsíveis destes não serão encorajadoras. Pelo contrário, a atitude daqueles que ele deseja defender não virá automaticamente recompensar os esforços do pesquisador. Porque a análise na sua primeira abordagem incomoda todo mundo, particularmente a análise feita do exterior, por uma pessoa que, afinal, não esta implicada na dinâmica social.

Decididamente, a prática e o uso da pesquisa de capô são penosos. E, no entanto, sem pesquisa de campo...

ANEXO

“SEM PESQUISA DE CAMPO NINGUÉM TEM DIREITO A FALAR”

“O único método que permite conhecer uma situação é o de inquirir a sociedade, sobre a realidade viva das classes sociais. Os que assumem um trabalho de direção dedicar-se-ão, segundo um plano definido, a algumas cidades, a algumas vilas, para aí efetuarem

inquéritos minuciosos, aplicando o ponto de vista essencial do marxismo, ou seja, procedendo à análise das classes; eis o método fundamental para conhecer uma situação. Podemos adquirir os conhecimentos de base relativos aos problemas da sociedade chinesa através desse meio.

Nosso principal objetivo, publicando esses documentos de referência*, é mostrar por qual método pode-se chegar a conhecer a situação na sua base, e não pedir a nossos camaradas para tomarem dados concretos, com as conclusões que daí são tiradas. De um modo geral, como a burguesia chinesa, ainda na infância, não soube até aqui e não saberá jamais nos fornecer dados relativamente completos, ou mesmo um mínimo de informações, sobre a situação da sociedade, coisa que a burguesia na Europa, na América ou no Japão conseguiram fazer, somos forçados a recolher nós mesmos, os materiais. Em particular, aqueles que fazem um trabalho prático devem a todo instante estar a par da situação que não cessa de evoluir: sob este ponto de vista, nenhum partido comunista, em nenhum país, pode contar com os outros.

É por isso que qualquer um que faz um trabalho prático deve realizar pesquisa de campo na base.

Para aqueles que só compreendem a teoria sem nada conhecerem da situação real, a realização de tais pesquisas de campo é ainda mais necessária, sob pena de não poderem ligar a teoria à prática.

“Sem pesquisa de campo ninguém tem direito de falar” - Esta afirmativa foi distorcida e taxada de “empirismo estreito”, eu jamais me arrependo de tê-la impulsionado; ao contrário, eu persisto em sustentar que, a menos que se tenha realizado pesquisa de campo, não se pode pretender ter direito à palavra.

Existem muitos que, “mal saídos de seus carrinhos de bebês”, vangloriam-se, pronunciando discursos, distribuindo seus pontos de vista, criticando este, execrando aquele; de fato, em cada dez destas pessoas, dez conhecem o fracasso. Porque seus discursos, suas críticas, não se fundamentam em nenhum trabalho de campo minucioso, não passam de simples faladores.

Mao Tse-tung

Prefácio aos trabalhadores de Campo na Zona Rural, março de 1941. (Oeuvres Choiesies Ed. De Pékin, tomo III).

* Trata-se de documentos intitulados “Inquéritos” sobre diferentes cantões e distritos do país.

TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA PARTICIPANTE

Valéria de Marcos¹

RESUMO

O presente artigo discute a importância do trabalho de campo na Geografia, a partir de uma experiência de pesquisa participante realizada em duas comunidades de japoneses localizadas no noroeste do estado de São Paulo, as Comunidades Sinsei e Yuba. A partir desta experiência, discute questões como a forma de realização da pesquisa, o compromisso do pesquisador com a comunidade estudada, a postura do pesquisador durante sua aproximação da comunidade, a diferença da compreensão da dimensão temporal para o pesquisador e a comunidade que estuda, e a importância do olhar na realização da pesquisa. Seu objetivo é convidar o leitor para uma reflexão sobre o sentido e a importância da pesquisa de campo na Geografia.

Palavras-Chaves: pesquisa participante - comunidade - Geografia - trabalho de campo.

*Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar
Mao Tse Tung*

... o exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecunda-lo. Só o compromisso com a transformação da realidade pode revolucionar o conhecimento

José de Souza Martins

A experiência que trago para reflexão no presente artigo se refere ao trabalho de campo, realizado através da pesquisa participante, para minha pesquisa de mestrado, intitulada Comunidade Sinsei (u)topia

¹ Profa. Dra. do Depto. de Geociências CCEN UFPB e do PPGG CCEN UFPB.
Email: demarcos.valeria@terra.com.br.

e territorialidade, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Depto. de Geografia da FFLCH USP sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Antes, porém, de passar a tratar especificamente da experiência de pesquisa participante, gostaria de tecer algumas considerações sobre a importância do trabalho de campo, a postura do pesquisador, as razões e a construção do tempo da/na pesquisa, questões estas que sempre me inquietaram ao longo de minha vida acadêmica como pesquisadora.

Falar sobre a importância do trabalho de campo para a produção do conhecimento geográfico, creio seja desnecessário. Penso que a maior parte dos geógrafos concorde com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia. Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, se “materializa” diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa “excursão recreativa” sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento². Mas não é sobre o trabalho de campo enquanto recurso didático que pretendo deter-me, o que não significa que não reconheça a sua importância. O que pretendo tratar no presente artigo é sobre o trabalho de campo enquanto um instrumento de pesquisa dos mais importantes para a produção do conhecimento geográfico, momento em que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e obriga a estarmos atentos, de modo a que nada fuja à investigação. É preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo. Esta é a perspectiva do presente artigo: pensar o trabalho de campo enquanto técnica de pesquisa e trazer para a reflexão questões que devem nortear nossa prática e postura enquanto pesquisadores.

ALGUMAS PREOCUPAÇÕES INICIAIS...

Muitas são as questões com as quais nos deparamos ao decidirmos realizar uma pesquisa: de que forma realizá-la, qualitativa ou quantitativamente? Quais técnicas? Quais instrumentos? Em que momento podemos ir a campo? Como “chegar” ao local? Como nos

² Sabendo sempre que os imprevistos fazem parte e que nem tudo pode sair como planejado - às vezes sairá melhor, outras pior - mas o planejamento é fundamental para que o trabalho de campo seja aproveitado o máximo possível.

aproximarmos das pessoas? Como conquistar a confiança delas? Como garantir a cientificidade exigida pela academia? Essas, e tantas outras dúvidas que nos norteiam durante a pesquisa, fazem com que muitas vezes o tema propriamente dito assuma um segundo plano neste momento inicial. A escolha do modo de realização da pesquisa irá depender do tema e dos objetivos da pesquisa que devemos desenvolver. Em minha experiência específica, de todas estas questões havia uma única certeza: a do caráter qualitativo que a pesquisa teria.

Outra questão que havia também ficado clara era aquela relativa à discussão sobre a *neutralidade* da ciência. Concluí o curso convencida de que não existe ciência *neutra*, porque não existe ciência *sem compromisso*. De fato, a opção do tema de pesquisa e de quem nos auxiliará a trilhar esta estrada revela, a um só tempo, o *compromisso* e a *ciência* que pretendemos fazer. Como ressalta OLIVEIRA (2005, p. 64):

Todos estamos inseridos no turbilhão mundial da modernidade. Uns engajam-se no *establishment*, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. Não se trata, pois, de apontar o que está certo ou errado. Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro.

Partindo desses pressupostos, restava decidir de que forma realizar a pesquisa. A opção pela pesquisa participante foi uma sugestão do orientador, aceita sem hesitar. O tema de pesquisa, o estudo da produção comunitária através das Comunidades Sinsei e Yuba - era esta a forma como o compreendia inicialmente - requeria uma pesquisa de tipo qualitativo e, mais ainda, uma pesquisa que pudesse ser realizada com profundidade, de modo a desvendar todas as dimensões da vida em comunidade, e não apenas a forma como cada atividade era realizada. Era necessário compreender a fundo as origens daquelas comunidades; a forma de organização, de tomada de decisão e de divisão dos frutos do trabalho; o significado da vida em comunidade; as diferenças, ou não, do modo de aceitação daquela forma de produção e de vida pelos seus integrantes; os eventuais

problemas e dificuldades; a possibilidade de difusão daquela experiência e sua viabilidade enquanto alternativa para o campesinato brasileiro, sobretudo aqueles dos assentamentos rurais que começavam a surgir. Todas estas questões exigiam uma aproximação maior, uma inserção na comunidade. A importância daquele tipo de prática no campo exigia uma pesquisa capaz de oferecer a imagem mais correta possível daquelas comunidades e de responder às questões levantadas e a outras que eventualmente aparecessem com conhecimento de causa e de um modo que se aproximasse, o máximo possível, da forma como aqueles que a realizavam teriam respondido a elas.

Passei então a buscar informações sobre o que era e de que forma se realizava a pesquisa participante e qual o melhor modo para construir a aproximação necessária para a realização da pesquisa. Foi assim que Martins, Brandão (1987, 1988) e Oliveira se tornaram leituras de referência sobre a postura do pesquisador e a prática da pesquisa.

CONSTRUINDO A PESQUISA

Os colóquios com o orientador e a observação de sua prática acadêmica, as leituras realizadas sobre a pesquisa participante reunidas por Brandão (1987, 1988) e a discussão feita por Martins sobre o papel do pesquisador nas comunidades exigiram a discussão sobre a *finalidade* da pesquisa e os *resultados* que poderia *deixar às comunidades* estudadas. Assim, questões como *para que e para quem* fazer a pesquisa? *o que deixar* para a comunidade? *que “fim” terá* o trabalho? entre outras, passaram a fazer parte da preparação para a ida à campo. Não queria realizar uma pesquisa apenas para a obtenção de um título acadêmico, mas sim poder realizar algo que *servisse* à comunidade que estudava e a outros camponeses dispostos a colocar em prática algo parecido. Diante desta preocupação, a postura de meu orientador como acadêmico/pesquisador, seu compromisso com os camponeses e com a ciência, que haviam sido os responsáveis pela escolha, bem como as palavras de BRANDÃO (1987, p. 12) nortearam a postura adotada dali para frente:

[...] É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, **mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir**. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do *método* que a constitui, diferentes *técnicas* sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários (...), a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a *participação da pesquisa*³.

Tal *participação*, porém, sempre segundo BRANDÃO (1988, p. 12), não deve ser entendida como

[...] uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir.

Além disso, as questões levantadas por OLIVEIRA e OLIVEIRA (1988, p. 18/19) sobre o modo como as pesquisas em Ciências Sociais estavam sendo realizadas e o uso que delas estava sendo feito, também causavam inquietação. Segundo os autores, os

[...] grupos “observados” não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita *sobre eles* e nunca *com eles*. Para o pesquisador, tais grupos são simples objetos de estudo e pouco se lhe importa que os dados e respostas colhidos durante a pesquisa possam ser utilizados pelos que financiam o seu trabalho para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social. Na verdade, os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela

³ O itálico é do autor, o negrito é meu.

população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder. As ciências sociais transformam-se, assim, em meros instrumentos de controle social.

Tais autores, porém, destacam não ser esta a única perspectiva possível, salientando ser o estudo e o conhecimento da realidade necessidades também daqueles que querem transformá-la. Tal fato exige do pesquisador comprometido com a comunidade que estuda uma atenção constante e uma reflexão crítica sobre os objetivos e os limites de sua pesquisa. Isto equivale a dizer que devemos rever os objetivos do projeto a partir do contato com a comunidade e do grau de inserção que conseguimos obter. Nem todos os objetivos inicialmente propostos podem continuar válidos e isto significa ter que descartá-los, ou então, questões às quais não havíamos pensado no momento da elaboração do projeto podem surgir, e isto significa ter que introduzi-los.

Uma vez coletados todos os dados, uma nova questão aparece - talvez a mais importante de todas, por ser aquela que garante a ética da pesquisa: o que fazer com os dados coletados? Em alguns momentos, a “concretização” de algum objetivo pode comprometer a comunidade estudada ou um grupo no seu interior, ou ainda pode servir para, como destacado por OLIVEIRA e OLIVEIRA, para que grupos antagônicos usem nossos argumentos “científicos” contra a comunidade que estudamos. Este é o momento em que o pesquisador deve optar entre suas posições pessoais e o respeito à comunidade estudada. Diante de uma situação como esta, fiz a segunda opção. Nem tudo o que aprendi sobre a comunidade foi para o interior da dissertação. Algumas questões foram discutidas com o grupo interessado, outras nem isso, mas em todos os casos elas ficaram na comunidade. Isto não significa que eles “censuraram” a redação. Simplesmente achei que expor determinadas questões não acrescentaria nada ao trabalho, mas poderia colocá-los em dificuldades.

Porém, para que isso ocorra, é necessário que o momento da pesquisa se transforme também em ação educativa, e que o conhecimento produzido pelo cientista seja restituído às comunidades, de modo a permitir, a um só tempo, o aumento da consciência que possuem de si próprios e de suas capacidades de iniciativas transformadoras.

Outra questão importante que ganhava destaque entre as leituras realizadas era aquela levantada por FALS BORDA, sobre a necessidade do pesquisador “despir-se” de seus *pré*-conceitos para ir à campo. Nesse sentido, inteirar-se da cultura do *outro*, sobretudo para quem, “da cidade”⁴, irá estudar o campo, torna-se fundamental.

Foram estas algumas das questões que nortearam a preparação da ida a campo. Como, porém, não estava imune às influências externas, vendo meus colegas de mestrado “armarem-se” de leituras e questionários, enquanto dava andamento às leituras sobre a pesquisa participante, comecei a questionar o orientador sobre quando faria o mesmo. A resposta foi sempre um “*depois*”. A única recomendação até então era ouvir as músicas que se ouviam no interior - Chitãozinho & Xororó, Zezé de Camargo e Luciano, Leandro e Leonardo - para ir acostumando...

Uma semana antes de viajar, finalmente o “*depois*” chegou. Uma lista de recomendações sem fim: vestir-me adequadamente; aproximar-me primeiro das mulheres e ganhar delas a confiança, para só depois aproximar-me dos homens; comer e beber tudo o que me oferecessem; não fazer cara feia ao ouvir as “músicas caipiras”; acompanhar todas as atividades e fazer anotações de campo. Quando entendi que a reunião estava encerrada, não resisti: “*Espera aí! E o roteiro de entrevista, os questionários, o plano de trabalho de campo? Como você quer que eu faça o trabalho de campo?*”. Sua resposta, nunca mais esqueci, até porque amarguei-a por um bom tempo antes de entendê-la: “*Com os teus olhos! Vá com os teus olhos e descubra a comunidade*”. E assim foi: cheguei sozinha e “sem nada” à Comunidade Sinsei.

A CHEGADA (E A PERMANÊNCIA) DO ESTRANHO

Um ponto importante da pesquisa, talvez o mais importante, se refere à “chegada” à área de estudo. A forma como nos apresentamos e nos (com)portamos reflete muito do que somos e pode servir a nos abrir as portas, ou a fechá-las definitivamente. A

⁴ Entenda-se de origem urbana, sem um contato anterior com a realidade e costumes do campo.

distância, enorme ao início, entre o pesquisador e aqueles que irá pesquisar, existe de fato e não pode ser ignorada. É necessário buscar diminuí-la sempre, para que a pesquisa de tipo qualitativo - principalmente aquela de tipo participante - possa ser realizada com sucesso. É preciso que o pesquisador seja aceito pela comunidade, mas é preciso sobretudo que ele seja aceito *como ele é*: alguém *de fora, diferente*, que se dispõe a estar com o grupo e a realizar *com eles* - e não *sobre eles* - um estudo e que, depois, irá embora.

Para que uma pesquisa deste tipo seja realizada com sucesso, é necessário que o pesquisador “desapareça” no interior da comunidade, é necessário que ele se torne “invisível”. Mas isto não significa que ele se torne *um deles*, muitas vezes repetindo - ou imitando - comportamentos e discursos para parecer “igual” a eles. Ao contrário, isto deve significar que ele *foi aceito* por eles, que sua presença não “incomoda” mais, que as coisas não deixam mais de ser ditas ou feitas porque ele está por perto. Paciência, mas sobretudo *honestidade*, são os requisitos fundamentais na construção desta aceitação. É necessário que o pesquisador *seja ele mesmo* e não represente ser o que não é para conquistar a confiança da comunidade a ser estudada. Sobretudo, se a intenção é colocar sua pesquisa a serviço da comunidade, é importante que o pesquisador continue sendo um pesquisador, e não tente “desaparecer como cientista” no interior da comunidade. É importante ter claro que demonstrar que estamos “do lado daqueles que estudamos”, não significa tornar-se um deles. Como bem ressaltam OLIVEIRA e OLIVEIRA (1988, p. 27/28):

[...] a tentativa, ainda que inconsciente, do pesquisador de esconder seus verdadeiros motivos, bem como sua recusa em assumir sua condição específica em nome de um desejo de integração total com o grupo, são posturas que revelam uma falta de confiança na capacidade da comunidade de compreender e de aceitar o sentido de sua intervenção. Trata-se de uma atitude ambígua que reproduz, ao menos implicitamente, o esquema tradicional do intelectual que decide sozinho o que convém dizer ao grupo e o que é preferível guardar para si. Se o pesquisador quer tornar-se apenas um membro a mais do grupo, ele acaba por se anular e se negar

a si mesmo, perdendo sua razão de ser e seu direito de estar ali. Se se deixa absorver pela cotidianeidade, se se perde no ativismo, limitando-se a seguir cegamente as pautas de comportamento do grupo, ele renuncia à utilização crítica dos instrumentos teóricos de que dispõe para transformar-se pura e simplesmente num militante a mais entre tantos outros. Com isto não queremos insinuar que o pesquisador seja uma personagem mais eminente do que um simples militante. Queremos, isto sim, é reafirmar a especificidade de seu papel e da contribuição que ele pode oferecer sem cair nem no elitismo nem no basismo.

Por outro lado, não há dúvidas que uma pesquisa deste tipo abre caminho para o fortalecimento de laços de compromisso preexistentes com o tema pesquisado - do contrário o pesquisador não se disporia a realizá-la - e que laços de afeto cresçam e se fortaleçam entre o pesquisador e a comunidade que está sendo estudada. Isto, porém, não significa que o pesquisador e sua pesquisa perderão objetividade. Ao contrário, sempre segundo OLIVEIRA e OLIVEIRA (1988, p. 26), o

[...] conceito mesmo de objetividade e rigor científicos devem ser redefinidos e aperfeiçoados. Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade.

A objetividade do trabalho, entendo, é garantida quando o pesquisador, mesmo ligado através de laços de afeto às pessoas que pesquisa, é capaz de distanciar-se deles e da realidade por eles

vivida - e que ele está estudando - e apontar os problemas ali existentes. Esta é, a meu ver, a verdadeira contribuição do pesquisador: apontar os problemas vivenciados pela comunidade e buscar pensar, *com eles*, em formas de solucioná-los. Trata-se, enfim, de complementar aquilo que MAGNANI denomina de *olhar de perto e de dentro*, capaz de nos fazer apreender a verdadeira dinâmica do grupo, padrões de comportamento etc., àquele que ele denomina de *olhar de longe e de fora*, ou seja, um olhar distanciado do grupo, que permite uma visão do conjunto, amplia o horizonte de análise e complementa a perspectiva do *de perto e de dentro*, revelando, muitas vezes, dados e fatos que este *olhar de dentro e de perto* não permite observar e compreender, mesmo através da realização da pesquisa participante.

Outro ponto importante que não convém esquecer é que este tipo de pesquisa tem como principal fonte de dados o depoimento das pessoas envolvidas e que a única maneira de garantir que este depoimento seja verdadeiro é conquistando a confiança dos *sujeitos* da pesquisa. Infelizmente, muitas pesquisas são feitas desconsiderando estas questões. Ainda é uma prática entre tantos pesquisadores chegar à área de estudo com questionários longuíssimos construídos em gabinete, “metralhar” os “objetos de estudo” com suas perguntas muitas vezes incompreensíveis e ir embora. Do pesquisador, e do estudo que ele realizou, muitas vezes a comunidade não tem mais notícias. Ora, diante da repetição destas situações a comunidade aprende a não mais confiar em *estranhos* e, aos poucos, vai construindo suas próprias defesas: ora se fecha aos próximos pesquisadores e impede a realização de novas pesquisas, ora prepara um discurso “pronto”, “empacotado” como os questionários aplicados, para ser “respondido” ao próximo pesquisador que ali chegar. Não é difícil encontrar esses discursos “padrões”, cheios de chavões, entre os camponeses espalhados pelo país. Responsabilizá-los pelo “falseamento” dos dados e pelo insucesso do resultado da pesquisa acadêmica? Jamais! Desistir, já que todos os discursos são “iguais”? Nunca! A estratégia de transformar os questionários em entrevistas “abertas”, muito adotadas ultimamente, não resolve o problema. O pesquisador não aplica mais um questionário “de papel”, mas faz as perguntas oralmente e as grava. Não é mudando a forma sem alterar o conteúdo, em outras palavras, não é trocando “seis por meia dúzia” que se resolverá o problema. É necessário mudar a postura e repensar as práticas. Só assim será possível resolver este tipo de problema e virar a situação a nosso favor.

Recentemente vivi uma situação dessas. Na pesquisa que desenvolvo atualmente sobre práticas alternativas para a agricultura camponesa⁵, dirigi-me a campo para o estudo das *mandalas* no Assentamento Acauã, em Aparecida-PB⁶. Como de costume, entrei em contato com a pessoa indicada para fixar o melhor período para ida ao assentamento, saber sobre a possibilidade de hospedagem etc. Fui recepcionada com muita distância pelo telefone, e ficou clara a tentativa de não permitir minha ida, sob a alegação de que as *mandalas* tinham sido desativadas. Diante da insistência, fui solicitada a ligar no dia seguinte para resolver a questão. Acabei sendo acolhida em Cajazeiras e encaminhada inicialmente para outros dois assentamentos ali vizinhos - Frei Damião e Santo Antonio - onde fiquei “sob observação”. Tal fato, só veio enriquecer a pesquisa pois pude conhecer outros dois assentamentos que estavam fora dos “planos/objetivos” iniciais e descobrir outras iniciativas muito interessantes para novos estudos.

Decorridos três ou quatro dias é que pude ir ao assentamento Acauã. A pessoa em questão foi sempre muito educada e disponível, mas era nítido o seu “pé atrás” comigo. Foi preciso um dia de conversa e a interrupção da gravação das entrevistas em determinado momento (momento em que virei eu a entrevistada e expus o que pensava sobre o tema em questão) para que ela se sentisse segura e “abrisse o jogo”. Por várias vezes ela pediu desculpas, dizendo “*E pensar que eu não queria que você viesse aqui*”, e contou das inúmeras visitas de pesquisadores que ali estiveram, inclusive detendo-se por longos tempos, para depois irem embora sem deixar nada para a comunidade, nem mesmo um exemplar dos trabalhos que escreveram⁷. Quem responsabilizar por essa reação, ela ou os pesquisadores que ali estiveram?

⁵ Projeto de pesquisa **Agricultura para o futuro: práticas alternativas de produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável**, em andamento.

⁶ O subprojeto *O estudo das mandalas no Assentamento Acauã, em Aparecida-PB*, em andamento, conta com uma bolsa PIBIC CNPq, concedida a Roberta de Oliveira Tavares, aluna do curso de Geografia do Depto. de Geociências CCEN UFPB, para a sua realização.

⁷ Em um dos casos, o pesquisador permaneceu um ano na comunidade, gravou várias fitas de vídeo, solicitando da comunidade financiamento para o seu trabalho. Por duas vezes a comunidade atendeu às suas solicitações mas, diante da primeira recusa, ele simplesmente foi embora levando consigo todas as fitas e nunca mais deu nenhum retorno à comunidade, nem respondeu aos inúmeros contatos estabelecidos.

Mas retomemos a questão da **chegada do estranho**. A forma como nos apresentamos pode ser determinante na diminuição - ou no aumento - da distância existente entre nós e os *outros*. Muito embora para nós *os outros* sejam eles, na verdade, *o outro*, o “*estranho*” como diz Martins, naquele momento, somos nós. Também nós somos avaliados e “pesquisados” por eles. Não foram à toa os conselhos que recebi às vésperas da ida a campo: a forma como vestimos, como falamos, o que comemos, do que gostamos, como nos (com)portamos revela de fato quem somos, e é através da imagem que revelamos de nós através de falas e atitudes que eles formarão um juízo a nosso respeito. E é deste juízo que dependerá nossa aceitação ou não, nossa aprovação ou não no interior da comunidade estudada.

A este propósito, Martins relata o caso de um antropólogo que foi estudar uma comunidade camponesa em São Domingos das Latas, no Pará, e que foi identificado pelos camponeses como a besta-fera que, na cultura popular, representa o dinheiro, o capital, o poder, o Estado. Tal fato foi mencionado pelo pesquisador apenas em uma nota de rodapé, não sendo destinado a este fato nenhuma análise. MARTINS (1993, p. 33) tece considerações muito importantes a respeito deste fato:

[...] O pesquisador foi identificado e discriminado rapidamente: ele vinha de um mundo oposto ao dos camponeses e, no entendimento deles, o representava. A ciência social convencional que muitos fazem tem uma identidade clara aos olhos do camponês. Ele sabe de onde ela vem e intui para que serve. É, sociologicamente, muito significativo que um juízo camponês tão essencial (e tão devastador para o trabalho do pesquisador) seja relegado a uma nota de rodapé. O que mostra que a identificação e julgamento do pesquisador pelo camponês põe em sério risco a sua concepção de produção do conhecimento científico, pois implicaria reconhecer-se a si mesmo como objeto de conhecimento, na própria situação da pesquisa, e não apenas sujeito. A nota de rodapé denuncia o bloqueio da inteligência do pesquisador para assumir essa perspectiva diferente e alternativa.

Portanto, a questão da pesquisa não se resolve, simplesmente, com uma certa sofisticação de técnicas, que funcionam bem, às vezes, num bairro da periferia ou num estudo sobre empresários. No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem de silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E é ele que fala mais do que qualquer outra coisa.

No meu caso, a primeira aproximação à Comunidade Sinsei se deu através de um contato mais estreito estabelecido com um dos integrantes, Sr. Walter Yukio Homma, durante um trabalho de campo realizado à Amazônia (coordenado pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira), no qual ele também participou. Desde sua integração ao grupo até o momento em que o deixamos na comunidade, fiquei a seu lado e passei o tempo inteiro ouvindo suas histórias sobre a comunidade, além de sua análise sobre aquele pedaço de mundo que estávamos descobrindo juntos. Já havia ido à comunidade em um trabalho de campo realizado pela disciplina de pós-graduação ministrada por meu orientador. Lembro-me que era um tempo dos festejos juninos e a turma toda foi com um jovem integrante da comunidade a uma festa em uma fazenda vizinha. Permaneci na Comunidade com meu orientador, ouvindo Sr. Walter Homma contar (suas) histórias da Comunidade. Não conseguia desgrudar os olhos e os ouvidos dele. Foi uma espécie de encantamento, um misto de afeição/ admiração que só cresceu com o tempo.

Comecei a conhecer mais Sr. Walter, pois, durante a viagem ao Acre. Havia sido solicitada a estar sempre por perto e que não lhe deixar faltar nada. Suas histórias animaram e coloriram os 20 dias transcorridos dentro de um ônibus à descoberta de mais uma parte da Amazônia. Nunca mais esqueci de um episódio vivido em Cobija, na Bolívia, que conto sempre aos alunos para poder apresentar Sr. Walter a eles e tentar explicar o que era a Comunidade Sinsei. Em função de sua importância, passo a narrá-lo neste momento.

Estávamos em Cobija em um momento de tempo livre em nossos trabalhos. Acabei entusiasmando-me com todas aquelas lojas

de produtos importados típicos de uma zona livre de fronteira internacional, e em um descuido perdi Sr. Walter de vista. Quando o prof. Ariovaldo apareceu e perguntou por ele, foi que dei conta que ele não estava por perto. Saí à sua procura e o encontrei andando pela rua, também à minha procura. Pedi-lhe desculpas e achando-o um pouco estranho, perguntei se estava com algum problema. Com a carteira aberta na mão, apontada pra mim, Sr. Walter disse-me:

- *“Quería comprar uma sombrinha de presente pra minha velha. Patim me deu dinheiro, sabe. Eu coloquei aqui nessa carteira, mas agora descobri três tipos de dinheiro diversos. Qual deles é o que vale?”*

Custei a acreditar que ele estivesse perguntando uma coisa daquelas. Voltei com ele na loja e compramos a sombrinha. E nunca mais “separei-me” dele.

Foi pelas mãos, pelos olhos, pela cabeça, pelo coração de Sr. Walter que conheci a comunidade. Mantivemos correspondências semanais durante o tempo em que estive em São Paulo para terminar as disciplinas e preparar o trabalho de campo, através das quais ele ia apresentando a comunidade, falava sobre os tempos de Yuba e, uma coisa da qual ele gostava sempre de falar, do seu contato com a Geografia.

A primeira ida a campo ocorreu em fevereiro de 1992 e durou 15 dias. Era uma visita “de (re)conhecimento”, onde seria apresentada à comunidade - minha pesquisa já havia sido solicitada e consentida - conhecer seus integrantes e começar a entender um pouco mais a forma como ela estava organizada. *“Sem nada”*, não conseguia sentir-me “pesquisadora”. Ensaiei uma série de falas, tracei uma série de estratégias, mas na prática minha teoria foi outra.

Nos primeiros dias na comunidade passei vendo fotos e assistindo a fitas de vídeo sobre atividades realizadas pela comunidade, principalmente sobre as festividades do natal. Todos pareciam ter muita curiosidade sobre a *gaijim*⁸ que ali chegava e, através das fotos, tentavam contar um pouco de si mesmos. Obviamente este não era o momento de grandes revelações da parte deles: as fotos, e com elas algumas histórias, era o máximo que era permitido saber sobre eles. Na ocasião achei que fosse pouco, mas depois, percebi que era tanto... Aquela forma de aproximação era repleta de silêncio, do qual falava Martins. Com o *tempo*, aprendi a escutá-lo.

⁸ *Gaijim* significa “estrangeiro” na língua japonesa.

Esta é uma outra dimensão importante da pesquisa: a forma de compreender o tempo. A dimensão que ele possui para nós é completamente diferente daquela que ele possui para os camponeses. MARTINS (1993, p. 35), a este propósito, nos convida a refletir sobre a questão:

[...] O nosso tempo nada tem que ver com o tempo “deles”. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa, o que, aliás, não é nenhuma novidade - antropólogos e sociólogos têm dito que as populações indígenas e camponesas estão inseridas num tempo cósmico, que é outro tempo. Mas a questão é ver esse tempo na prática. O tempo é outro.

A este propósito, BRANDÃO (1999, p. 158/159) nos mostra que além de ser *outro*, o tempo, para os camponeses, também é *plural*:

[...] É preciso compreender que o sentimento do tempo vivido como imaginário, conhecimento, preceito e gramática da vida individual e coletiva, nunca é medido por meio de uma esfera única de indicadores: os da natureza cósmica (o fluxo das estrelas, as fases da Lua, o caminhar diário do Sol); os do ambiente próximo (a chegada das chuvas, a floração dos ipês, o acasalamento das seriemas, a invasão de pragas na lavoura de milho, o amadurecimento das mangas); o dos efeitos do trabalho da cultura sobre a natureza incorporada à sociedade (o aumento do leite das vacas, a colheita do feijão da seca, o momento de arar os campos, a lenta seca sazonal dos pastos e a hora de roçar e/ou queimar as pragas e o capim seco); os das relações entre os momentos do mundo natural e a seqüência anualmente rotineira dos trabalhos e “serviços” dos homens e das mulheres na casa e no quintal (a hora de matar o “capado” e produzir a banha para um

longo período de consumo, o melhor momento de fazer alguns doces e compotas, o período adequado para lidar com as madeiras e reparar ou fazer cercas, estábulos, utensílios do trabalho); os do calendário dos dias e festas do grupo doméstico e de suas pessoas (o aniversário de casamento de cada par de “velhos” ou “filhos”, o de cada pessoa, os batizados e crismas, o festejo do padroeiro do sítio); os das festas comunitárias em seus vários círculos de relações e significados de identidade e aliança: a novena e festa da “Nossa Senhora” padroeira dos Pretos de Baixo, do Bairro dos Pretos, os grandes festejos anuais de São João, protetor de Joanópolis, as festas juninas, a Semana Santa e o Ciclo do Natal, celebrações vividas à volta da mesa em casa, à volta da fogueira no sítio, na capela e no terreiro do bairro, na praça da cidade, na viagem peregrina a Aparecida). Da mesma maneira como, em outra escala, festeja-se nas escolas e fora delas o “Dia da Independência” e o de Tiradentes. Espera-se que a última grande chuva da temporada venha por volta de 19 de março, com a “enchente de São José”, ou a “chuva das goiabas”. Certas festas de santos populares são marcadores observados até hoje para o começo ou o término de atividades da agricultura, como o preparo do solo para o plantio do milho, a sua sementeira, o começo das limpas, o momento da colheita. Alguns tipos de relacionamentos sociais (...), interpessoais (...), pessoais (...), ou de relações com o ambiente (...) são até hoje reduzidas ou mesmo interditas durante os 40 dias da Quaresma.

Diante dessa riqueza de compreensão do tempo, como esperar que as coisas aconteçam rapidamente? Como ressalta MARTINS (1993, p. 39) os “processos são demorados[, e é] (...) no âmbito dessa demora que o teor mais profundo dos movimentos sociais se revela”. Na verdade, não apenas dos movimentos sociais, mas das dinâmicas da vida das comunidades camponesas. A este propósito, MARTINS (1993, p. 40) volta a insistir:

A dimensão do tempo é essencial para decifrar os movimentos sociais. Ela tem implicações metodológicas. É na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudioso dos movimentos sociais se transforma em instrumento e momento do seu objeto, através da experiência de se transformar em experiência do outro. Na verdade, o estudo dos movimentos sociais do campo, e também dos movimentos indígenas, só é eficaz quando se transforma, por meio deles, num estudo sobre a nossa própria sociedade e sobre nós mesmos. “Nós” que abrange a diversidade constituída por “eles”. Não era esse um artifício preconizado pela sociologia clássica e também pela antropologia, o de que o nós fosse objetivamente visto com os olhos dos outros? Pois os *outros* estão entre *nós*!

Diante desta pluralidade na forma de compreensão do tempo pelo camponês e de sua total diversidade em relação à nossa, a única coisa que não podemos ter é pressa. Quando vamos a campo, além de levarmos conosco nossa compreensão linear do tempo, a idéia de que “tudo começa tal hora e termina tal hora” - e como fazer diferente? - levamos também aquela dos prazos acadêmicos e é aí que efetivamente colocamos em risco a qualidade do trabalho de campo. Muitas vezes, na pressa de terminarmos ou ainda “cegos” pelos objetivos que levantamos previamente - e não raro não conhecendo, ou quando muito conhecendo apenas superficialmente a realidade que pretendemos estudar - somos levados a ver o que não existe ou interpretar, apressada e erradamente - mas coincidentemente sempre “em comprovação ao previamente estabelecido” - por nós ou por outros - determinados fatos que acontecem ou depoimentos que são dados em breve trabalho de campo.

Na Comunidade Sinsei o tempo era escandido pelo som do berrante: às cinco e meia ou seis da manhã, para o início da jornada; às nove e meia ou dez para o almoço; à uma e meia ou duas da tarde para o lanche; às seis para o fim da jornada; às seis e meia ou sete para o jantar e às oito e meia ou próximo disto para as

assembléias, cultos noturnos, estudos bíblicos, a “hora do filme”⁹ ou outra atividade que tivesse que ser realizada. Aos poucos fui entrando naquele tempo/ritmo de condução do dia. Aprendi que é possível viver (e bem) sem o relógio mas, sobretudo, a ter paciência... Continuei vendo as fotos e assistindo às fitas. Quando a insegurança apertava, escapava e ia acompanhar Sr. Walter, meu “porto seguro”, na ordenha das vacas de leite. Mas tinha consciência que devia esforçar-me para “me enturmar” na Comunidade.

Ganhei um “lugar” na mesa do refeitório: bem ao lado da esposa de Sr. Walter, a Sra. Rosa Yoshiko Homma, “Yoshiko san”, como era conhecida, e que mais tarde se transformou na minha *oka-tian*¹⁰. Sr. Walter havia dito que ela tinha um temperamento forte, “era brava” como ele dizia, e havia se mostrado meio temeroso com o seu comportamento comigo. Nos entendemos rapidamente e não demorou para que crescesse um afeto sincero. Passados três dias, consegui a autorização para começar a trabalhar nas atividades. Iria começar na cozinha, auxiliando no preparo do *udom*, o macarrão japonês das quintas-feiras na comunidade.

Dali em diante passei a acompanhar a cada dia uma atividade diversa, até conseguir ter uma idéia geral de todas elas. Não tardei a me “enturmar” com os jovens e as crianças. Iniciei as primeiras aulas de *nihongo* para, pelo menos, cumprimentar aqueles que não falavam português.

Fui adotada por D. Rosa e com o tempo pela própria comunidade. Ganhei uma mãe, um pai, irmãos e um nome japonês, que me foi dado por ela: *Megumi*. Na ocasião do “batizado”, estava em sua casa, e Sr. Walter lia seu jornal enquanto nós víamos fotografias antigas. Partiu dela a idéia de “batizar-me”, que aceitei com muita alegria. Quando ela anunciou o nome, Sr. Walter pousou

⁹ Durante o primeiro trabalho de campo, às segundas-feiras um grupo se reunia no refeitório para assistir a filmes japoneses que eram alugados na vídeo-locadora da cidade. Com o tempo - e a introdução da TV e vídeo na casa dos integrantes da Comunidade (como presente dos filhos que já haviam abandonado a comunidade), este momento foi se perdendo. Eram poucos aqueles que fielmente mantinham o hábito de assistir à TV (após o jantar) no refeitório. Tornou-se cada vez mais raro a locação das fitas de vídeo e passou-se cada vez mais a assistir aos programas exibidos pela TV via satélite.

¹⁰ Palavra que significa mãe na língua japonesa.

o jornal, retirou os óculos, me olhou e disse “*Poxa!*”. Diante da sua reação, perguntei o que significava. Ela disse-me “*graça de Deus*”. Sr. Walter sorriu, passou a mão na cabeça, um gesto que fazia frequentemente, e retomou sua leitura. Fiquei achando que aquilo tudo fosse realmente uma “*graça de Deus*”... Adiei o retorno, a convite da comunidade, para participar da festa de seus 36 anos de existência e quando retornar, levava a Comunidade na cabeça e no coração.

A pesquisa de campo desenvolveu-se durante os anos de 1992 e 1993. Participei ativamente da vida da Comunidade Sinsei e na Comunidade Yuba. A Comunidade possui duas propriedades. Uma de 10 alqueires, a sede, onde estão as casas, o refeitório e algumas das atividades de produção, como a suinocultura, a sericicultura, a avicultura, a pecuária leiteira, algumas hortas, o cafezal, um pequeno pomar, a produção de alguns tubérculos, além das atividades de serviço como a oficina mecânica, o barracão para seleção e embalagem das frutas etc. A outra, de 20 alqueires e distante 2 quilômetros da sede, é onde estão as hortas, os pomares e os campos de cultivos de cereais e outros, por eles denominada de *hataque*.

Morei na Comunidade Sinsei, com o intuito de compreender o significado real da produção e da vida comunitária, seus encantos e seus desafios. Trabalhei em todas as atividades por ela desenvolvidas, participei das assembleias, dos cultos, consegui aprender um pouco de japonês para comunicar-me minimamente com os integrantes mais idosos e para poder participar de alguns eventos, como a festa de natal em 1992, realizada com os jovens da comunidade e da qual pude participar ativamente.

Tinha a “*minha casa*”, como os jovens a chamavam, na casa dos hóspedes, mas nos períodos de férias, quando a comunidade recebia muitas visitas, “*mudava*” para outros locais, chegando inclusive a ficar alojada na casa de Sr. Walter e do Reverendo da Comunidade. Aos poucos fui sentindo-me “*parte*” da comunidade, e foi aí que ela foi se revelando para mim e que comecei efetivamente a pesquisa.

Minha “*admissão oficial*” se deu no dia em que tomei banho no *ofurô*, a convite de uma das jovens. Era um dia frio de inverno e eu, absorvida pelo dia de trabalho, não havia conseguido tomar banho durante o dia. Estava dirigindo-me para o chuveiro quando, passando pelo refeitório, onde estavam alguns jovens, comentei sobre minha “*falta de coragem*” para encarar o chuveiro. Imediatamente uma me falou “*tome banho com a gente no ofurô*”.

Surpresa, perguntei-lhe “*E pode?*”, ela respondeu-me “*Claro, ué, espera que eu vou tomar também*”.

Tal fato cancelou, pelo menos temporariamente, aos olhos de boa parte dos integrantes da comunidade, sobretudo das mulheres, as diferenças que existiam entre nós. Foi estranho, mas o assunto teve uma repercussão que eu não esperava. No dia seguinte todos comentavam, as mulheres vinham perguntar-me se era realmente verdade que “*Baréria san* (era assim que pronunciavam meu nome) *tomou banho no ofurô?*”. Até os homens ficaram sabendo e muitos vinham perguntar o que havia achado da experiência. Depois daquele dia, passava a ser Megumi também para a maioria da comunidade.

Permaneci mais tempo na sede do que na *hataque*, mas acompanhei ativamente também as atividades que eram ali realizadas, indo inclusive auxiliar nos momentos de pico de trabalho. Os cuidados que tinham comigo se faziam ainda mais claros nos dias em que me dirigia à *hataque*, onde permanecia toda a jornada de trabalho. Sentia-me “cuidada” pela comunidade, e tal fato só fazia aumentar o cuidado e o rigor com o trabalho de campo e a necessidade de fazer um trabalho que não só refletisse o que era de fato aquela comunidade mas que sobretudo retribuísse, minimamente, tudo aquilo que estava ganhando/aprendendo naquele momento.

Participei também das atividades de lazer com os jovens, indo com eles a bailes, lanchonetes, açude, à cidade para tomar sorvete, paquerar na praça, às festas agropecuárias; com as mulheres, indo às festas japonesas, aos Bazares beneficentes, às visitas a alguma amiga que morava na cidade; da própria comunidade, como as festas de aniversário da comunidade e de seus integrantes, casamentos etc. Vivi na/a Comunidade, para compreender as felicidades e as dificuldades da vida em comunidade. Aprendi a admirar e a respeitar cada um de seus integrantes, mesmo aqueles com os quais, por um motivo ou outro, não consegui estabelecer laços afetivos mais estreitos. Fiz amigos/companheiros de caminhada, de vida, de ideal. Guardo comigo momentos inesquecíveis da pesquisa/vivência, por tudo o que aprendi com eles.

Na Comunidade Yuba a passagem foi mais rápida (2 meses), mas o trabalho também foi realizado de forma participativa. Ali fui colocada na mesa de Katsue Yuba, filha mais velha de Issamu Yuba, antigo líder e criador da comunidade Yuba, pessoa de temperamento forte e muito centralizadora. Sentia-me “controlada”, mas nem por isso economizava as oportunidades surgidas para perguntar sobre a comunidade.

A principal atividade da Comunidade Yuba era a fruticultura da goiaba e, enquanto não se acertava a possibilidade de meu acompanhamento a todas as atividades, era ali que trabalhava. Como havia feito o caminho inverso dos pesquisadores, ou seja, havia ido primeiro à Comunidade Sinsei e só depois à Comunidade Yuba, meu inserimento não foi algo fácil e se deu de forma bem diferenciada e num grau bem menor do que o que havia ocorrido na Comunidade Sinsei. Muitos foram os fatores que contribuíram para que isso ocorresse.

A Comunidade Sinsei é fruto de uma divisão da Comunidade Yuba, ocorrida em 1956. Exatamente por isso, os integrantes da Sinsei são vistos por alguns integrantes como os “traidores” e muito embora as relações fossem cordiais, elas não eram estreitas. Além disso, como já disse, havia feito o caminho inverso àquele normalmente traçado pelos pesquisadores: havia ido *primeiro* à Comunidade Sinsei para *depois* ir à Comunidade Yuba, fato que parecia inadmissível a alguns de seus integrantes. E mais: minha ida à Comunidade Yuba havia sido solicitada pessoalmente por Sr. Walter a Tetsuhiko Yuba, à época líder da comunidade. Por várias vezes recebi algumas “alfinetadas” de alguns integrantes ou era obrigada a ouvir que tal, tal e tal coisa na Comunidade Yuba era melhor do que na Comunidade Sinsei. Por outras tantas, perguntava algumas coisas e ouvia outras como resposta, uma outra forma de praticar o *silêncio* de que nos fala MARTINS. Mas como havia aprendido a ter paciência, não desanimei e aos poucos fui driblando a situação.

Passado o momento da resistência, consegui acompanhar todas as atividades, realizar as entrevistas e fazer as observações e anotações necessárias. Com algumas pessoas consegui uma aproximação maior, com outras mantive um relacionamento superficial e com outras tantas não houve modo de romper o gelo e diminuir a distância. Mas o trabalho de campo foi realizado e atendeu aos objetivos e superou as expectativas que haviam sido criadas sobre ele.

Em nenhum momento apliquei um questionário, fato que estranhou um dos jovens da Comunidade Sinsei que certa vez, num domingo à tarde enquanto preparávamos o lanche - que era sempre “especial” - perguntou quando é que iria aplicá-los. Espantada com a pergunta, perguntei “*que questionários?*” ao que ele respondeu “*aquele da pesquisa ué, você não está fazendo uma pesquisa? A outra moça que veio aqui deixou uns questionários pra gente responder*”. Sorri e respondi-lhe que não havia ainda pensado no assunto.

Normalmente observava durante o dia e fazia os registros de campo à noite. Na Comunidade Yuba, devido à distância que não chegou a romper-se de todo, isso funcionou, mas na Comunidade Sinsei essa prática durou pouco. Quanto mais me aproximava dos jovens, menos minhas noites eram livres para as anotações e mais elas eram preenchidas com alegres conversas e deliciosas guloseimas: pipoca, pé de moleque, leite quente com mel, frutas da estação. Tomávamos de assalto a cozinha, preparávamos nossas guloseimas e íamos para a “minha casa”, para o refeitório ou, nas noites mais frias de inverno, ficávamos ali na cozinha mesmo, “encorujados” com as costas coladas ao fogão à lenha para espantar o frio. Continuava a aprender sobre a comunidade e passava a fazer minhas anotações nos momentos roubados ao descanso ou quando retornava a São Paulo.

DEIXANDO DE VER E APRENDENDO A OLHAR...

Em todos os momentos do trabalho de campo, procurei colocar em prática uma orientação recebida durante a preparação da primeira ida a campo: a necessidade de estar sempre “ligada” a tudo o que estivesse acontecendo ao meu redor. Isto significava não apenas aprender a escutar o silêncio, a interpretar os gestos e a verificar se voz e gestos diziam a mesma coisa. Significava também estar conversando com alguém atenta àquilo que acontecia à minha volta. Aos poucos fui conseguindo desenvolver um “olhar a 360°”. No início isso parecia “falta de educação”: como poderia “não prestar atenção” a quem fala comigo? Mas com o tempo fui aprendendo a fazer as duas coisas ao mesmo tempo e foi aí e, principalmente, quando deixei de ver e aprendi a olhar, que pude compreender algumas das distâncias que, mesmo com muito esforço, não conseguia encurtar. Afinal, não era apenas uma pesquisadora. Eu também era pesquisada por eles. O outro, o estranho, éramos nós.

No que se refere especificamente à observação, duas são as questões com as quais nos deparamos: *como observar* e *como interpretar* aquilo que estamos observando.

No dia a dia, normalmente utilizamos os verbos *ver* e *olhar* como sinônimos ou, quando os diferenciamos, invertemos o verdadeiro sentido. É comum a expressão “olhou mas não viu”, quando na verdade,

ao menos na pesquisa, é exatamente o contrário. CARDOSO (1995, p. 347/348) trata desta questão de um modo muito claro:

É verdade que a distinção destes verbos parece, de imediato, pautar-se apenas por uma questão de proporção, de dosagem dos elementos neles concorrentes. Diríamos que o bom emprego de um ou outro se recomenda consoante a maior ou menor intervenção e responsabilidade do sujeito no acontecimento da visão, que se guia pela razão da atividade e da passividade do vidente no seu encontro com o mundo. E, neste sentido, concluiríamos que, entre o ver e o olhar, transitamos numa escala, que evoluímos de um ao outro numa mesma linha, por gradação. Logo, no entanto, compreendemos que não é isto o que se passa - se observarmos bem. Pois, ao abandonarmos o registro rarefeito das ordens e medidas por aquele mais espesso da experiência, as progressões de quantidade apontam sempre, em cada uma de suas direções, para qualidades diversas; o que ocorre também aqui: o ver e o olhar, na sua oposição, configuram campos de significação distintos; assinalam em cada extremidade do nosso fio justamente “sentidos” diversos.

O ver, em geral, conota no vidente uma certa discricção e passividade ou, ao menos, alguma reserva. Nele um olho dócil, quase desatento, parece deslizar sobre as coisas; e as espelha e registra, reflete e grava. Diríamos mesmo que aí o olho se turva e se embaça, concentrando sua vida na película lustrosa da superfície, para fazer-se espelho... Como se renunciasse a sua própria espessura e profundidade para reduzir-se a esta membrana sensível em que o mundo imprime seus relevos. Com o olhar é diferente. Ele remete, de imediato, à atividade e às virtudes do sujeito, e atesta a cada passo nesta ação a espessura da sua interioridade. Ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e

parece originar-se sempre da necessidade de “ver de novo” (ou ver o novo), como intento de “olhar bem”. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor... Como se irrompesse sempre da profundidade aquosa e misteriosa do olho para interrogar e iluminar as dobras da paisagem (mesmo quando “vago” ou “ausente” deixa ainda adivinhar esta atividade, o foco que rastreia uma paisagem interior) que, freqüentemente, parece representar um mero ponto de apoio de sua própria reflexão.

CARDOSO (1995, p. 349) vai além nesta diferenciação:

A visão - a simples visão -, ainda que modestamente ciente de seus limites e alcance circunscrito, supõe um mundo pleno, inteiro e maciço, e crê no seu acabamento e totalidade. Toma-o como conjunto dos corpos ou coisas extensas que preenchem o espaço, e apóia nas qualidades deste a certeza da sua continuidade. Tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, indefectível... Como aquela que deparamos na crença ou no sonho - pois, como ela, desconhece lacunas e incoerência e, como ele, tudo acolhe e integra com naturalidade. Opera por soma, acumulação e envolvimento; busca o espraiamento, a abrangência, a horizontalidade; e projeta, assim, um mundo contínuo e coerente, e acredita fruir e restituir - ainda que por prestações parcelares - a sua integralidade.

Já o universo do olhar tem outra consciência. O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado. Assim, trinca e se rompe a

superfície lisa e luminosa antes oferecida à visão, dando lugar a um lusco-fusco de zonas claras e escuras, que se apresentam e se esquivam à totalização. E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo: o logro das aparências, a magia das perspectivas, a opacidade das sombras, os enigmas das falhas, enfim, as vacilações das significações, ou as resistências que encontra a articulação plena da sua totalidade. Por isso o olhar não acumula e não abarca, mas procura; não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante sua empresa de inspeção e interrogação. Ao invés, pois, da dispersão horizontal da visão, o direcionamento e a concentração focal do olho da investigação, orientado na verticalidade. (...) Ela, a simples visão, supõe e expõe um campo de significações, ele, o olhar - necessitado, inquieto e inquiridor - as deseja e procura, seguindo a trilha do sentido. O olhar pensa; é a visão feita interrogação.

Não foi pois, à toa, a orientação de ir à comunidade “*com os meus olhos*”. Tive acesso ao texto de CARDOSO apenas após a realização do trabalho, mas quando o li, era como se revivesse o trabalho de campo. Tive que aprender a *olhar profundamente* a comunidade, a procurar as respostas que não eram dadas, não apenas em silêncios, mas em gestos, comportamentos, ausências e distâncias. Sentia-me “perdida”, procurando respostas para perguntas que nem eu mesma sabia quais eram... Fui a campo “*sem nada e sozinha*”: sem alguém que mostrasse o que *olhar*, livre das amarras de objetivos e questionários pré-estabelecidos. Procurei, em todos os cantos e por trás de cada canto... Revirei a comunidade do avesso, e fui junto com ela nesse movimento. E sempre que “achava que havia encontrado”, perguntava se era realmente aquilo, ou se poderia existir algo mais, por detrás daquilo que havia encontrado. Quando achava que finalmente a pista era a correta, procurava Sr. Walter para conversar. Algumas vezes havia acertado, outras ainda não. Dele, nunca ouvi um “*não, é assim...*”,

seguido de uma explicação que, no fundo, era a sua dos fatos... Quando estava correta, Sr. Walter confirmava a “descoberta”. Quando não, respondia ora com um silêncio acompanhado de olhar distante, de quem olha o futuro para ver o passado, ora mudava de assunto, paciente e certo de que o “meu tempo” de descoberta também chegaria...

Durante toda a pesquisa de campo perguntei a meu orientador quando ele iria comigo. Ele nunca disse “*nunca*”, mas de fato *nunca foi*. Deixou que eu a olhasse e a descobrisse *sem nada e sozinha* e, no dia da defesa do trabalho, disse que havia feito aquilo “*porque eu tinha um outro orientador na comunidade*”. Desta vez ele havia acertado apenas parcialmente: eu tinha muito, mas muito mesmo, mais do que isto...

Custei a entender essa sua postura, e mesmo diante de sua justificativa, ainda insisti com um “*mas você bem que podia ter ido...*” Hoje, à distância de dez anos, não apenas compreendi o que ele queria e lhe sou imensamente grata por isso, quanto aconselho meus orientandos e alunos na universidade a fazerem o mesmo, malgrado a posição contrária de alguns colegas a esta atitude “pouco científica e produtiva” e à própria resistência de alguns de meus orientandos que insistem em ir a campo “armados” de questionários e roteiros de entrevistas - entenda-se de uma leitura da realidade feita antes mesmo de conhecê-la, “para não perder tempo”.

O que ele me fez fazer, naquele momento, foi viver a prática para produzir a teoria, afim de que fosse possível, mais tarde, usar esta teoria para poder transformar a realidade: Afinal, como já lembrava Marx. “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*”. A necessidade de vinculação com a prática fica clara no pensamento, já era destacada por ele a partir das idéias de MAO (apud OLIVEIRA, 1985, p. III/IV):

[...] a teoria depende da prática, ... a teoria fundamenta-se sobre a prática e por sua vez, serve à prática. A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada não por uma apreciação subjetiva, mas pelos resultados objetivos da prática social. O critério da verdade só pode ser a prática social. O ponto de vista da prática é ponto de vista primeiro, fundamental, da teoria materialista-dialética do conhecimento.

Segundo OLIVEIRA (1985, p. IV) tal procedimento não pode ser considerado empirismo, uma vez que não se trata apenas da “transposição da realidade para a mente do pesquisador”, que a observa e descreve como se não houvesse uma sua interferência sobre a realidade pesquisada, em coerência com as premissas positivistas da neutralidade da ciência. Mas isto não implica em cair no extremo oposto, aquele do idealismo, que não prevê nenhum retorno à realidade - muitas vezes nem mesmo uma ida - por conceber o conhecimento como eminentemente teórico, fruto das idéias. O caminho proposto por MAO, e do qual nos fala OLIVEIRA (1985, p. V), é outro, e *revolucionário*: nele a prática é o ponto de partida e de chegada, “é o ponto de vista primeiro e fundamento da teoria materialista dialética do conhecimento”. OLIVEIRA (2005, p. 69/70), chama a atenção para o fato de que com o marxismo,

[...] começa a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico, e mesmo no historicismo.

Para Karl Marx,

é na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência... Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz

de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Marx deixou explicitada a demarcação de seu método:

Por sua fundamentação meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Trata-se, pois, de viver a prática e deixar que ela se mostre a nós. Trata-se de ser capaz de, na prática, estar preparado para encontrar o “imponderável”, o não conhecido, aquilo com o que não contávamos, o que nunca foi visto nem dito, o novo, ao invés de ir para campo com um esquema pré-definido do que se espera encontrar. Não esquecendo, porém, de que é necessário retornar à prática, discutir os resultados alcançados com a comunidade, submeter o conhecimento a uma crítica fecunda. Só assim ele poderá avançar.

Ainda no que se refere a como interpretar os dados que observamos em campo, gostaria de me deter na questão da gestualidade das pessoas. Retomo MARTINS (1993, p. 33/34) tomando como exemplo mais um caso por ele narrado, o de Galdino, um camponês do interior de São Paulo “que iniciou um movimento milenarista na região de Santa Fé do Sul, em decorrência de problemas fundiários e da construção de uma barragem que iria inundar as terras dos trabalhadores”. Galdino foi preso, processado e julgado, tendo sido absolvido pela polícia da acusação de curandeirismo, mas condenado pela Justiça Militar como subversivo. Considerado esquizofrênico paranóide, foi levado ao Manicômio Judiciário e condenado a dois anos de detenção, renováveis a critério médico. Galdino permaneceu preso por oito anos e MARTINS foi

autorizado a visitá-lo por haver denunciado o caso publicamente. Segundo o autor, durante a visita, o que lhe chamou a atenção

[...] foi que Galdino falava, de modos diferentes, duas coisas ao mesmo tempo - uma fala audível e outra visível. Com a boca, falava a “nossa” língua e com as mãos falava a língua de “seu mundo” e “seus” iguais. (...) No caso dele, a mão ia numa direção diferente, fazendo gestos diversos do que a fala dizia. A oposição era clara nas expressões do rosto pacífico e irônico. Foi esse desencontro que os médicos consideraram esquizofrenia paranóide. Na verdade, estavam em face de um duplo código de linguagem. Galdino desdizia com as mãos, e com os gestos e as expressões do rosto, o que estava dizendo com a boca.

Enfim, gostaria de chamar a atenção para a “tentação das respostas rápidas”, de certa forma já acenada quando falei sobre a necessidade de refletirmos constantemente sobre nossa postura e prática da/na pesquisa. Do alto de nosso saber como “acadêmicos e pesquisadores universitários”, somos tentados a achar que “sabemos” muito. É comum que o pesquisador “apressado em cumprir os prazos acadêmicos”, não respeite o tempo da comunidade que está estudando, *veja* mas não *olhe*, e acabe tirando conclusões apressadas sobre o fato/problema estudado. Mas o pior de fato é quando ele, com a legitimidade científica de seus estudos garantida, decide dizer aos camponeses o que está certo ou errado, a dizer o que eles deveriam fazer...

Durante o trabalho de campo, também vivi “tentações” semelhantes, e tive que fazer um esforço não indiferente para aprender a responder com o silêncio, mesmo quando achava que estava “absolutamente certa”. Isto não significa que não aponte a crise e os problemas vividos pela comunidade no momento em que concluía o trabalho. Foi preciso usar do *olhar de longe e de fora*, e ter me distanciado da comunidade por um bom tempo, para poder fazê-lo. E confesso que o fiz com o coração nas mãos. Discuti estas reflexões com Sr. Walter e com outros integrantes, mas nunca acusei ninguém. Deixei bem claro - e tinha consciência disso, como tenho ainda hoje - que aquele era o *meu olhar* sobre a comunidade e, por

mais que tivesse participado dela *de dentro*, ele com certeza não refletia a totalidade das questões vividas por eles.

Um dos problemas que mais me inquietaram durante a realização do trabalho de campo era o desconhecimento dos jovens sobre a história da comunidade. Quando eles me viram “escrevendo” o trabalho, muitos deles perguntaram sobre o conteúdo e pediram que eu lhes contasse a história da comunidade. Sempre me recusei a fazê-lo e orientei-lhes a perguntar a seus pais e aos demais integrantes da comunidade. Fui acusada de estar “escondendo o ouro”. Mas estava certa de que, de fato, estava indicando-lhes onde encontrá-lo.

A HORA DE PARAR...

Estou, neste momento, diante do mesmo dilema que vivi nas pesquisas que realizei: *até onde ir? Quando parar? Do que mais tratar?* Estou certa de que muita coisa ficou sem ser dita, e por isso não terminarei este artigo com um “ponto final”, mas sim com um “ponto e vírgula”. Mais do que respostas, a intenção foi a de colocar perguntas na cabeça de quem está se preparando para ir a campo ou, do campo, sentiu a necessidade de repensar sua prática, na certeza de que não terminamos nunca de aprender algo...

Se um artigo tivesse dedicatória, gostaria de dedicar este àqueles que me permitiram viver esta experiência:

ao Ariovaldo, eterno mestre e referência, por ter me dado este presente e, com ele, por ter me aberto as portas de um futuro da/na Geografia;

à Comunidade Sinsei, que tão paciente e afetuosamente me acolheu, por ter me permitido viver com eles a (u)topia da produção comunitária no campo brasileiro e ter me ensinado que o futuro está mais perto do que pensamos;

ao Sr. Walter Yukio Homma (in memória), mestre, referência, exemplo, meu “oto-tian” querido, que tanta falta me faz, por ter me aberto as portas da comunidade e de seu coração.

Mas como artigo não se dedica, fica a todos eles, e à Léa da AGB-SP que pediu-me este artigo - que à distância de dez anos finalmente consegui escrever - e pacientemente esperou a sua redação para a publicação deste boletim, o meu muito obrigado.

João Pessoa, numa quente noite de inverno nordestino, esperando uma Geografia cada vez mais humana e uma ciência com mais compromisso!

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, C. R. Pesquisar - Participar. In: _____ (Org). Pesquisa participante. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-16.
- _____. Participar-pesquisar: . In: _____ (Org). Repensando a pesquisa participante. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.
- _____. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, A. M. de; GODÓI, E. P. de. (Org). Além dos territórios. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p. 133-166.
- CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, A. (Org). O olhar. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 347-360.
- FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org). Pesquisa participante. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 42-62.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 17 n° 49, p.11-29. Jun/2002.
- MARTINS, J. de S. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.
- OLIVEIRA, A. U. de. Apresentação ou de “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB-SP, p. I-V.
- _____. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.

OLIVEIRA, R. D. de e OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org). Pesquisa participante. 7^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.

ANEXO

INSTRUÇÕES E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ORIGINAIS

O **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA** publica trabalhos de pesquisa originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assuntos de interesse científico e geográfico, sejam ou não autores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e obedecidas as seguintes normas:

1 - O **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA** publica artigos científicos com até 65.000 caracteres (sem contar os espaços), notas que apresentam resultados preliminares de pesquisas, comunicações curtas ou outras pequenas contribuições informativas com até 32.000 caracteres e resenhas bibliográficas com até 10.000 caracteres.

2 - O trabalho deve ser enviado em disquete (Word for Windows ou compatível) juntamente com cópia impressa, os quais devem seguir o seguinte roteiro: I) papel A4, margens 2,2 cm cada, fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento duplo; II) na primeira folha constar apenas: título do trabalho, nome do(s) autor(es), endereço, telefone(s), endereço eletrônico, atividade profissional e instituição a que está vinculado; III) iniciar o texto na segunda folha repetindo apenas o título do trabalho.

3 - Os artigos devem apresentar em português e em uma língua estrangeira (inglês ou francês): título, resumo (máximo 700 caracteres) e palavras-chave (máximo de cinco). Os resumos e as palavras-chave devem ser incluídos no início do trabalho (folha 2), logo após o título.

4 - As ilustrações (mapas, desenhos, gráficos, fotografia em preto e branco etc.) devem constar com a denominação “figura” e ser numerados com algarismos arábicos tanto no corpo do texto como na legenda. Os originais das ilustrações e tabelas (papel e arquivo) com os respectivos títulos e legendas devem ser enviados separados do texto em papel vegetal ou em papel branco e ter dimensões máxima de 11 x 17 cm. Não serão aceitas cópias xerográficas. Indicar no texto a posição de inserção das ilustrações e tabelas.

5 - Solicitamos a seguinte forma para a bibliografia:

BIONDI, J. C. Kimberlitos. In: CONGRESSO BRAS. GEOLOGIA. 32. Salvador, 1982. Anais... Salvador: SBG, 1982. v.2, p. 452-464.

LACOSTE, A.; SALANON, R. Biogeografia. 2. ed. Barcelona: Dikos/Tau, S.A. Ediciones, 1973. 271 p.

SÃO PAULO, Instituto Geográfico e Geológico. Mapa Geológico do Estado de São Paulo - escala 1:1.000.000. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1975.

SCARIN, Paulo Cesar. Crítica à apologia dos objetos. In: GEOusp, Espaço e Tempo. revista de pós-graduação do Departamento de Geografia, FFLCH-USP São Paulo, n. 5, p. 57-60. 1999.

Isto permite a referência bibliográfica e a indicação da fonte de citação ao longo do texto, na seguinte forma: (BIONDI, 1982, p. 457) ou (LACOSTE; SALONON, 1973, p. 86).

6 - Os trabalhos para publicação deverão ser remetidos à:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - Seção São Paulo
A/C Coordenação de Publicações - Boletim Paulista de Geografia

Caixa Postal 64.525

CEP 05402-970